

**ANA LUCIA IVATIUK**

**ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM PESSOAS  
COM NECESSIDADES ESPECIAIS:  
REVISÃO DE LITERATURA (2000-2009)**

**PUC-CAMPINAS**

**2009**

**ANA LUCIA IVATIUK**

**ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM PESSOAS  
COM NECESSIDADES ESPECIAIS:  
REVISÃO DE LITERATURA (2000-2009)**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação  
*Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências  
da Vida – PUC-Campinas, como requisito do título  
de Doutor em Psicologia como Ciência e  
Profissão.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Elisa M. Pizão Yoshida**

**PUC-CAMPINAS**

**2009**

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

**t371.42 Ivatiuk, Ana Lucia.**

193o Orientação profissional em pessoas com necessidades especiais:  
revisão de literatura (2000-2009) / Ana Lucia Ivatiuk. – Campinas:  
PUC-Campinas, 2009.  
xxii, 108p.

Orientadora: Elisa Medici Pizão Yoshida.  
Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas,  
Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.  
Inclui bibliografia.

1. Orientação profissional. 2. Orientação profissional - Pesquisa.  
3. Deficientes - Estudo de casos. 4. Inclusão social. 5. Mercado de  
trabalho. I. Yoshida, Elisa Medici Pizão. II. Pontifícia Universidade  
Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação  
em Psicologia. III. Título.

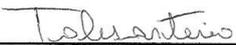
**ANA LUCIA IVATIUK**

**ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM PESSOAS  
COM NECESSIDADES ESPECIAIS:  
REVISÃO DE LITERATURA (2000-2009)**

Banca Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
Presidente Prof. Dr<sup>a</sup>. Elisa Médici Pizão Yoshida (PUC-Campinas)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Yvette Piha Lehman (USP-SP)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Tales Vilela Santeiro (UNIFRAN)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Trevisan de Souza (PUC-Campinas)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Tatiana de Cássia Nakano (PUC-Campinas)

**PUC-CAMPINAS**

**2009**

*“Não considere nenhuma prática como imutável.  
Mude e esteja pronto a mudar novamente.  
Não aceite a verdade eterna.  
Experimente”.*  
Skinner (1969, p.vii)

*“Quando se apresenta uma ameaça,  
se for possível a evito.  
Se for impossível, enfrento-a e luto com tudo o que tenho”.*  
Bach (2001, p. 33)

## **DEDICATÓRIA**

**À Deus:** Obrigada por me dar a oportunidade de vivenciar uma “prorrogação” no jogo da vida e terminar esse trabalho. Estamos na vitória porque você é melhor treinador que existe, a minha certeza e minha confiança! Ainda bem que você me ensinou a viver um dia de cada vez....

## **AGRADECIMENTO SUPER ESPECIAL**

**Elisa:** Quando tudo parecia confuso e perdido, em meio a tantas turbulências, você me acolheu, me compreendeu, me respeitou, me tolerou e, mesmo com todas as minhas limitações do momento, me lapidou como pesquisadora. Não tenho palavras para expressar todo o carinho e gratidão que carrego, por tudo que fizeste por mim. Na minha humilde condição humana resta-me dizer: obrigada para sempre!!!

## AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial aos **meus pais, Dario e Inês**, por serem o meu porto seguro e o meu acalanto. Por compreender os meus momentos e os meus limites. Por cuidarem de mim nos momentos mais delicados. Por serem pacientes e por amarem sem limites. E também ao meu irmão, **Dario Jr.**, por me ensinar a exercitar a paciência quando isso não parecia possível; por ser meu confidente, meu cúmplice e meu amigo. Por cuidar da tecnologia em meu favor para que esse trabalho fosse concluído. A minha futura **cunhada, Rubia**, por tornar o meu irmão mais feliz e ser cúmplice da caminhada. A minha vó, **Tereza**, que talvez não entenda muito o quê tudo isso signifique, mas que no fundo se orgulha de poder ter netos que se dediquem aos conhecimentos científicos e a ajudar as pessoas.

Aos meus tios e primos, **Margarete e Edilberto, Paulo Vitor e André Kerschbaumer**, por tudo que sempre fizeram e fazem por mim e por me auxiliarem nos momentos finais da tese, encontrando tempo em suas vidas corridas. Estou tentando cuidar bem do antigo lar de vocês.

Aos Drs. **Hélio R. de Oliveira, Lincon Jo Mori e Olavo Feher** por restabelecerem e cuidarem da minha saúde, sempre me lembrando que precisava respeitar aos limites do meu corpo, mas que conseguiria acabar essa fase.

À minha grande amiga, **Claudia L. Menegatti**, por ser uma parceira para todas as horas. Estímulo constante a continuar e não desistir. Por me mostrar os meus limites humanos. E por me receber tão carinhosamente para voltarmos a atuar juntas.

A família **Alexander e Renata Beraldo**, e o pequeno **Felipe e o bebê**, que sempre me presentearam com muito amor, amizade, carinho e cuidados, não deixando que a distância física diminuísse os nossos sentimentos. Obrigada por tudo que fizeram e fazem por mim, vocês realmente são um porto seguro em terras campineiras.

À Professora **Dra. Kathia M. C. Neiva** pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação, pelo auxílio com a língua espanhola e, principalmente, pela amizade construída ao longo desses anos. Seu conhecimento, experiência e profissionalismo são muito fortes para mim. Vamos agora traçar novos objetivos juntas.

À estimada **Dra. Luciana A. Valore**, por ser uma grande incentivadora de tudo isso. Grande exemplo de superação e vivacidade. Parceira de sonhos e lutas. Devo muito disso tudo a você.

À amiga-irmã **Analisa Oliveira**, a qual se fosse de sangue não teríamos tanta sintonia, cumplicidade e perseverança. Quando olho e me deparo por tudo que passamos e crescemos somente posso ter uma conclusão: são graças aos modelos que os “amores” das nossas vidas nos dão.

Às amigas **Andrea T. Nichele e Cintia F. Martini** pelo nosso reencontro e cumplicidade em terras paulistas. Por tudo que fizeram por mim, por me incentivarem a finalizar essa etapa, cobrando sempre com carinho e amizade e celebrando a vida em cada momento. Obrigada por deixarem seus corações e casas abertas para mim.

À amiga **Andressa S. Engelmann** que compartilhou comigo o aprendizado do controle da ansiedade e da virtude da paciência no momento em que a vida exigiu que assim o fizéssemos. Obrigada pelo auxílio com as correções.

À Amiga de infância e hoje companheira de luta pela vida, **Mariana S. Ferreira**, pela leitura e palpites nos materiais que não estavam claro. Mas principalmente pelas caminhadas para repensar a vida.

Às amigas **Talita S. Borges e Valéria C. Santos**, por terem confiado em mim durante suas formações profissionais e serem hoje profissionais tão respeitadas. Talita, obrigada por todos os cuidados e auxílios quando necessários e por ser a principal responsável pela minha paixão por São Paulo. Valéria, por

compreender as minhas ações para protegê-la e por me acolher sempre que precisei em terras campineiras.

Às amigas **Elsa S. Lima, Sonia R. C. de Freitas e Suzana A. Gobetti** por estarem ao meu lado e comigo nos momentos mais difíceis e turbulentos.

À amiga e futura parceira de profissão **Helena Castilho**, que também confiou parte da sua formação a mim, recompensando-me pelo seu envolvimento e interesse em construir um mundo melhor e por me auxiliar com o abstract.

À amiga **Fabiana S. Robim**, a quem eu influenciei com a psicologia e hoje vejo desabrochar uma futura profissional da área. Obrigada pela amizade e por todo o carinho que sempre me acolheu, na sua casa e com sua família, nos momentos em que precisei.

Às amigas **Eliany e Pollyana Neves**, mesmo com as mudanças e as distancias, continuamos em sintonia sempre. É como se vocês continuassem ao meu lado. Obrigada por todos os auxílios nos mais diversos momentos e pela companhia sempre prazerosa.

À **CAPES**, pela concessão da bolsa, que tornou possível a realização de deste trabalho.

À professora **Dra. Tânia Maria J. A. Vaisberg**, coordenadora da Pós-Graduação, que foi muito humana no momento mais delicado desses quatro anos, não me deixando nem cogitar a idéia de desistir.

Às funcionárias da PUC-Campinas, **Eliane Silva, Elaine M. de Oliveira, Maria Amélia Gonçalves e Dareide Peres**, pois se existem anjos na terra, vocês com certeza são eles. Sempre me atenderam de forma carinhosa e dedicada, fazendo o que fosse possível para meu auxiliar nas minhas necessidades junto ao Programa de Pós-Graduação e me enchendo de carinho e motivação quando nem tudo era muito claro.

Aos meus **ex-alunos** por serem, ainda que de forma indireta, o meu real estímulo para seguir em frente a cada dia e poder continuar.

Enfim, foram quatro anos que se passaram na minha vida ao realizar este estudo, os quais foram muito intensos em todos os sentidos. Por isso, jamais vou conseguir nomear a todos que em algum momento estiveram comigo, nas mais diversas formas de contato e comunicação, pois todos foram essenciais para essa finalização. Mas posso dizer que rezo por cada um de vocês todos os dias e desejo que possa ser na vida de vocês pelo menos 1% daquilo que vocês são ou já foram na minha vida.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	xiii
LISTA DE ANEXOS.....	xv
LISTA DE SIGLAS.....	xvi
RESUMO.....	xvii
ABSTRACT.....	xviii
RESUMEM.....	xix
APRESENTAÇÃO.....	xx
INTRODUÇÃO.....	01
1. O que são as Populações Especiais (PEs).....	01
2. O mundo do trabalho para essas populações.....	07
3. Orientação Profissional (OP).....	11
3.1. Principais Referenciais Teóricos.....	14
3.2 Modalidades e Locais de Intervenção.....	14
3.3 Técnicas e Instrumentos da OP.....	16
3.4 Tipos de trabalhos desenvolvidos em OP.....	17
4. Estudos de Revisão.....	20
OBJETIVO GERAL.....	21
OBETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
MÉTODO.....	23
Material.....	23
Procedimento .....	24
Formulário para a Classificação das Referências.....	28
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
ANÁLISE QUANTITATIVA DAS REFERÊNCIAS.....	34
Natureza dos Trabalhos.....	38
População.....	41
O Processo de Orientação Profissional.....	44
Modelo Teórico.....	48
Tipo de Trabalho em Orientação Profissional.....	49
ANÁLISE QUALITATIVA DAS REFERÊNCIAS.....	51

1. As Revisões de Literatura e Trabalhos Teóricos.....	51
1.1. Relatos das pesquisas nacionais.....	51
1.2. Análise.....	53
1.3. Relatos das pesquisas estrangeiras.....	54
1.4. Análise.....	56
1.5. Trabalhos Teóricos.....	56
1.6. Análise.....	58
2. Legislação.....	59
2.1. Legislação Regulamentar.....	59
2.2. Análise.....	60
2.3. Legislação na prática.....	61
2.4 Análise.....	62
3. Programas e Manuais.....	63
3.1. Análise.....	65
4. Orientação Profissional para Primeira Escolha.....	66
4.1. Intervenções para a Primeira Escolha.....	67
4.2. Análise.....	67
4.3. Avaliação do nível de maturidade para escolha profissional.....	68
4.4. Análise.....	69
5. Inserção Profissional.....	69
5.1. Intervenções sobre Inserção Profissional.....	69
5.2. Análise.....	71
5.3. Pesquisas.....	71
5.4. Análise.....	74
6. Mercado de Trabalho.....	75
6.1. Pesquisas.....	76
6.2. Análise.....	78
6.3. Habilidades Sociais.....	79
6.4. Análise.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXOS.....	106



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Censo demográfico de 2000 (IBGE).....	5
<b>Tabela 2:</b> Distribuição das referências na BVS-Psi segundo o tipo de base de dados e produção.....	27
<b>Tabela 3:</b> Definição da natureza dos trabalhos de acordo com Santeiro (2005)..	29
<b>Tabela 4:</b> Definição dos tipos de delineamento de pesquisa de acordo com Santeiro (2005).....	30
<b>Tabela 5:</b> Distribuição das referências de acordo com a origem e o tipo de fonte.....	34
<b>Tabela 6:</b> Distribuição dos artigos de acordo com o periódico nacional.....	35
<b>Tabela 7:</b> Distribuição dos artigos de acordo com o periódico estrangeiro.....	36
<b>Tabela 8:</b> Distribuição dos tipos de publicação nacional de acordo com o ano....	37
<b>Tabela 9:</b> Distribuição dos tipos de publicação estrangeira de acordo com o ano.....	38
<b>Tabela 10:</b> Distribuição das referências de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e a natureza do trabalho.....	38
<b>Tabela 11:</b> Distribuição dos Estudos Empíricos de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e o delineamento realizado.....	40
<b>Tabela 12:</b> Distribuição do grupo amostral nos Estudos Empíricos, Relato de Experiência e Teórico Ilustrado.....	41
<b>Tabela 13:</b> Distribuição dos participantes provenientes de população especial em função da faixa etária e da origem da referência.....	42
<b>Tabela 14:</b> Distribuição dos participantes provenientes de população especial em função do sexo e da origem da referência.....	43
<b>Tabela 15:</b> Distribuição dos participantes provenientes de população especial em função do tipo de deficiência e da origem da referência.....	43
<b>Tabela 16:</b> Distribuição dos Estudos Empíricos, Relato de Experiência e Teórico Ilustrado de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e a modalidade da OP em função do número de pessoas-alvo.....	45

<b>Tabela 17:</b> Distribuição dos Estudos Empíricos, Relato de Experiência e Teórico Ilustrado de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e o local da OP.....	45
<b>Tabela 18:</b> Distribuição dos Estudos Empíricos, Relato de Experiência e Teórico Ilustrado de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e a natureza da OP.....	46
<b>Tabela 19:</b> Distribuição das referências nos Estudos Empíricos, Relato de Experiência e Teórico Ilustrado de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e a Técnicas e/ou instrumentos utilizados.....	47
<b>Tabela 20:</b> Distribuição das referencias de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e o referencial teórico.....	48
<b>Tabela 21:</b> Distribuição das referencias de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e o tipo de trabalho em orientação profissional.....	49

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo A:</b> Formulário para classificação das referências.....	107
--------------------------------------------------------------------	-----

## LISTA DE SIGLAS

ABOP	Associação Brasileira de orientadores profissionais
BIREME	Centro Latino Americano de Informação em Ciências da Saúde –
BVS-Psi	Biblioteca Virtual em Psicologia
CFP	Conselho Federal de Psicologia
Dieese	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
ERIC	O Centro de Informações de Recursos da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituto de Ciências da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTE	Ministério do trabalho e do Emprego
NE	Necessidades Especiais
NEEs	Necessidades Educativas Especiais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas e
OP	Orientação Profissional
PEs	Populações Especiais
POPPNEs	Programa de Orientação Profissional para Pessoas com Necessidades Especiais
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SBD-IPUSP	Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Unesco	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

Ivatiuk, A. L. (2009) **Orientação Profissional em Pessoas com Necessidades Especiais: Revisão de literatura (2000-2009)**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, p.xxii + 108.

## RESUMO

Entende-se por Orientação Profissional todas as estratégias que visam auxiliar um indivíduo a tomar decisões sobre sua vida profissional, sejam elas relacionadas com primeira escolha, reorientação profissional, mercado de trabalho ou inserção profissional. As pessoas que possuem algum tipo de deficiência também apresentam esse tipo de dúvida e necessitam desse tipo de auxílio. No Brasil, esta população pode corresponder a 14,5% do número total de brasileiros em idade de inserção profissional. Este trabalho teve como objetivo realizar uma revisão na literatura em relação à orientação profissional em populações que apresentam algum tipo de deficiência, no período de 2000-2009. Partindo de buscas em bases de dados foram selecionados artigos (N=41), teses e dissertações (N=6), e capítulos de livros (N=2) e livros (N=4) que tivessem relação com a temática, totalizando 55 produções. Destas, 30 eram nacionais e 25 estrangeiras. As referências foram analisadas quantitativa e qualitativamente com base em categorias de análise previamente desenvolvidas e constantes de Formulário. Os resultados apontaram que 31% dos trabalhos abordaram questões relativas à inserção profissional, 18% sobre mercado de trabalho e 13% sobre a primeira escolha. Poucos trabalhos focalizavam práticas propriamente ditas de OP (27,3%). Os estudos tinham como foco os portadores de deficiência propriamente ditos, ou pessoas de seu convívio como, empregadores e/ou familiares e/ou educadores. O presente estudo apontou para a necessidade de um maior volume de produção científica na área e também de pesquisas cujos resultados possam de fato ser generalizados, uma vez que o contingente de pessoas deficientes é alto e necessita de estudos que orientem práticas mais efetivas no campo da orientação profissional.

**Palavras-chave: Orientação Profissional, Pessoa Portadora de deficiência, Revisão de Literatura.**

Ivatiuk, A. L. (2009) **Professional Guidance in a Population with Special Needs: Literature Review (2000-2009)**. Doctoral Thesis – Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, p.xxii + 108.

## **ABSTRACT**

Professional orientation includes all strategies that seek to assist an individual on decision making about their professional life, whether they might be related to first choice, professional guidance, job market or professional insertion. Those who have some sort of disability also show this kind of query and may need such assistance. In Brazil, this population corresponds to 14.5% of the total number of Brazilians at work age. The aim of this research was to review the literature regarding professional orientation for a sample of disabled people during the period from 2000 to 2009. The search included relevant articles (N=41), thesis and dissertations (N=6), book chapters (N=2) and books (N=4), totalizing 55 documents. Thirty of those were produced in Brazil and 25 others from foreign countries. Quantitative and qualitative analyses were made according to a set form. The data pointed that 31% of the material referred to studies related to the professional insertion issue, 18% were about job market, and 13% were about the first choice. Few studies approached actual intervention practice in professional guidance (27.3%). The majority of the researches focused on disabled people or those who interact with them on a daily basis, such as employers, family or educators. This study appoints for the need of more scientific production on this area since the population contingency of disabled individuals is high and in need of effective practices in the field of professional guidance.

**Keywords: Professional Guidance, Disabled People, Literature Review.**

Ivatiuk, A. L. (2009) **Orientación Profesional en Personas con Necesidades Especiales: Revisión de Literatura (2000-2009)**. Tese de Doctorado – Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, p.xxii + 108.

## RESUMEN

Se comprende como Orientación Profesional a todas las estrategias que visan auxiliar un individuo a tomar decisiones sobre su vida profesional, sean ellas relacionadas a la primera elección, reorientación profesional, mercado de trabajo o inserción profesional. Las personas que tienen algún tipo de deficiencia también presentan ese tipo de duda y necesitan de ese tipo de auxilio. En Brasil, esta población puede corresponder al 14,5% del número total de brasileños en edad de inserción profesional. Este trabajo tuvo como objetivo realizar una revisión de la literatura con respecto a la orientación profesional en poblaciones que presentan algún tipo de deficiencia, en el periodo de 2000-2009. Fueron seleccionados para el estudio artículos, teses y libros que tuvieron relación con el tema, totalizando 55 materiales analizados. De estos, 30 se referían a la literatura nacional y 25 a la extranjera. Fueron realizados análisis cuantitativos y cualitativos, según un formulario organizado para tal estudio. Los datos apuntaron que el 31% de los materiales se referían a trabajos relacionados con la cuestión de la inserción profesional, el 18% sobre mercado de trabajo y el 13% sobre la primera elección. Pocos trabajos focalizaban prácticas propiamente dichas de OP. Los estudios tenían como foco los portadores de deficiencia o personas de su convivencia, como empleadores y/o familiares y/o educadores. El presente estudio apunta para la necesidad de mayor cantidad de producciones científicas en el área, y también de investigaciones cuyos resultados puedan efectivamente ser generalizados, una vez que el contingente de personas deficientes es alto y necesita de estudios que orienten prácticas más efectivas en el campo de la orientación profesional.

**Palabras clave: Orientación Profesional, Persona portadora de deficiencia, Revisión de Literatura**

## APRESENTAÇÃO

Motivada pelos trabalhos de Melo-Silva (2003) e Neiva (2009), que propõem que se avance no conhecimento sobre Orientação Profissional (OP) para além dos trabalhos com adolescentes e jovens que almejam profissões de nível superior, esta pesquisa teve como objetivo fazer uma revisão da literatura sobre OP de pessoas com necessidades especiais, também designadas como pertencentes a Populações Especiais (PEs). Para começar, precisa-se compreender o que se estará nomeando como tal. Segundo Lima (2007) e Soares (2009) o termo OP refere-se a um conjunto de técnicas e estratégias que tem como objetivo propiciar o autoconhecimento e conhecimento das atividades profissionais, a indivíduos para que possam tomar as melhores decisões referentes à sua vida profissional, naquele momento, reduzindo possíveis frustrações futuras. De posse dessa decisão podem realizar sua inserção no mundo do trabalho. Essas necessidades podem ocorrer em diferentes fases da vida profissional, requerendo processos específicos de OP, como os relacionados à primeira escolha, reorientação profissional, inserção profissional, orientação de carreira, mercado de trabalho, entre outros.

Por outro lado, PEs refere-se a um contingente populacional bastante significativo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 14,5% da população total brasileira têm algum tipo de deficiência ou incapacidade, principalmente na idade de realizar a inserção profissional. Entende-se por deficiência (Brasil, 1999) qualquer restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limite a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico ou social. Percebe-se diante dessa definição, que em muitas situações essas pessoas irão precisar de auxílio para superar essas limitações e viver como seus pares.

Com a intenção de assegurar o direito ao trabalho dessas pessoas, no Brasil, tem-se uma lei que ficou conhecida como Lei de Cotas (Brasil, 1991), a qual prevê o acesso do portador de deficiência no mercado de trabalho, sendo que em julho de 2009, esta completou 18 anos de regulamentação. Atingiu sua maioria, mas será que na prática ela tem sido eficaz? Tem de fato auxiliado os

indivíduos a ter um lugar no mercado de trabalho? Será que esses indivíduos têm oportunidade de discriminar suas necessidades e habilidades e exercer profissões que sejam condizentes com estas? Estariam os orientadores profissionais desenvolvendo de fato estratégias junto a essa população? No bojo dos objetivos desta pesquisa encontrava-se a expectativa de poder responder, ao menos em parte, a estas questões, por meio da análise da produção científica disponível nas bases de dados nacionais e estrangeiras, no período de 2000 a 2009. A opção por um estudo de revisão se pautou no fato de que esse tipo de metodologia pode em muito contribuir para a compreensão de como atualmente estão se desenvolvendo as práticas profissionais e as pesquisas realizadas na área.

Este tipo de trabalho pode, outrossim, ao fornecer um panorama do estado da arte na área, servir de incentivo a orientadores profissionais a aprimorar, desenvolver ou organizar estratégias que possam ser mais eficazes com essas populações, a partir do material que já tenha sido produzido.

Pessoalmente, a pesquisadora tem especial interesse pela área da OP, tendo desenvolvido pesquisas desde a realização da sua graduação, em curso de especialização e também no seu mestrado. Dentre seus interesses aparece a preocupação com o desenvolvimento de ações que ultrapassem os limites da OP para primeira escolha e ensino universitário (Ivatiuk, 2004), aplicando-se a outros estratos da população. E agora, na presente pesquisa, procurou ampliar esse interesse e estudo para as PEs.

Na Introdução serão apresentados os temas relevantes para a compreensão da pesquisa. Primeiramente, procura-se delimitar quem são as PEs, sendo, na seqüência, discutidas algumas questões relativas ao mundo do trabalho para pessoas dessas populações. Como estratégia possível de inserção em atividades profissionais, propõe-se a OP e suas práticas. Por fim, porém não menos importante, serão discutidos os aspectos referentes aos estudos de revisão.

O método apresentará o delineamento organizado para esta pesquisa, bem como o caminho que foi realizado pela pesquisadora para obtenção dos dados. Os resultados e as discussões são expostos de forma quantitativa e qualitativa, a partir dos dados que foram compilados e categorizados segundo um Formulário especificamente desenvolvido para esse fim. Nas conclusões são feitas algumas

sugestões com base na compreensão que a pesquisadora foi desenvolvendo ao longo da elaboração do trabalho.

## **INTRODUÇÃO**

Populações Especiais (PEs) abrangem um largo contingente de problemáticas e contextos e não apenas aquelas que se referem ao indivíduo portador de uma deficiência, conforme regulamenta o decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (Brasil, 1999). Nesse grande conjunto pode haver outros grupos, chamados de populações específicas, como pacientes com problemáticas de saúde específicas, como a questão das deformidades craniofaciais (Amaral & Rezende, 2002), doenças crônicas (Brito & Barros, 2008), doentes mentais (Ribeiro, 2004), entre outros. No entanto para esta pesquisa, dada as limitações que todo trabalho dessa natureza possui, houve a necessidade de uma delimitação para que ele pudesse ser realizado, portanto, aqui serão incluídas apenas as populações especiais (PEs), portadoras de deficiências, que abrangem um grupo bastante expressivo da população geral.

### **1. O QUE SÃO AS POPULAÇÕES ESPECIAIS (PEs)**

O que hoje se chama de populações especiais ou PEs, nem sempre foi nomeado dessa maneira. A definição dos termos mistura-se à compreensão histórica do indivíduo com deficiência e seu lugar na sociedade e no mundo do trabalho.

Quintão (2005) propôs uma reflexão da origem do termo em dicionários, o qual remete para a compreensão de falha, carência, imperfeição, defeito ou insuficiência e que cada indivíduo deve compreender isso como alguns aspectos na vida diária, pois em vários momentos e situações, pode-se falhar, ser imperfeito.

Na Antiguidade, os povos tinham uma visão mística acerca do tema, relacionando-o com culpa por algum pecado que fora cometido ou resultado de uma ação sobrenatural. Mas muitas deficiências também podiam ser adquiridas, devido à prática de mutilação, por castigos recebidos ou por conseqüências das constantes guerras nas quais as pessoas se envolviam, sendo que estes recebiam um tratamento mais digno e eram considerados heróis. Já as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram abandonadas em lugares sagrados ou nas florestas (Clemente, 2008). Com a idade média e o advento do

Cristianismo, os doentes e os deficientes receberam um tratamento que estava muito próximo da caridade e tolerância. Surgiram, nesse momento, instituições e hospitais que realizavam o assistencialismo, sempre apoiados pela Igreja (Clemente, 2008).

Foi durante o período do Renascimento que houve uma mudança considerada significativa com o advento das ciências. Iniciaram-se as práticas de reabilitação da pessoa com deficiência em áreas como medicina e educação (Clemente, 2008). “No Século XIX surgiram as primeiras escolas especializadas para cegos na Europa e Estados Unidos. Na mesma época, foi desenvolvido o método Braille, que é um sistema de leitura com o tato para cegos, inventado pelo francês Louis Braille” (Clemente, 2008, p. 21). A partir de então é que os indivíduos deficientes passaram a participar da vida social e do mundo do trabalho, com os programas de reabilitação realizando treinamento profissional com a intenção de desenvolver suas capacidades e potencialidades (Clemente, 2008; Moreira, Michels & Colossi, 2006).

Segundo Clemente (2008) a grande mudança nesse sentido ocorreu no Século XX com os avanços tecnológicos e científicos, em conjunto com uma sociedade com postura de aceitação e busca do bem-estar de todos os indivíduos. O mundo começou a se organizar melhor em termos de direitos humanos e cidadania através de órgãos e instituições como: Organização das Nações Unidas (ONU); Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) que passaram a apoiar os referidos programas de reabilitação, produzindo conhecimento e legislações sobre a pessoa portadora de deficiência. Por outro lado, essas pessoas começaram a se organizar para lutar por seus direitos.

Essas organizações, passaram a definir o termo deficiência com mais cuidado e fazendo com que esses indivíduos recuperassem a dignidade. Costalatt (2003, p. 31) explicou que para a OIT o termo refere-se a “toda pessoa cujas possibilidades de conseguir e manter um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada”. O mesmo autor complementou com a posição da ONU, que define que o termo pessoa portadora de deficiência deve identificar o indivíduo que, devido aos “déficits” mentais ou físicos, não possa

satisfazer de forma parcial ou total, as suas necessidades vitais e sociais, como fariam os demais indivíduos.

A definição brasileira, para o termo deficiência, segue o decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999 (Brasil, 1999) e propõe que a mesma se refere a uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico ou social. Aqui se faz necessária a compreensão de que uma deficiência pode ser congênita (o indivíduo já nasce com ela) ou adquirida (através de acidentes, traumas e outros). Nesse sentido, Clemente (2008) chamou a atenção para o fato de que as deficiências adquiridas têm se desenvolvido muito nos últimos anos, principalmente na faixa etária correspondente de 40 a 44 anos, o que pode significar 20,1% da população deficiente. Porém, o autor não explica se esses números referem-se a deficiências permanentes ou transitórias.

Além disso, não basta compreender dessa forma o termo, mas também faz-se necessário compreender a que categorias tais situações se remetem. Para tanto segue a definição do artigo 70º do Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004 (Brasil, 2004), que alterou o artigo 4º do decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999 (Brasil, 1999):

Art. 70º O artigo 4º do 3.298 de 20 de dezembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º - É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

**I - Deficiência Física** – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

**II – Deficiência auditiva** – perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500hz, 1000hz, 2000hz e 3000 hz;

**III – Deficiência Visual** – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor de 0,05 no melhor olho,

com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

**IV – Deficiência Mental** – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer e
- h) trabalhos;

**V – Deficiência Múltipla** – Associação de duas ou mais deficiências.

Para se comprovar que uma pessoa é deficiente, tanto para termos de empregabilidade, como de direitos e deveres, fazem-se necessárias as seguintes ações (Brasil, 2007, p. 25):

- a) Laudo médico, que pode ser emitido por médico do trabalho da empresa ou outro médico, atestando enquadramento legal do (a) empregado (a) para integrar a cota, de acordo com as definições estabelecidas na Convenção nº 159 da OIT, Parte I, art. 1; Decreto nº 3.298/99, arts. 3º e 4º com as alterações dadas pelo art. 70 do Decreto nº 5.296/04. O laudo deverá especificar o tipo de deficiência e ter autorização expressa do (a) empregado (a) para utilização do mesmo pela empresa, tornando pública a sua condição;*
- b) Certificado de Reabilitação Profissional emitido pelo INSS.*

E quem seriam essas pessoas? O Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2000), caracterizou tal população, como se observa na Tabela 1.

Tabela1. – Distribuição das deficiências no Brasil no ano de 2000 segundo o Censo demográfico de 2000 (IBGE)

Deficiência	F
População Total.....	169.872.856
Pelo menos uma deficiência.....	24.600.256
Deficiência Mental permanente.....	2.844.937
Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente.....	937.463
Falta de membro ou parte dele.....	478.597
Incapaz com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar.....	16.644.842
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir...	5.735.099
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas.....	7.939.784

Segundo os dados da Tabela1, identifica-se que 14,5% da população total brasileira têm algum tipo de deficiência ou incapacidade, principalmente na idade produtiva, ou seja, de realizar a inserção no mercado de trabalho. Segundo Clemente (2008) esses dados contrariam o popular “censo comum”, para o qual o indivíduo tem uma deficiência apenas se estiver numa cadeira de rodas ou se comunicar por meio de sinais. Os dados demonstram, na verdade, justamente o contrário, pois apresentam um contingente considerável populacional, dos quais uma parcela considerável adquiriu alguma deficiência ao longo da vida, conforme apresentou o referido autor.

Uma vez que essa é a realidade brasileira, faz-se necessária a compreensão dos termos que já foram utilizados para se referir a essa população. Marquezan (2008) apontou tais termos, realizando críticas sobre os mesmos. Para ele, quando se utilizou “Aluno necessitado”, apenas reforçava as políticas assistencialistas e intervencionistas; a designação “excepcional” demonstrava o discurso da medicina na construção do sentido e na constituição do sujeito deficiente e, por fim, “Pessoa Portadora de Deficiência” e “Educando com Necessidades Especiais” demonstram o indivíduo na sua interrelação entre o discurso médico, com o psicológico e com o pedagógico, numa postura um pouco mais condizente com a realidade, que procura compreender o indivíduo de maneira biopsicosocial. Ferreira (2007) defendeu que a utilização do termo “necessidades especiais” é adequado, uma vez que as deficiências podem implicar em determinadas necessidades, que podem ser sim compreendidas como especiais, pois desta forma todos se utilizarão de recursos que sejam

eficazes para esta população. Mas ressaltou que isso deve realmente resultar em ações que sejam adequadas e que possam sim fazer jus à nomenclatura utilizada.

Eventos foram organizados e deram origem a documentos, como a Declaração de Salamanca (1994), a qual abordou princípios, políticas e práticas, iniciando pela proposição do termo Necessidades Educativas Especiais (NEEs), com o qual procuraram que as escolas regulares constituam um dos meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, ensejando uma sociedade inclusiva e gerando, assim, educação para todos. Com isso, tentou-se fazer com que as chamadas “Escolas Especializadas” deixassem de existir nos moldes que vigoravam até então, onde o indivíduo que fazia parte dela não tinha condições de acesso a um ensino regular e as mesmas passam a ter um caráter temporário na vida dessas pessoas, com o sentido de prepará-los para essa escola inclusiva que daria conta dessa população também do ponto de vista educacional (MEC, 2009).

A legislação educacional brasileira, no que se refere a essa questão, passou por constantes conflitos, permeados por calorosos debates sobre como regulamentar essa situação (Moreira & cols., 2006). Algo é fato: muitas pessoas que possuem alguma deficiência não estão impedidas, do ponto de vista cognitivo e pedagógico, de frequentar a educação regular, mas muitas vezes são as escolas que não estão preparadas para recebê-las. Seja no aspecto da estrutura física, em que sobram escadas e faltam rampas para o acesso dos deficientes físicos; na falta de material adequado em braille para o acompanhamento dos visuais e no preparo dos profissionais, como a linguagem de sinais para os auditivos.

Segundo Quintão (2005, p. 76) a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), prevê a garantia de vagas na escola regular para educandos portadores de necessidades especiais desde a educação infantil, assim como contempla a compra de vagas pelos governos em escolas especiais, instituições privadas sem fins lucrativos, para os casos que necessitam de uma condição de ensino especializado”. Explicou também que essa questão do ensino especial não é um aspecto simples e nem fácil de ser compreendido e requer o esforço de diferentes disciplinas e profissionais envolvidos. O fato é que o ensino regular precisa realmente se adaptar para

conseguir cumprir essa lei, principalmente no que se refere ao preparo dos professores para a compreensão do que precisa ser desenvolvido.

Os portadores de deficiência que rompem essas barreiras, certamente conseguem terminar a educação básica formal e certamente ingressar no ensino médio (Pigatto, Klein & Wisnesky, 2000) e posteriormente no ensino superior (Hitchings & Retish, 2000; Moreira & cols., 2006), caso assim desejem. Mas é fato que em cada uma dessas situações educacionais terão algumas “necessidades especiais” e somente conseguirão finalizar a formação iniciada, se o sistema estiver disposto a oferecer estratégias nesse sentido. Ferreira (2007) apresentou um modelo sobre como compreender a constituição de uma necessidade especial e quem está diretamente envolvida com a mesma, em uma Universidade Estadual que disponibiliza um serviço especializado para atender essa demanda e com resultados satisfatórios e um menor nível de evasão universitária das pessoas que o frequentam. Nesse modelo eles procuram entender e definir que condições especiais (deficiências) podem gerar limitações ou dificuldades e que estas podem produzir necessidades especiais, as quais podem demandar que isso se contemple em técnicas educacionais especializadas que demandam o apoio e envolvimento institucional como um todo. Percebe-se com esses dados que a organização e a efetivação das ações dependem não apenas de algumas pessoas, mas de toda uma instituição que de fato se organize para solucionar e atender essa demanda e, assim, realizar práticas que sejam de fato inclusivas (Quintão, 2005). Essa é uma estratégia que pode auxiliar no avanço das dificuldades anteriormente citadas (Levinson & Ohler, 1998; Moreira & cols., 2006) e fazer com que os princípios da exclusão sejam definitivamente banidos das relações (Quintão, 2005).

Portanto, uma das metas básicas da Educação de jovens e adultos portadores de deficiências, independente do nível educacional, deve ser capacitá-los para o exercício de uma atividade profissional e auxiliá-los em sua inserção no mercado de trabalho, seja este formal ou informal, visto que o trabalho é uma das melhores vias de inclusão (Mendes, Nunes, Ferreira & Silveira, 2004).

## **2. O MUNDO DO TRABALHO PARA ESSAS POPULAÇÕES**

O trabalho, que é uma atividade central na vida dos seres humanos, pode ser afetado por uma deficiência (Szymanski, 2000). Segundo a OIT (2006), há

650 milhões de pessoas portadoras de deficiência no mundo, e dessas, 450 milhões estão em idade de trabalhar.

Historicamente, as pessoas com deficiência têm experimentado maiores taxas de desemprego e subemprego e inferior formação educacional formal se comparadas a seus pares (Cummings, Maddux & Casey, 2000; Hitchings & Retish, 2000; Ochs & Roessler, 2001; OIT, 2006). Porém esses dados têm melhorado nas últimas décadas, conforme defende Fabian (2007). Hitchings e Retish (2000) explicaram que isso se deve ao fato deles já conseguirem frequentar o ensino superior, o que pode possibilitar novas oportunidades de trabalho. Lindstrom e cols. (2008) apresentaram dados referentes à questão do gênero, de acordo com os quais mulheres com deficiência, embora tenham frequentado o ensino superior, continuam apresentando maiores dificuldades de ingresso no mundo do trabalho. Como a atenção às mulheres, há necessidade de atenção para com a existência de algumas necessidades específicas, incluindo a de assistência com o treinamento ou o refinamento das competências necessárias para a obtenção do primeiro emprego, bem como para alcançar seus objetivos de carreira futura (Hitchings & Retish, 2000).

A transição da escola para a vida profissional é um processo orientado para resultados que abrangem uma ampla gama de serviços e experiências que levam ao emprego. A transição, no caso do indivíduo com deficiência, é um período que pode incluir desde o ensino fundamental até a educação de nível superior; ou então serviços complementares de formação profissional para adultos e os primeiros anos de emprego. Por transição entende-se como uma ponte entre a segurança e a estrutura oferecida pelo sistema educacional e as oportunidades e riscos da vida adulta (Levinson & Ohler; 1998). Além disso, as transições de sucesso acontecem em contextos particulares, os quais necessitam de reabilitação profissional ou do emprego com supervisão num primeiro momento (Johnson, Mellard & Lancaster, 2007). “A educação e transição para o trabalho é considerada uma área prioritária não apenas pelos especialistas, mas, sobretudo, pelos próprios portadores de deficiências” (Mendes & cols., 2004, p. 106).

Sabe-se que, as pessoas com deficiências, que estão inseridas no mercado de trabalho e que atuam em situações semelhantes aos seus pares, têm

mais condições de ampliar o seu repertório comportamental, inclusive sob o aspecto dos relacionamentos sociais (Mendes & cols., 2004).

A inserção da pessoa com deficiência no contexto do trabalho é um tema que vem fazendo parte das discussões dentro da Educação Especial já de longa data, porém, a preocupação com essa questão começou a se estender para o meio empresarial somente a partir da aprovação de leis específicas que tentam assegurar esse direito (Tanaka & Manzif, 2005, p. 273).

No Brasil, isso ficou reconhecido por meio da Lei de Cotas (Lei Nº 8.213 de 24 de julho de 1991, Brasil 1991), que visa garantir ao portador de deficiência dispositivo legais para um espaço no mercado de trabalho pela via da empregabilidade, reservando um percentual de cotas proporcionalmente ao número de funcionários de uma empresa, tais como:

Art. 93º - A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas na seguinte proporção:

I – até 200 empregados.....	2%
II – de 201 a 500 empregados.....	3%
III – de 501 a 1000 empregados .....	4%
IV – de 1001 em diante .....	5%

Parágrafo 1º - A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final do contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

Parágrafo 2º - O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados

Entretanto, o que se observa na prática são dados diferentes desses propostos pela lei (Araujo & Schmidt, 2006; Clemente, 2008; Lobato, 2009; Tanaka & Manzif, 2005; Quintão, 2005; Simonelli, 2009), sendo que em muitos casos o que deveria incluir torna-se excludente e discriminatório (Quintão, 2005).

O Brasil que tem uma estrutura econômica instável, com um quadro muito variável de desemprego, principalmente para o trabalho formal, a concorrência para se obter um espaço no mercado de trabalho é imensa (Tanaka & Manzif, 2005). Assim como a falta de informação sobre a deficiência, aliada a possíveis crenças de que o indivíduo com deficiência não irá corresponder em termos de produtividade, pode gerar dificuldades quanto à absorção dessa mão-de-obra pelas empresas (Araujo & Schmidt, 2006; Clemente, 2008; Lobato, 2009; Tanaka & Manzif, 2005; Simonelli, 2009). Além disso, outro aspecto que pode dificultar a inserção da pessoa com deficiência no trabalho, freqüentemente apontado pela literatura científica é a falha no processo de formação e qualificação profissional (Araujo & Schmidt, 2006; Carreta, 2004; Clemente, 2008; Lobato, 2009; Marquezan, 2008; Moreira & cols., 2006; Pereira, 2006; Tanaka & Manzif, 2005; Quintão, 2005; Simonelli, 2009).

Na realidade brasileira é comum que ocorra a formação de pessoas com deficiências por intermédio de programas desenvolvidos por oficinas pedagógicas ou instituições de ensino especial (Costallat, 2003; Tanaka & Manzif, 2005). Porém, há críticas em relação aos procedimentos que são desenvolvidos nesses programas, pois nem sempre há o preparo profissional e social adequado, no que concerne ao desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para o mercado de trabalho (Toldrá & Sá, 2008). Percebe-se, com isso, que o indivíduo não tem a mesma chance de inserção que seus pares, e, por consequência, a despeito de suas competências, busca respaldo na Lei de Cotas. Porém, isso não garante que irá conseguir se manter atuando (Araujo & Schmidt, 2006; Tanaka & Manzif, 2005).

Conforme afirmam Tanaka e Manzif (2005, p.281), “Quando se escolhe um trabalho em função apenas das limitações de uma pessoa corre-se o risco de ignorar as suas reais necessidades e possibilidades para o exercício de um trabalho”. Dados apresentados por Clemente (2008) sobre a utilização da Lei de Cotas pelas empresas, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2006 havia apenas uma vaga reservada para o portador de deficiência, a cada 22 portadores que estavam em idade de trabalhar. Por outro lado, foi apenas a partir de 1999 que a lei foi regulamentada para ser acompanhada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e, a partir disso,

tal órgão levou um tempo para se organizar para realizar a fiscalização e apenas em 2003 é que começaram a ser multadas as empresas que não realizavam a inclusão de forma adequada. Clemente (2008) finaliza que os dados atuais, embora demonstrem um maior número de pessoas empregadas, não são reais, devido ao fato de que são apontadas as inserções realizadas atualmente, mas não são acompanhadas as pessoas que já estavam inseridas e que podem, inclusive, ter mudado de empresa e estar novamente na estatística de nova inclusão. Uma outra estratégia de Inserção Profissional do portador de deficiência, refere-se a ocorrência de situações nas quais pessoas com deficiências se tornam os profissionais que vão ajudar na formação de pessoas com deficiências similares, principalmente nas instituições especializadas (Glover-Graf & Janikowski, 2001).

Como todo processo de mudança social que depende da superação de preconceitos e de mudança de visão, a inserção de pessoas portadoras de deficiência deverá se dar progressivamente, mas de forma inexorável, no mundo do trabalho. Para isso devem contribuir o aperfeiçoamento da legislação de um lado, e a convivência das pessoas no ambiente de trabalho (ainda que em certos casos forçada), com pessoas portadoras de deficiência. Para isso é importante que os indivíduos possam de fato estar melhor preparados para o mercado de trabalho. Sabe-se que uma outra forma de auxiliar, além do preparo profissional, através do desenvolvimento de competências, são os processos de Orientação Profissional ou OP, que serão melhor discutidos a seguir.

### **3. ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL (OP)**

Os indivíduos, ao longo de suas vidas, precisam realizar uma porção de escolhas, como o que vestir, o que comer, com o que se divertir, o que ler, com quem se casar, em que trabalhar, sendo a decisão por isso ou aquilo, um comportamento que faz parte do repertório do indivíduo e do tipo de reforço que ele espera com a sua escolha (Schwartz, 2004). Esses aspectos servem como base, também, para o que se nomeia como Escolha Profissional. Tal situação pode ocorrer de forma natural e sem necessidade de maior apoio de outras pessoas, porém, por outro lado, pode necessitar da ajuda de outras pessoas para auxiliar nesse momento de angústia, dúvidas e indecisões (Soares, 2009). A essa pessoa que pode desenvolver tais atividades, dá-se o nome de Orientador

Profissional (Lima, 2007). O indivíduo precisa estar satisfeito com sua escolha profissional, pois é pelo mundo do trabalho que este encontra seu reconhecimento social (Lima, 2007). É importante, também, que se compreenda qual o valor social que é a ele conferido, uma vez que este se altera de sociedade para sociedade (Rocha, Sarriera & Pizzinato, 2004).

Entende-se por OP um processo no qual o indivíduo tem a possibilidade de receber auxílio sobre as dúvidas que possui, em relação à escolha de uma profissão, estabelecimento de princípios referentes à carreira, inserção profissional, orientações sobre o mercado de trabalho e até mesmo aposentadoria (Lehman, 2010; Soares 2009) e ainda, sobre quais decisões são possíveis de serem definidas no momento de vida em que se encontram. Vale lembrar que essas não são as únicas modalidades possíveis de OP, mas que talvez sejam as mais freqüentemente estudadas, ainda que o cenário atual demonstre novas perspectivas nessa área (Brito & Barros, 2008; Ivatiuk, 2004; Ivatiuk & Amaral, 2007; Neiva, 2009). Dessa prática subentende-se o constructo de algo definido como identidade profissional, a qual é organizada a partir do desenvolvimento desse processo e “passível de revisão e de constantes ressignificações, definindo-se, essencialmente, pelo tipo de compromisso, de ideal e de meta com os quais o indivíduo vincula-se e identifica-se” (Valore, 2010, p. 65).

Nessa identidade estão imbuídos aspectos conhecidos como habilidades e potencialidades. Todo indivíduo nasce com uma série de potencialidades que podem vir a desenvolver ao longo de sua existência. Tais potencialidades transformam-se nas habilidades, por meio de desenvolvimento ou treinamento (Neiva, 2007). No momento de uma escolha profissional, a discriminação de tais habilidades pode ser um fator primordial para que o indivíduo realize a melhor escolha possível, naquele momento. Diz-se que as habilidades são referentes a fatores psicológicos que estão envolvidos no momento da escolha, porém também fazem parte os econômicos e sociais (Medico, 2005). Por outro lado, é importante que se saiba que a OP não é uma prática exclusiva do Psicólogo (Melo-Silva, Bonfim, Sbrogeo & Soares, 2003), mas a Psicologia oferece seus instrumentos, visando proporcionar reflexão e autoconhecimento (Noronha & Ambiel, 2006). Aqui, expor-se-á apenas a OP do ponto de vista desta área do conhecimento.

A história e desenvolvimento da OP já foi revista por muitos trabalhos como Naville (1975); Baptista (1984); Soares (1999); Melo-Silva e Jacquemin (2001); Ballarine (2002); Gabaldi, (2002); Ivatiuk (2004), Abade (2005), Lima, 2007; Neiva (2007) os quais relataram dados desde a antiguidade até os dias mais atuais sobre como este processo foi se estruturando, as áreas às quais foi sendo relacionando e se tornando cada vez mais eficaz e aplicável. Nesse trabalho não se fará este tipo de explanação, mas somente se apresentarão alguns dados atuais que podem servir como base para essa proposta.

Muitas são as formas de entender e estudar a OP e percebe-se que este é um campo que se encontra em expansão, portanto, encontram-se diversas formas de apresentar esse trabalho, mas às vezes algumas nomenclaturas para se referir a isso ou aquilo são diferentes para nomear eventos semelhantes. Isso ocorre principalmente na questão da explanação inicial do que é OP e seus pressupostos básicos.

Para alguns a prática de OP pode ser dividida segundo o campo de atuação das áreas tradicionais da Psicologia, como clínica, escolar e organizacional (Soares 2000); para outros de acordo com as diferentes correntes teóricas do desenvolvimento vocacional (Melo-Silva & Jacquemin, 2001; Neiva, 2007). E ainda outros defendem que o processo de OP seja caracterizado segundo a modalidade do trabalho a ser desenvolvido (Lehman, 2010). Neste sentido Melo-Silva e cols. (2003) alertaram para o fato de que embora em muitos trabalhos haja essas diferenças de contextualização, o importante é que estes se ocupam do que estes autores nomearam de eixos temáticos similares, como a questão do autoconhecimento, a escolha, a informação sobre as profissões ou percepção da realidade e o mundo do trabalho.

Segundo Abade (2005), a fundação da Associação Brasileira de orientadores profissionais (ABOP) em 1993 foi muito importante para a OP brasileira, pois com ela passou-se a organizar melhor os artigos e as produções na área e o conhecimento produzido pode ser melhor divulgado.

Nesta pesquisa, pretende-se apresentar alguns desses aspectos que são relevantes para o cenário da OP brasileira e para o contexto que foi estudado, porém sabe-se que ele não abrangerá todas as formas possíveis disso ser realizado, uma vez que nem todas foram pertinentes para essa pesquisa.

### **3.1 Principais Referenciais Teóricos**

Os profissionais que têm se dedicado à OP no Brasil sofreram diversos tipos de influências teóricas na condução de suas práticas. Dentre eles, talvez, o mais influente, até os dias atuais, seja o modelo psicanalítico a partir dos trabalhos do argentino Bohoslavsky (1993). Sua atuação pautava-se no Modelo Clínico de atendimento e visava o trabalho com a questão da primeira escolha profissional. Seu trabalho foi considerado um marco na área, porque até então havia o predomínio dos trabalhos classificados como modalidade estatística, ou seja, a OP era desenvolvida baseada exclusivamente nos resultados de Testes utilizados para tal finalidade (Lima, 2007; Neiva, 2007). Na sua estratégia de trabalho, até podem ser utilizados testes, mas estes não eram o objetivo principal e sim todo o processo que se desenvolvia, onde se procurava trabalhar basicamente três aspectos principais: o autoconhecimento, a realidade do mundo do trabalho e a escolha profissional propriamente dita. Sua proposta de atuação influenciou diretamente os trabalhos de Müller (1988), Carvalho (1995) e Levenfus (1997b).

A partir de então outras abordagens psicológicas também passaram a estudar o tema e se posicionar sobre as questões que o envolvem; a Sócio-Histórica por A. Bock e Aguiar, (1995) Ferreti (1997) e S. Bock (2002); o Psicodrama com Lucchiari (1993) e Soares (2002); a Abordagem Psicodepagógica (Hissa & Pinheiro, 2002); a Analítico Comportamental com Moura (2004) e Ivatiuk (2004) e, de forma bem recente, a Cognitivo-evolutiva (Bardagi, 2010). O fato interessante é que todos os trabalhos desenvolvidos por essas teorias visam à primeira escolha e o ingresso no ensino superior, com exceção do trabalho de Ivatiuk (2004), que abordou a primeira escolha para profissões não-universitárias. Talvez na prática diária, outras correntes teóricas também se ocupem desses trabalhos, porém eles ainda não estão publicados e de domínio público.

### **3.2 Modalidades e Locais de Intervenção**

As formas de atuação praticadas pela OP são as modalidades individuais e grupais. E estes podem ser realizados em contextos diversos, que variam desde o ambiente clínico, as instituições (escolas, centros comunitários, ONGs, Igrejas) e as clínicas-escola. Em muitos trabalhos encontra-se o relato de utilização do

Método Clínico, proposto por Bohoslavsky, em locais como escolas (Crestani, 2000; Oliveira, 2000; Silva, 1997; Valore, 2003). Importante que fique claro que são significados diferentes atribuídos a uma mesma grafia (método clínico e ambiente clínico), mas são passíveis de serem utilizados em conjunto, informando dados distintos de atuação.

Melo-Silva e cols. (2003) realizaram uma pesquisa em que procuraram caracterizar as principais atividades realizadas dentro desse campo de atuação. Fizeram parte do estudo 84 participantes que estavam em um congresso da área, no ano de 1999. Os resultados apontaram que 61% realizavam intervenções em grupo e 15% realizam atividade individual, o restante usava ambas as formas. Em relação ao local de atuação, 53% desenvolviam suas atividades no ambiente clínico. Segundo as autoras, esse fato pode ser compreendido devido ao fato da formação em OP, nos cursos de psicologia estar, naquela época, intimamente relacionada com essa área de atuação e a falta de políticas públicas que estabeleçam a obrigatoriedade da escola oferecer esse tipo de trabalho.

O ambiente clínico, compreendido aqui pela realização no espaço físico de uma clínica psicológica e não ao método utilizado, propicia a realização de atividades individuais, uma vez que é mais comum cada um procurar pelo processo de OP sozinho ou com o auxílio dos pais e isso dificulta a formação de um grupo, pois não se pode precisar quanto tempo se levará para que outro indivíduo com características semelhantes procure pelo mesmo tipo de atividade (Levenfus, 1997b). Já os ambientes institucionais ou clínicas-escola propiciam o trabalho em grupo, pois geralmente a demanda é maior e torna-se mais fácil a organização de atividades em grupo (Carvalho, 1995; Levenfus, 1997a; Melo-Silva & Jacquemin, 2001; Moura, 2004; Soares, 2000; Valore, 2002/2010). Deve-se lembrar que para a realização de atividades em grupo há necessidade do estabelecimento de critérios conhecidos como seleção e grupamento (Zimerman, 1997).

A literatura aponta que a intervenção nesses locais tem se tornado mais freqüente, principalmente em relação às instituições (Ivatiuk, 2004; Lima e Strazzieri, 2007; Sarriera, Silva, Kabbas & Lópes, 2001). Sarriera, um psicólogo que atua com OP e psicologia comunitária, realiza com seu grupo de trabalhos uma série de atividades em nível institucional, como o desenvolvimento de habilidades sociais para jovens que procuram emprego (Sarriera, Meira, Berlim,

Bem & Câmara, 1999) e programas de inserção laboral para jovens a procura de emprego (Sarriera, Câmara & Berlim, 2000b). Os trabalhos desenvolvidos em clínicas-escolas fazem parte dos trabalhos de Carvalho (1995), Lassance (1999), Lehman (2010), Lima (2007) e Soares (2009) e estão diretamente relacionados com as atividades desenvolvidas em clínicas psicológicas organizadas dentro das instituições de nível superior e que desenvolvem a formação de alunos em nível de graduação ou pós-graduação.

### **3.3 Técnicas e instrumentos de OP**

O uso de técnicas auxiliares e de instrumentos de avaliação durante um trabalho de OP depende da formação teórica, das habilidades desse profissional e do tipo de trabalho que ele vai desenvolver. A questão da escolha dos instrumentos e técnicas a serem utilizadas é de fundamental importância para o alcance dos objetivos que foram propostos para o trabalho. Os dados Melo-Silva e cols. (2003) referentes às técnicas e/ou instrumentos utilizados, demonstraram que os psicólogos, independente se atuam em clínicas ou instituições, se utilizam mais frequentemente das dinâmicas de grupo (91%), seguidos por entrevistas (44%), Testes (41%) e Informação Profissional (33%); sendo que outras estratégias foram descritas, porém em proporções menos significativas.

Na literatura especializada encontram-se trabalhos que se ocupam em estudar e publicar as técnicas possíveis de serem utilizadas em OP, gerando, assim, uma série de sugestões para o desenvolvimento dos mais diversos tipos de atuação em OP, como os de Giacaglia (2003), Lucchiari (1993a); Lassance (1999); Soares e Krawulski (2002/2010), os quais sugeriram técnicas que podem ser utilizadas nas mais diversas fases (autoconhecimento, realidade profissional, escolha propriamente dita), tipos (primeira escolha, inserção profissional, reorientação profissional) e modalidade de intervenção (individual ou grupal) da OP. Outros discutem a forma de analisar essas técnicas, como Lemos (2010) que descreveu uma análise das estórias produzidas quando utilizado a técnica de desenhos de profissionais no exercício de sua profissão; Levenfus (2002/2010) organizou uma estratégia de análise para a atividade de autobiografia e Neiva (2002b/2010b) analisou e agrupou as frases contidas na atividade Frases Incompletas, organizada originalmente por Bohoslavsky para auxiliar a compreensão da análise dessa atividade ao realizá-la.

Há outros materiais que procuram fornecer dados que auxiliem os orientadores profissionais a realizar o processo de informação profissional, com estratégias adequadas para esta finalidade (Carvalho, 1995; Greca, 2000; Medico, 2005; Uriartt, Paradiso, Lassance e Bardagi, 2003; Soares, 2003), ou então fornecem dados específicos sobre informações das profissões (Filomeno & Régis, 2001; Levenfus, 2005). Alguns trabalhos referem-se a instrumentos que podem ser aplicados em OP, como o Berufsbilder Test (BBT) (Jacquemin, Melo-Silva & Pasian, 2002/2010); o Jogo de Critérios para Escolha Profissional (Neiva, 2010c); a Escala de maturidade para escolha profissional (Neiva, 2002a/2010a), Teste de Avaliação dos Interesses Profissionais (AIP) (Levenfus & Bandeira, 2010); Escala de Aconselhamento Profissional (EAP) (Noronha, Santos e Sisto 2010), sendo estes os mais freqüentemente utilizados.

### **3.4 Tipos de trabalhos desenvolvidos em OP**

Conforme já foi relatado de forma breve, vários são os tipos de trabalhos que podem ser desenvolvidos dentro do campo da OP. Até algum tempo atrás, na literatura havia o predomínio dos trabalhos referentes à primeira escolha profissional e que visavam o acesso ao ensino superior, como nos trabalhos propostos por Carvalho (1995), Soares (1999), Greca, (2000), Moura (2000), Melo-Silva e Jacquemin (2001), Neiva (2007). Porém há mudanças nesse cenário e hoje já se encontram trabalhos com populações que não tenham esse objetivo (Ivatiuk, 2004; Ivatiuk & Amaral, 2007).

Segundo Carvalho (1995), foi no final dos anos 70 e início dos 80 que os trabalhos de OP começaram a refletir a necessidade de outras práticas de OP que pudesse atender ao interesse de outras classes sociais e não apenas de jovens advindos de condições econômicas e sociais mais privilegiadas. Porém isso não se alterou de imediato na prática dos orientadores, foram necessários acontecimentos para que isso pudesse de fato ser alterado.

Atualmente, mesmo com toda a expansão do ensino de nível superior, a realidade sugere que nem todas as pessoas têm possibilidades de acesso ao ensino superior, seja por falta de interesse nesse sentido, ou por questões de aprendizagem que impedem a pessoa de ter esse tipo de escolarização. Porém isso não quer dizer que ela não tenha capacidade para desenvolver algum tipo de atividade profissional. Nesse sentido, ela pode desenvolver uma profissão tida

como básica ou técnica, a qual não demanda necessariamente um nível de escolaridade, mas a qualificação necessária para a execução dessa atividade (Ivatiuk, 2004).

Eidelwein (2005) ao realizar um estudo sobre a importância da psicologia em projetos sociais e trabalho, concluiu que o trabalho do orientador profissional não deve ser restrito a encontrar um nível profissional para o seu participante, mas que seja realmente o de educar para um processo de escolha, o que faz com que o indivíduo sabendo escolher, a profissão se torne uma consequência e não a finalidade do trabalho. E conclui que tais recursos irão auxiliar esse indivíduo em vários momentos em que precisar realizar outras escolhas.

Embora haja esse predomínio para os trabalhos de primeira escolha profissional, essa não é a única forma de se realizar um processo de OP. Percebe-se que hoje, cada vez mais a literatura aponta para outros trabalhos. Soares (2009) descreveu que esse fato está diretamente relacionado com todas as mudanças sociais, científicas, tecnológicas e econômicas que acontecem numa velocidade que faz com que o trabalho do Orientador Profissional também esteja diretamente relacionado com tais avanços. Diante desses fatos ou por não terem realizado um acompanhamento adequado de OP quando realizaram a primeira escolha, os trabalhos relacionados com Inserção Profissional, Reorientação Profissional e Mercado de Trabalho, estão se desenvolvendo e tornando-se tão ou mais importante do que a primeira escolha em si.

Sarriera e cols. (2000a, 2000b) desenvolvem trabalhos com populações cujo objetivo é conseguir realizar a inserção profissional naquilo que é possível no momento, de acordo com as capacidades dos indivíduos e metas de vida. E, para isso, procuram desenvolver um conjunto de habilidades que irão auxiliá-los nesse sentido. Tal programa tem procurado trabalhar a identidade vocacional, as habilidades sociais e os direitos e deveres do trabalhador, sendo estas a base para se desenvolver os requisitos necessários para se tornarem seletivos e com empregabilidade para o mercado de trabalho. Além disso, procuram ensinar estratégias que auxiliem o indivíduo a se manter empregado, bem como alternativas para o trabalho formal.

Nesta mesma temática é possível se trabalhar com indivíduos que já tem uma formação e querem se inserir no mercado de trabalho. Araújo, Sousa, Muniz, Gomes e Antonialli (2008) desenvolveram uma pesquisa onde procuraram avaliar

como estudantes de engenharia realizam a sua inserção profissional. Os dados encontrados apontam para uma necessidade de práticas que auxiliem os mesmos a conseguir atuar profissionalmente de forma adequada. Na literatura estrangeira esse tipo de atividade é conhecido como transição da escola para o trabalho (Brown, 2000). No Brasil ainda é uma prática pouco realizada com exceções das produções de Sarriera e seu grupo de trabalho ou de pesquisas como essa que foi citada.

Outra proposta de se trabalhar com OP é o desenvolvimento de ações com as pessoas que buscam esse serviço no sentido de realizar uma segunda escolha, ou, como é mais nomeada, uma reorientação profissional. Tal proposta procura trabalhar com as indagações que ocorrem quando o indivíduo está exercendo uma profissão e não se encontrou satisfeito com o que se deparou no universo profissional, não conseguiu se colocar no mercado com tal atividade ou foi demitido. E ainda aqueles que não se adaptaram à condição de aposentaria e desejam voltar ao mercado de trabalho (Araújo & Sarriera; 2004; Barros, 2003; Canedo, 2000; Garcia, 2000). Muitas das ações desenvolvidas nesse tipo de atividade são similares às dos indivíduos que procuram a OP para a primeira escolha, uma vez que muitos desses indivíduos não realizaram um processo semelhante na escolha da profissão anterior (Garcia, 2000).

Para alguns autores (Araújo & Sarriera, 2004), o término de um curso de graduação ou formação e a atuação desarticulada dessa formação pode levar o indivíduo a procurar uma reorientação, com o intuito de organizar melhor a sua ação prática, aproveitando o conhecimento que adquiriu no curso realizado, independente do nível a que esse se refere. Muitas vezes as ações de reorientação são necessárias para que as pessoas recuperem a sua saúde, pois há estudos que comprovam que o exercício de atividades profissionais pode causar adoecimento físico e/ou psíquico (Lima, 2007).

Embora seja previsto que nos processos de OP sejam trabalhadas questões referentes ao mercado de trabalho, atualmente algumas ações atendem apenas a essa vertente. Em geral são atividades relacionadas às transformações atuais do mercado de trabalho e às conseqüentes mudanças no perfil das profissões. E, portanto, acabam sendo, em grande parte atividades de informação profissional. A este respeito, vale destacar que muitos indivíduos não têm disponibilidade ou não desejam passar por um processo de OP completo e

desejam apenas obter tais informações. Um tipo de ação atrelada ao fornecimento de informações sobre o mercado de trabalho é desenvolvida pelo site ikwa ([www.ikwa.com.br](http://www.ikwa.com.br)), que disponibiliza informação profissional através de pequenos vídeos profissionais e alunos em formação, das mais diversas áreas do conhecimento.

Por outro lado, as práticas nessa modalidade de atividade estão diretamente atreladas a pesquisas realizadas junto ao mercado de trabalho para reconhecer o que eles esperam das atuações das pessoas que irão realizar tais tipos de atividade (Araujo & Schmidt, 2006; Tanaka & Manzif, 2005). Também auxiliam na compreensão de qual é o valor social que determinadas atividades profissionais podem ter para determinadas sociedades ou classes sociais ou então ser realizado com trabalhadores sobre o significado que o trabalho possui para eles (Rocha & cols., 2004).

Pelo que foi exposto até aqui, identifica-se que muitas são as formas de desenvolver trabalhos de OP e com as mais diversas populações. Mas o que será que tem se realizado com as PEs nessa perspectiva? Cummings e cols. (2000) em seu artigo, apresentaram dados apontando que naquela época havia pouca atenção da literatura teórica para o desenvolvimento de ações de OP com essa população. Ferreira (2007) apresentou dados mais atualizados sobre a inserção no ensino universitário das populações com necessidades especiais, porém, eles estão diretamente relacionados com o indivíduo que já faz parte da instituição em si e não ao seu processo de escolha e acesso a este tipo de formação profissional. Entre uma e outra publicação, que tipos de contribuições e desenvolvimentos na área da OP de PEs podem ser encontrados? Esta é a questão que motivou a presente pesquisa e que levou a pesquisadora a realizar um estudo de revisão da literatura.

#### **4. ESTUDOS DE REVISÃO**

Uma das formas de se realizar estudos científicos sobre determinada área do conhecimento é por meio de pesquisas que busquem organizar o que já foi publicado sobre, com a finalidade de conhecer quais são os principais aspectos que estão sendo pesquisados e fazer reflexões sobre tais estratégias (Abade, 2005; Chope, 2008; Luzzo & MacGregor, 2001; Harrington & Harrigan, 2006; Marques Carneiro, Andrade, Martins & Gonçalves, 2008; Melo-Silva & Soares,

2003; Mendes & cols., 2004; Noronha & Ambiel, 2006; Noronha & cols., 2006; Teixeira Lassance, Silva & Bardagi, 2007; Tien, 2007; Whiston & Brecheisen, 2002).

Marques e cols.(2008) chamaram a atenção para a questão do cuidado que precisa se ter ao realizar um trabalho dessa natureza, para que realmente signifique um avanço na construção de novos saberes e não seja apenas uma explicação a respeito do que já é realizado. Teixeira e cols. (2007) defenderam, ainda, que é através dessa modalidade de trabalho que se consegue demonstrar o quanto a área se desenvolveu e aprimorou. Noronha e cols. (2006) complementaram que é através dessa prática que se consegue também apontar para áreas referentes ao campo em questão e que precisam de maior estudo e desenvolvimento. Portanto, diante dos modelos propostos até aqui, referente à PEs e OP, os quais embasam a metodologia a ser realizada, a presente pesquisa teve como objetivos:

## **OBJETIVO GERAL**

Descrever e analisar a produção científica disponível nas bases de dados nacionais e estrangeiras, no período de 2000 a 2009, referente ao tema orientação profissional em populações especiais.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1) Identificar a produção científica nacional e estrangeira sobre OP de populações especiais, veiculada em artigos, teses e livros.
- 2) Distribuição da produção relativa ao ano de publicação.
- 3) Natureza dos trabalhos (estudos empíricos, relatos de experiência, revisão de literatura, trabalho teórico, trabalho teórico ilustrado).
- 4) No caso de estudos empíricos, relatos de experiência e trabalhos teóricos ilustrados, identificar:
  - 4.1) Tipo de População alvo (Especial ou outros);
  - 4.2) Caracterização das PEs (sexo, idade, tipo de população especial);
  - 4.2) Modalidade da OP (individual ou grupal);

- 4.3) Local da realização da OP (clínica particular, instituição especializada ou clínica-escola);
- 4.4) Instrumentos e técnicas utilizadas.
- 5) No caso de estudos empíricos, identificar o delineamento metodológico (levantamento, correlacional, quase-experimental, experimental, estudo de caso intensivo, meta-análise).
- 6) Modelo teórico dos trabalhos: Psicanalítico, Psicodramático, Social, Comportamental, Psicopedagógico ou Modelo Inespecífico.
- 7) Tipos de Trabalhos em Orientação Profissional: Orientação Profissional para primeira escolha, Inserção Profissional, Reorientação Profissional e Mercado de Trabalho
- 8) Proceder a uma análise qualitativa dos temas: OP em PEs, nas mais variadas possibilidades que o primeiro permite.
- 9) Propor novos desenvolvimentos de pesquisa.

## MÉTODO

A presente pesquisa foi realizada com materiais selecionados por meio de buscas em diferentes ferramentas eletrônicas, tais como bases de dados e portais eletrônicos que reúnem a produção científica da área. Estão organizadas como acesso público ou restrito, sendo que o primeiro caso se pode ter acesso de qualquer computador conectado à internet, já no segundo há necessidade de uma senha que permita o acesso ou um computador que esteja devidamente conectado à referida base. Ambos os casos foram utilizados para esta pesquisa. Como bases de acesso restrito foi utilizada a PsycINFO (<http://ovidsp.tx.ovid.com/spa/ovidweb.cgi>) e de acesso público a Eric (<http://www.eduref.org/Eric/>) e a BVS-Psi (<http://www.bvs-psi.org.br/>). Além desses recursos de pesquisa, também foram utilizados o banco de Dissertações e Teses do Portal Capes (<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>), bem como sítios eletrônicos de periódicos, como o Pepsic e o Scielo.

## MATERIAL

Segue abaixo uma breve explicação sobre cada um dos recursos utilizados para a coleta dos dados, segundo a ordem de citação anterior.

1) PsycINFO: É uma base de dados restrita, com materiais de psicologia, educação, psiquiatria e ciências sociais. Por meio dela se tem acesso a resumos de artigos, de teses e de capítulos de livros. Alguns desses materiais são também disponibilizados na íntegra.

2) ERIC: O Centro de Informações de Recursos da Educação é uma biblioteca digital on-line de pesquisa em educação e informação. ERIC é patrocinado pelo Instituto de Ciências da Educação (IES) do Departamento de Educação dos Estados Unidos. Seu objetivo é fornecer um abrangente e fácil de usar acervo de materiais bibliográficos e textos completos.

3) A Biblioteca Virtual em Psicologia (BVS-Psi): é uma base de dados organizada a partir dos esforços do Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da Universidade

de São Paulo (SBD-IPUSP) e da Organização Pan-Americana da Saúde, por meio do seu Centro Latino Americano de Informação em Ciências da Saúde – BIREME. Disponibiliza resumos e artigos completos em diversos periódicos na área da psicologia. Por meio da BVS-PSI é possível acessar o portal de periódicos eletrônicos em psicologia PePSIC (<http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php>) e o portal *scientific electronic library online* (Scielo) ([www.scielo.br](http://www.scielo.br))

4) O Banco de Teses faz parte do Portal de periódicos da Capes/MEC e tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação *stricto sensu* do país.

## PROCEDIMENTO

Para o acesso ao material foram utilizados os seguintes descritores: Orientação Profissional, Orientação Vocacional, Escolha Profissional, Inserção Profissional, Inclusão, Pessoas com deficiência, Escolha profissional nos deficientes e Populações Especiais, para as buscas em Língua Portuguesa e *Vocational Guidance, Vocational Choice, Special Population, Handicap e Disabilities* para as buscas em Língua Inglesa, sendo que nesta última utilizaram-se menos termos devido ao fato da literatura internacional ser um pouco mais parcimoniosa no sentido dos termos utilizados.

É importante lembrar que embora esses termos sejam os descritores relacionados com a pesquisa em questão, eles também são utilizados para outras finalidades. Um bom exemplo refere-se à expressão “orientação profissional”, que além de designar o processo de ajuda profissional na escolha de uma profissão, pode ser utilizada para trabalhos de orientação com outros fins, como por exemplo, “orientação da equipe de enfermagem no cuidado materno no 1º ano de vida” (Caldeira, Fagundes & Aguiar 2008) ou “o processo de escolha de estudantes de medicina” (Rego, Gomes & Siqueira-Batista, 2008).

Essa explicação é importante e necessária para que sejam bem compreendidos os motivos de exclusão de um número muito grande de referências de algumas bases. O período de busca nas bases foi de 2000 a 2008, sendo que foram incluídos artigos, capítulos de livros, teses e dissertações referentes à temática pesquisada. Em 2009, foram localizadas teses e

dissertações que tinham relação direta com o tema pesquisado e, portanto, foram também incluídas. A definição desse período ocorreu devido ao fato de já haver o trabalho de Mendes, Nunes, Ferreira e Silveira (2004) que já apresentava um levantamento da temática pesquisada até 1999, e contava com metodologia e população semelhantes.

Optou-se pela inclusão das Teses e Dissertações do Portal Capes devido ao fato de que alguns materiais mais recentes ainda não estão publicados. Esta providência deveu-se ao fato de que na literatura nacional o processo editorial de artigos científicos ainda é relativamente moroso, havendo um descompasso entre a produção da tese ou dissertação de mestrado e sua publicação em forma de artigo. Em relação aos trabalhos estrangeiros, considerou-se inviável acessar teses e dissertações completas, portanto, este tipo de referência limitou-se às brasileiras.

Os idiomas utilizados foram o português e o inglês, sendo que os demais idiomas foram excluídos da pesquisa.

As referências que não puderam ser acessadas integralmente via busca eletrônica foram pesquisados nas bibliotecas nacionais através de acesso direto ou intercâmbio.

As referências encontradas em mais de uma base de dados foram contabilizadas apenas uma vez, visto que ter um trabalho indexado em mais de uma base de dados é uma prática comum no meio científico. E isto ocorreu principalmente na PsycINFO e na BVS-Psi, sendo que nesta segunda alguns trabalhos chegaram a aparecer por seis vezes. Na base de dados PsycINFO foram encontrados, inicialmente, 652 resumos para os descritores e o período de tempo propostos. Como a base permite que a pesquisa seja limitada dentro dos parâmetros que se façam necessários, foram acrescentados dados como a questão do idioma (inglês); pesquisas com humanos. Desta forma o número de resumos dentro dos parâmetros solicitados passaram a ser 65. Após as leituras dos resumos e das buscas pelos materiais integralmente, apenas 22 artigos e dois capítulos de livros foram selecionados, pois tinham relação mais direta com a pesquisa. Essa restrição ocorreu porque na literatura internacional os termos utilizados para localização dos materiais como *Special Population*, *Handicap* e *Disabilities* não se referem apenas aos trabalhos com pessoas portadoras de deficiência conforme definido para este trabalho, mas abrange uma classe maior,

incluindo pessoas com doenças mentais, transtornos mentais (depressivos, bipolares, dependentes químicos), problemas de saúde (doenças crônicas) e pessoas vítimas de violência. Importante lembrar que na literatura nacional estas categorias não seriam inseridas na classificação especial, mas sim uma população específica que segue inclusive, do ponto de vista jurídico, outra legislação. Além disso, ela é alvo de outras modalidades de assistência, tanto em nível psicológico como no que se refere às orientações dos profissionais que trabalham com essas populações visando o seu bem estar (Lassance, 2005; Brito & Barros, 2008). A questão da especificidade e adequação do uso dos descritores em cada idioma é, portanto, muito relevante em pesquisas que têm como objetivo uma revisão da produção científica de uma área. Depois de aplicados todos esses critérios, foram selecionadas 23 referências, sendo que destas, duas referem-se a capítulos de livros.

Na base de dados ERIC, foram localizados nove trabalhos, ou seja, essa base tem poucos trabalhos já inicialmente e destes apenas dois puderam ser utilizados nessa pesquisa por se relacionarem diretamente com o tema pesquisado, sendo que se tratavam de livros completos. As demais referências foram descartadas por motivos semelhantes aos descritos no parágrafo anterior.

Foram encontrados 237 resumos de teses e dissertações no Banco de Teses do Portal de periódicos da Capes/MEC para o período, porém destes apenas oito tinham relação com a temática estudada. Destes trabalhos, teve-se acesso a seis trabalhos completos e sobre os outros dois, um deles já se encontra publicado como livro e foi utilizado desta forma e o segundo conseguiu-se acesso apenas ao resumo.

Na base de dados BVS-Psi, a primeira busca resultou em 1159 referências distribuídas conforme se observa na Tabela 2. Percebe-se que ela propicia uma série de dados, sendo que os resumos encontrados no item bases de dados bibliográficas, com exceção dos tipos teses e livros, remetem aos textos completos nas bases PePSIC ou Scielo. Isso fez com que o número inicial de referências fosse reduzido.

Tabela 2. Distribuição das referências na BVS-Psi segundo o tipo de base de dados e produção.

<b>BVS-Psi</b>		
<b>Tipo de produção</b>	<b>Base de Dados</b>	<b>F</b>
<b>Bibliográficos</b>	Índex Psi Periódicos Técnico-Científicos	177
	Índex Psi Periódicos de Divulgação Científica	1
	Índex Psi Teses	37
	Índex Psi Livros	30
	LILACS - Literatura Latinoamericana e do Caribe em Ciências da Saúde	551
	Google Acadêmico	34
<b>Texto completo</b>	Índex Psi TCC (Trabalhos de Conclusão de Cursos)	1
	Índex Psi Monografias de Conclusão de Cursos de Especialização	0
	PePSIC - Periódicos Eletrônicos em Psicologia	98
	SciELO	186
<b>Sites e Biografias em Psicologia</b>	Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil	43
	Localizador de Informação em Psicologia - LIS-Psi	1
	<b>Total Geral</b>	1159

No tipo Google acadêmico, os resumos propostos em geral remetem para o Lattes do primeiro autor ou eventos científicos que tinham alguma relação com a área pesquisada.

Em relação aos 98 trabalhos que correspondiam ao PePSIC e dos 186 ao Scielo, muitos deles referiam-se à área de orientação de profissionais para o trabalho com pessoas com deficiências, ou então a outras questões do problema da deficiência, ou então se referiam aos outros significados que os termos podem apresentar, conforme foi explicado anteriormente. Destes, apenas nove artigos provenientes do PePSIC e três do Scielo mostraram-se adequados aos propósitos desta pesquisa. Ao realizar a leitura destes textos, teve-se acesso a outros por meio das referências bibliográficas contidas em cada um deles. Ao final acresceram-se mais sete artigos. Além disso, algumas referências não constavam das bases pesquisadas, mas como eram do conhecimento da pesquisadora e pertinentes ao assunto foram incluídas.

Portanto, para fins desta pesquisa foram selecionados, da literatura nacional: 20 artigos, quatro livros e seis dissertações e/ou teses; e da estrangeira: 21 artigos, dois capítulos de livros e dois livros completos, totalizando 55 referências.

### **Formulário para a Classificação das Referências (Anexo A)**

Para a categorização das variáveis a serem analisadas de cada referência, foi organizado um formulário (Anexo A), adaptado dos desenvolvidos por Santeiro (2005) e Quadros (2008). Antes de uma descrição mais detalhada sobre isto, é necessário esclarecer que o objetivo desse formulário era conseguir a maior riqueza de informações possível sobre os estudos, porém nem sempre as variáveis estavam descritas de forma clara, portanto, em vários itens foi necessário acrescentar o item “não especificado” para que isso pudesse ser de alguma forma também analisado. Cada referência foi analisada segundo os seguintes itens:

Código - O primeiro campo indica o código de identificação da referência. Como se trabalhou referências nacionais e estrangeiras, cada uma delas ganhou um número seqüencial (1,2,3....) acrescidos de uma letra que as diferenciava. Para as nacionais utilizou-se “N” e para as estrangeiras “E”.

Ano - Referia-se ao ano de publicação da produção.

Origem - As referências foram separadas ainda segundo o tipo da produção: Artigo, Tese ou Dissertação e Capítulo de livro ou livro. Para a categoria Artigo, ainda foi criado um campo para o periódico do qual fazia parte.

Natureza do trabalho - Investigava qual a natureza do trabalho. Para isto foram utilizadas cinco categorias definidas por Santeiro (2005) e que estavam de acordo com a metodologia utilizada nesta pesquisa. Foram elas: Estudo Empírico, Relato de Experiência, Revisão de Literatura, Trabalho Teórico e Trabalho Teórico Ilustrado (Tabela 3).

Tabela 3. Definição da natureza dos trabalhos de acordo com Santeiro (2005).

<b>Natureza dos trabalhos</b>	<b>Definição</b>
<b>Empírica</b>	Pesquisa envolvendo levantamento e análise de dados com a finalidade de conhecer um fenômeno ou de testar uma hipótese. Usualmente e estruturado com base nos itens: introdução, objetivos, método, resultados, discussões e conclusões. Envolve participação de seres humanos.
<b>Relato de Experiência</b>	Aplicação de novos programas ou formas de intervenção desenvolvidas empiricamente e que são descritas por seus autores e/ou praticantes.
<b>Revisão de Literatura</b>	Revisão sistemática da literatura concernente a um tema ou tópico específico com o objetivo de delinear o estado da arte, identificar principais autores e/ou pesquisas, mostrar a evolução de conhecimentos sobre um tema específico, apontar falhas e acertos dos diversos trabalhos na área.
<b>Teórica</b>	Voltado para a reflexão de um tema, tópico ou conceito teórico ou para a descrição de uma técnica psicoterapêutica. Exclui trabalhos teóricos com ilustrações científicas.
<b>Teórica Ilustrada</b>	Voltado para a reflexão de um tema, tópico ou conceito teórico, necessariamente acompanhado de um ou mais casos clínicos ou práticos com a finalidade de ilustração.

Os estudos empíricos podem seguir diferentes delineamentos metodológicos que caracterizam tipos específicos de pesquisas. Para tanto se adotou a classificação adaptada por Santeiro (2005) que prevê seis tipos: Levantamento, Correlacional, Quase-experimental, Experimental, Estudo de Caso e Meta-Análise. Na Tabela 4 pode-se compreender melhor essa categorização.

Tabela 4. Definição dos tipos de delineamento de pesquisa de acordo com Santeiro (2005).

<b>Delineamento</b>	<b>Definição</b>
<b>Levantamento</b>	O tipo mais simples de pesquisa. Investigação que descreve quantitativa e/ou qualitativamente, uma determinada realidade em um determinado momento. Pode-se usar como instrumento: entrevistas e questionários ou técnicas de observação, os quais permitem apenas descrever e delimitar o fenômeno estudado. Não ha interferência do pesquisador, no sentido de que não manipula e/ou controla variáveis.
<b>Pesquisa Correlacional</b>	Compara a ocorrência de um tipo específico de relação entre variáveis em estudo, sem determinar se as relações são ou não causais, pois não consegue determinar com confiança qual a variável é causa e qual é efeito. Resulta em descrição de nível mais acurado quando comparado com a de levantamento, embora com baixo potencial para generalizações. Não ha interferência na realidade por parte do pesquisador, apesar da descrição resultante possibilitar alguma inferência.
<b>Pesquisa Experimental</b>	Considerado o mais completo delineamento de pesquisa, aquele que visa estabelecer relação de causa e efeito. Nele o pesquisador intervém na realidade, manipulando variáveis, incluindo-as ou excluindo-as. Permite generalizações e possibilita testagem e construção de teorias e modelos. Possui, necessariamente, controle e manipulação de variáveis e amostra randomizada.
<b>Pesquisa Quase-Experimental</b>	Possui uma ou duas das condições do delineamento experimental. Entretanto, não apresenta a força da amostra randomizada. Permite que se analisem as relações de causa e efeito e, quando bem conduzida, garante alta validade interna.
<b>Estudo de Caso</b>	Baseado na observação exaustiva de casos clínicos. Procura reproduzir o contexto das psicoterapias, estudando-as a partir de múltiplas variáveis. Utiliza registros objetivos do processo terapêutico, tais como áudio e vídeo. Avaliações são usualmente realizadas por juízes independentes. A idéia subjacente e de que pessoas não participantes da psicoterapia possam acompanhar sua evolução.
<b>Meta-analise</b>	Técnica de revisão sistemática da literatura, que se diferencia das pesquisas de revisão de literatura por ter critérios rígidos na inclusão e/ou exclusão de artigos, na avaliação da qualidade dos trabalhos e por envolver combinações estatísticas dos resultados. Sintetiza achados de vários trabalhos clínicos. Tipo especial de estudo empírico, que não envolve participação de seres humanos.

Em relação aos tipos de pesquisa, Estudo Empírico, Relato de Experiência e Trabalho Teórico Ilustrado as referências foram classificadas quando ao tipo de população-alvo estudada: especial, outras ou ambas.

1. População-Alvo - Os estudos foram categorizados voltados para População Especial, quando o foco eram pessoas com um tipo específico de deficiência, conforme decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Na categoria “Outros” foram agrupados os trabalhos que tinham como foco outras pessoas que não necessariamente o portador de necessidade especial (pais, professores, empregadores, população em geral). Optou-se pela nomenclatura “outros” com a finalidade de agrupar todas as pessoas que atuam junto às populações especiais e que eram mencionados em alguns estudos, mas que não são especiais. Foram classificados na categoria “Ambas”, os estudos que faziam uma comparação entre pessoas com necessidades especiais e algum dos grupos identificados na categoria “Outros”.

Como a principal finalidade desse estudo estava diretamente relacionada com pessoas com necessidades especiais, procurou-se identificar alguns itens mais específicos como:

1a. Faixa etária - foi dividida em Adolescente (14 a 18 anos); Adulto Jovem (19 a 30 anos), Adulto (31 a 59 anos) e Idoso (acima de 60 anos). Essa divisão foi baseada nos critérios em geral apresentados nos trabalhos de Orientação Profissional (Neiva, 2007; Soares, 2001). Além disso, foi, também, sugerida a categoria “vários”, pois em alguns trabalhos havia participação de mais de uma dessas faixas etárias; e a “não especificado”, pois nem sempre isso estava completamente definido no trabalho.

1b. Sexo - utilizaram-se as categorias masculino e feminino, e ambos, para quando o trabalho contava com a presença dos dois sexos; e também o critério não especificado.

2. Tipo de necessidade especial da população-alvo - A questão do tipo de deficiência seguiu os critérios propostos pelo decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999, os quais se referem à Física, Visual, Auditiva, Mental e Múltiplas. Neste item também foi proposto o não especificado, pois em alguns trabalhos fazia-se

referência que se tratava de populações com algum tipo de deficiência, mas não as nomeava de forma clara.

3. Método de intervenção – Foram organizados de acordo com a literatura da área e que incluem esta forma de divisão na realização da intervenção: individual (Lehman, 2010; Levenfus, 1997c; Melo-Silva & cols., 2003; Soares, 2000), quando o trabalho descrito era realizado com uma pessoa por vez, ou então grupal (Abade, 2005; Carvalho, 1995; Ivatiuk & Amaral, 2007; Levenfus, 1997a; Melo-Silva & Jacquemin, 2001; Moura, 2004; Soares, 2000 & Valore, 2002;) onde vários indivíduos com características semelhantes e com a mesma finalidade são reunidos para a realização de um trabalho. Além dessas duas, também foi considerada a categoria ambas.

4. Local de intervenção – Referiu-se justamente à questão do espaço físico associado à modalidade de intervenção realizada. Organizou-se em relação à questão dos Trabalhos Clínicos (Lehman, 2010; Melo-Silva & cols., 2003; Neiva, 2007; Soares, 2000), Institucional (Ivatiuk, 2004; Lima & Strazzieri, 2007; Sarriera, & cols., 2001) ou Clínica-Escola (Carvalho, 1995; Lassance, 2005).

5. Processo de intervenção – Ainda sobre a Intervenção, buscou-se analisar como o processo foi realizado: se foi adaptado para a população descrita, a partir de intervenções desenvolvidas para outros tipos de pessoas, ou se foi organizada especificamente para esta população.

6. Técnica utilizada - Uma intervenção em geral é organizada baseada em alguns recursos, baseados em técnicas e/ou instrumentos específicos que fazem com que ela seja possível de ser realizada (Melo-Silva & Jacquemin, 2001; Neiva, 2007). Utilizaram-se categorias semelhantes às descritas na intervenção, uma vez que estas também podiam ser organizadas para esta população ou adaptada dos instrumentos já organizados e testados anteriormente.

7. Instrumentos e técnicas utilizadas - Ainda foram deixadas algumas linhas para comentários sobre este item, caso houvesse uma descrição detalhada que

pudesse ser utilizada posteriormente de forma qualitativa na análise dos resultados.

Das três últimas partes do formulário, duas referem-se de forma mais específica a questão da Orientação Profissional.

A primeira delas busca analisar o modelo teórico a que esta relacionada. Foram organizadas cinco categorias, as quais são as mais frequentes neste tipo de trabalho. São elas: Psicanalítico (Bohoslavsky, 1993; Carvalho, 1995; Levenfus, 1997b; Müller, 1988), Psicodramático (Lucchiari, 1993; Soares, 2002); Social (A. Bock e Aguiar, 1995; Ferreti, 1997; S. Bock, 2002); Comportamental (Moura, 2004; Ivatiuk, 2004) e Psicopedagógico (Hissa e Pinheiro, 2002). Foram considerados, também, os itens “vários”, pois alguns estudos relatavam mais de um modelo teórico, e “modelo inespecífico” para quando não se conseguiu ter clareza do modelo utilizado.

A segunda delas trata do tipo atuação desenvolvida no trabalho de Orientação Profissional. Procurou-se analisar quatro categorias principais, que são as mais frequentemente encontradas na literatura específica (Soares, 2002) que são: Orientação Profissional para primeira escolha (Levenfus; 1997c; Lehman, 1999; Melo-Silva e Jacquemin, 2001; Schiessl e Sarriera, 2004; Silva e Soares, 2001), Inserção Profissional (Moreno, 2000; Sarriera, Câmara e Berlim 2000; Sarriera, Chies, Falck, Giacomolli & Silva, 1994;), Reorientação Profissional (Araújo e Sarriera; 2004; Barros, 2003; Canedo, 2000; Garcia, 2000) e Mercado de Trabalho (Lima, 2007; Lisboa, 2002; Câmara, Sarriera e Pizzinato, 2004). Os itens “vários” e “modelo inespecífico” também foram considerados.

Por fim, porém não menos importante, o formulário previa um espaço para anotações de forma geral sobre os aspectos que tinham relação com o projeto de tese para que possam ser utilizados na análise qualitativa do trabalho.

Uma vez categorizadas todas as variáveis das referências que foram acessadas o material foi analisado quantitativa e qualitativamente como se verá no item Resultados e Discussão.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente serão apresentados os dados de caracterização das referências selecionadas e na seqüência far-se-á uma análise qualitativa dos trabalhos.

### ANÁLISE QUANTITATIVA DAS REFERÊNCIAS

Seguindo a ordem de categorização das variáveis do Formulário para Classificação das Referências (Anexo A), apresenta-se inicialmente a distribuição das referências de acordo com a origem (nacional ou estrangeira) e o tipo de fonte da publicação (Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição das referências de acordo com a origem e o tipo de fonte.

	Literatura Nacional		Literatura Estrangeira		Totais por tipo de fonte	
	F	F%	F	F%	F	F%
Artigos	20	67	21	84	41	75
Capítulos ou livros completos	4	13	4	16	8	15
Teses ou dissertações	6	20	0	0	6	11
<b>Totais por categoria</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>25</b>	<b>100</b>	<b>55</b>	<b>100</b>

Conforme esperado há um predomínio de trabalhos publicados em artigos tanto na literatura nacional quanto na estrangeira. Quanto às teses e dissertações aparecem naturalmente apenas na literatura nacional, em função de se ter acessado especificamente o Portal da Capes com este tipo de produção, representando 20% dos trabalhos nacionais. Quando se considera todo o material, correspondem apenas a 11%.

Nas Tabelas 6 e 7 podem ser observadas a quais periódicos se relacionam os artigos selecionados. De uma forma ampla, pode-se dizer que em ambas as fontes (nacional e estrangeira) houve uma variação praticamente equivalente de periódicos, nove e oito, respectivamente.

No projeto inicial da tese havia idéia de pesquisar apenas em dois periódicos nacionais e dois estrangeiros, porém essa forma de trabalho foi abandonada devido ao fato de que embora haja nas respectivas literaturas, periódicos relevantes para este tipo de estratégia, efetivamente na pesquisa isso reduziria muito o número de artigos a serem analisados. Por isso, este critério foi abandonado e assim pode-se abranger um número maior de trabalhos.

Tabela 6. Distribuição dos artigos de acordo com o periódico nacional.

<b>Periódico</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>∑F%</b>	<b>Qualis</b>
Revista Brasileira de Educação Especial	6	30	30	B2
Revista Brasileira de Orientação Profissional	4	20	50	B1
Boletim de Psicologia	3	15	65	B2
Psico USF	2	10	75	B3
Adolescência Latinoamericana	1	5	80	B3
Escritos sobre Educação	1	5	85	C
Psicologia e Sociedade	1	5	90	A2
Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)	1	5	95	B3
Revista Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	1	5	100	*
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	

\* não possui avaliação Qualis na área da Psicologia

Em relação aos periódicos nacionais, os que mais publicaram artigos de temas relacionados à orientação profissional de pessoas com necessidades especiais foram a Revista Brasileira de Educação Especial (30%) e a Revista Brasileira de Orientação Profissional (20%). Somados eles contêm cerca de 50% das referências encontradas. Todavia, no que se refere ao conteúdo, tratam de questões teóricas ou de revisões de literatura não havendo, conforme o esperado, nenhum estudo empírico. Este é um dado preocupante uma vez que ambos são relativamente bem avaliados de acordo com a classificação Qualis, respectivamente como B2 e B1 (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia - ANPEPP, 2009). Além disso, costumam ser considerados referência nas suas respectivas áreas de competência: educação especial e orientação profissional.

De forma contrastante, os artigos dos periódicos menos especializados, que aceitam artigos de todas as áreas da Psicologia, e que somam os outros 50%

das referências, publicaram estudos empíricos (n=3) ou relatos de experiência da área (n=1). Apenas o estudo da revista *Temas em Psicologia* (5%) se refere a um estudo sistemático de revisão de literatura sobre a questão da inserção profissional das PEs, no período de 1990 a 1999. Este artigo auxiliou a delimitar o tempo a ser consultado nessa pesquisa. Porém, como tratava apenas de revisão de teses e dissertações produzidas, serviu para que isso fosse ampliado para a questão dos artigos e outros materiais científicos relevantes.

Da mesma forma que dentre os periódicos nacionais, os estrangeiros também apresentaram maior incidência nos mais específicos da área de OP, como o *The Career Development Quarterly* (28,6%) e o *Journal of Employment Counseling* (19%); sendo que o primeiro deles corresponde a revisões sistemáticas anuais de literatura sobre OP em geral e o *Rehabilitation Counseling Bulletin* (19%) e o *Teaching Exceptional Children* (14,3%) publicam estudos sobre pessoas com necessidades especiais.

Tabela 7. Distribuição dos artigos de acordo com o periódico estrangeiro.

<b>Periódico</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>∑F%</b>	<b>Qualis</b>
The Career Development Quarterly	6	28,6	28,6	*
Journal of Employment Counseling	4	19,0	47,6	*
Rehabilitation Counseling Bulletin	4	19,0	66,6	*
Teaching Exceptional Children	3	14,3	80,9	*
Journal of Applied Behavior Analysis	1	4,8	85,7	A1
Journal of Career Development	1	4,8	90,5	*
Journal of Counseling Psychology	1	4,8	95,3	*
Journal of Rehabilitation	1	4,8	100	*
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	

\* não possui avaliação Qualis na área da Psicologia

Conforme o esperado foram encontrados mais artigos em dois periódicos de temas mais específicos tanto para questão das PE, como OP, o que não ocorreu na nacional. Isso se deve naturalmente ao dos periódicos americanos serem usualmente mais especializados do que os brasileiros.

Nas Tabelas 8 e 9 tem-se a distribuição dos artigos, livros ou capítulos e teses ou dissertações, conforme o ano em que foram publicados, sendo a primeira para a literatura nacional e a segunda para a estrangeira.

Tabela 8. Distribuição dos tipos de publicação nacional de acordo com o ano.

Tipo de publicação	Artigo		Livro ou Capítulo		Tese ou Dissertação		Total	
	F	F%	F	F%	F	F%	F	F%
2000	0	0	1	25	0	0	1	3
2001	1	5	0	0	0	0	1	3
2002	1	5	0	0	0	0	1	3
2003	1	5	1	25	1	16,7	3	10
2004	2	10	0	0	1	16,7	3	10
2005	3	15	0	0	0	0	3	10
2006	6	30	0	0	2	33,3	8	27
2007	2	10	1	25	0	0	3	10
2008	4	20	1	25	0	0	5	17
2009	0	0	0	0	2	33,3	2	7
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Para a análise da distribuição da produção ao longo dos anos é necessário considerar apenas o intervalo entre 2000 e 2008, posto que a produção de 2009 ainda demandará um tempo, até que esteja totalmente disponibilizada nas bases de dados. Observa-se distribuição irregular ao longo dos anos nos três tipos de produção classificados. Em relação aos artigos variaram entre um e seis, com moda em 2006 ( $Mo=6$ ), seguida de quatro artigos em 2008. Naturalmente, com base apenas nestes dados não se pode falar em uma tendência de aumento da produção, mas é interessante assinalar que as frequências acumuladas de artigos dos últimos três anos, do período estudado, somam 60% deste tipo de produção. O mesmo pode ser dito de capítulos de livros e livros (66,6%). Quanto a dissertações e teses, foi também no ano de 2006 que se registrou a moda de duas produções. Como consequência, este também foi o ano que registrou a moda do total de tipos de produção ( $Mo=8$ ), representando 27% das referências acessadas. Um acompanhamento da produção nos próximos anos deverá revelar se estaria de fato havendo maior produção na área.

Na literatura estrangeira a distribuição da produção oscilou entre 2000 e 2008. Os artigos variaram entre um e quatro, com moda em 2001 e 2004 ( $Mo=4$ ). Em relação aos capítulos de livros e livros, embora a produção nessa categoria tenha sido bem inferior em relação aos artigos, a moda foi em 2000 e 2007 ( $Mo=2$ ). A moda total para as produções estrangeiras foi o ano de 2001 ( $Mo=5$ ).

Tabela 9. Distribuição dos tipos de publicação estrangeira de acordo com o ano.

Tipo de publicação	Artigo		Livro ou Capítulo		Total	
	Ano	F	F%	F	F%	F
2000	1	5	2	50	3	12
2001	4	18,5	1	25	5	20
2002	3	14	0	0	3	12
2003	2	10	0	0	2	8
2004	1	5	0	0	1	4
2005	1	5	1	25	2	8
2006	2	10	0	0	2	8
2007	4	18,5	0	0	4	16
2008	3	14	0	0	3	12
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Talvez isso possa ser compreendido pelo fato de não se conseguir acessar todos os resumos da base de dados (oito trabalhos ficaram de fora) os quais se referiam justamente aos dois últimos anos. Pode-se dizer quanto mais atuais sejam os materiais, um pouco mais difícil tornou-se o acesso integral da publicação estrangeira, devido às burocracias para tais acessos.

### Natureza dos Trabalhos

Os trabalhos pesquisados foram organizados em relação à natureza dos trabalhos, conforme a Tabela 10. As categorias foram organizadas como o modelo de Santeiro (2005) e se referiam a cinco tipos de trabalhos: Empírica, Relato de Experiência, Revisão de Literatura, Teórica e Teórica Ilustrada, conforme explicado no método.

Tabela 10. Distribuição das referências de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e a natureza do trabalho.

Natureza do Trabalho	Nacional		Estrangeira		Total	
	F	F%	F	F%	F	F%
Empírica	14	47	10	40	24	43
Relato de Experiência	4	13	6	24	10	18
Revisão de literatura	6	20	5	20	11	20
Teórica	5	17	3	12	8	15
Teórica Ilustrada	1	3	1	4	2	4
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>25</b>	<b>100</b>	<b>55</b>	<b>100</b>

Em ambos os tipos de origem da literatura predominaram trabalhos empíricos, correspondendo a 43% do total. Na literatura nacional os artigos de revisão da literatura aparecem em segundo lugar (n = 6, 20%) e na estrangeira, os Relatos de Experiência (n = 6, 24%). E em relação ao total de referências, as Revisões de Literatura atingiram 20%, demonstrando que a busca pelo estado da arte dos campos de conhecimentos pesquisados despertam interesse na comunidade científica. Porém, como já foi explicado anteriormente, dos estudos nacionais, apenas um deles é uma revisão sistemática dos temas em conjunto, OP e PE, sendo que os demais se referem a um ou outro e fazem referência a esse tipo de trabalho e neles citam a temática pesquisada. Além disso, eles foram importantes, pois fazem reflexões sobre como estes campos estão se organizando. Na literatura estrangeira, há o periódico *The Career Development Quartely* que realiza uma revisão sistemática anual para toda a área de Aconselhamento de carreira e desenvolvimento, porém nos artigos de revisão de 2002, 2003 e 2004 não houve trabalhos que tivessem relação com a temática pesquisada, mas sim com pacientes psiquiátricos e/ou doenças crônicas.

A categoria Relato de Experiência, segunda mais freqüente entre as estrangeiras e a terceira do total (18%), é também bastante relevante, pois, por meio da divulgação das novas práticas de intervenção, permite que profissionais da área e pesquisadores acompanhem as iniciativas. Especialmente em áreas novas do conhecimento, como são os processos de orientação profissional de pessoas com necessidades especiais, o compartilhamento das experiências costuma ser uma etapa necessária para o aprimoramento e desenvolvimento das novas técnicas e estratégias. Com isso cria-se uma dinâmica para o progresso dos conhecimentos dentro daquele campo do saber.

Embora seja a quarta mais freqüente (15%), não se pode deixar de falar dos trabalhos de natureza teórica, pois esse tipo de conhecimento em geral é fruto de pessoas que já têm experiência na área e a partir disso conseguem organizar reflexões e exposições teóricas que podem auxiliar na prática de outros indivíduos. Em ambas as origens (nacional/estrangeira) o menos freqüente foi à teórica ilustrada, correspondendo apenas a 4% do total, indicando que aí há uma carência de trabalhos e pesquisas.

A variabilidade encontrada em relação à natureza dos trabalhos sugere que apesar de se tratar de uma nova área de estudos, a Orientação Profissional que

tem por foco pessoas com necessidades especiais, já apresenta diversidade de tipos de publicação, tanto no que concerne à esfera nacional quanto estrangeira.

Os Estudos Empíricos (N=24) foram classificados em seis categorias, conforme Santeiro (2005) as quais são: Levantamento, Correlacional, Quase-Experimental, Experimental, Estudo de Caso e Meta-Análise. A Tabela 11 traz a distribuição de freqüências dos trabalhos localizados.

Tabela 11. Distribuição dos Estudos Empíricos de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e o delineamento de pesquisa.

<b>Origem</b>	<b>Nacional</b>		<b>Estrangeira</b>		<b>Total</b>	
	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>
Levantamento	8	58	7	70	15	62
Correlacional	1	7	2	20	3	13
Quase-Experimental	3	21	1	10	4	17
Experimental	0	0	0	0	0	0
Estudo de caso	2	14	0	0	2	8
Meta-Análise	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>24</b>	<b>100</b>

O delineamento mais freqüente foi o de levantamento que correspondeu a 62% dos trabalhos encontrados. Nesse tipo de trabalho, na literatura nacional, dois deles foram descritos pelos seus autores como do tipo pesquisa-ação, porém a sua estratégia de obtenção desses dados foram através de uma ou duas entrevistas, por isso foram inseridos nessa categoria.

Os delineamentos Quase-Experimental e Correlacional, por serem mais complexos, tiveram uma freqüência bem menor (17% e 13%) em comparação ao tipo de Levantamento.

Os estudos de caso foram realizados de forma pouco freqüente (8%), porém não deixaram de ser discriminados. Uma vez que áreas que estão em fase de início de produção científica sistematizada, costumam se utilizar dessa prática para a realização de pesquisas.

Os delineamentos do tipo Experimental e Meta-Análise, considerados mais sofisticados e característicos das áreas do conhecimento com maior tradição, não foram encontrados nessa pesquisa. Conforme já ressaltado, as práticas de OP de

peças com necessidades especiais são relativamente recentes e, por conseguinte, a produção científica da área. Nesse sentido, estes resultados já eram esperados.

### População

Os trabalhos classificados como de natureza Empírica (N=24), Relato de Experiência (N=10) e de natureza Teórica Ilustrada (N=2) foram analisados em função da variável tipo de população-alvo. A Tabela 12 apresenta a distribuição dos trabalhos de acordo com o tipo de participantes que compuseram as respectivas amostras. A categoria especial incluiu trabalhos cujas amostras eram formadas por portadores de algum tipo de necessidade especial; a categoria outros incluiu amostras de pessoas que atuam junto a populações especiais (pais, professores ou empregadores), e a categoria ambos se destinou aos trabalhos em que pessoas da categoria outros eram comparadas a pessoas com deficiências em relação a uma ou mais habilidades.

Tabela 12. Distribuição do grupo amostral nos Estudos Empíricos, Relato de Experiência e Teórico Ilustrado.

Origem	Nacional		Estrangeira		Total	
	F	F%	F	F%	F	F%
População Alvo						
Especial	10	53	11	64	21	58
Outros	4	21	3	18	7	19
Ambos	5	26	3	18	8	23
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>	<b>17</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>100</b>

Tanto na literatura nacional quanto estrangeira predominaram os trabalhos apenas com amostras compostas por pessoas com necessidades especiais (58% do total), porém quando são considerados os trabalhos que incluíram também outro tipo de amostra (ambos) esse valor fica ainda maior (superando 80% das referências selecionadas). São representativos dessas categorias, respectivamente, o trabalho de Mota (2003) que focalizou a orientação profissional com deficientes físicos e de Lobato (2009), que refletiu sobre as implicações da Lei de Cotas do ponto de vista de empregadores e de empregados com deficiência. Na categoria outros (19%) foram inclusos estudos sobre instituições especializadas, pais, empregadores e professores que atuam

diretamente com as PEs como os de Araújo e Schimidt (2006) que comparou o que empregadores e professores de educação especial pensam sobre a inclusão do portador de deficiência e o de Tanaka e Manzif (2005) que entrevistaram apenas empregadores.

Para a análise da faixa etária (Tabela 13), sexo (Tabela 14) e tipo de necessidade especial (Tabela 15) foram excluídos os trabalhos classificados na categoria outros, pois eles não apresentavam estes tipos de dados, portanto o total de trabalhos analisados desta forma passou a ser N=29.

Tabela 13. Distribuição dos participantes provenientes de população especial em função da faixa etária e da origem da referência.

<b>Origem</b>	<b>Nacional</b>		<b>Estrangeira</b>		<b>Total</b>	
	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>
Adolescente (14-18 a.)	2	13	2	15	4	14
Adulto Jovem(19-30 a.)	5	31	5	38	10	34
Vários	9	56	4	32	13	45
Não especificado	0	0	2	15	2	7
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Embora no formulário tenham sido previstas quatro categorias para faixa etária, apenas duas delas foram identificadas: adolescente e adulto jovem. Por isso as outras foram excluídas da Tabela. A idade mais freqüentemente encontrada foi justamente a que apresentou as duas categorias em conjunto, ou seja, “vários” (45%).

Ao se analisar as categorias em separado percebe-se que a idade mais estudada foi a de adulto jovem (34%). Talvez isso possa se dever ao fato de que como os indivíduos com deficiência podem levar um pouco mais de tempo para se escolarizar, os trabalhos de OP sejam realizados um pouco mais tarde (Lindstrom & cols. 2008), se comparados aos de pessoas sem necessidades, cuja maior incidência para OP ocorre na adolescência (Neiva, 2007; Valore, 2003).

Tabela 14. Distribuição dos participantes provenientes de população especial em função do sexo e da origem da referência.

<b>Origem Sexo</b>	<b>Nacional</b>		<b>Estrangeira</b>		<b>Total</b>	
	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>
Feminino	0	0	2	15	2	7
Masculino	0	0	1	8	1	3
Ambos	11	69	8	62	19	66
Não especificado	5	31	2	15	7	24
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

A maioria dos trabalhos incluía amostras com participantes de ambos os sexos (66%), sugerindo que os estudos de OP para pessoas com necessidades especiais vêm focalizando indistintamente homens e mulheres. Esta também é a realidade dos estudos com adolescentes sem necessidades especiais, em que a questão da escolha profissional se coloca na atualidade, como uma necessidade para homens e mulheres, que precisam encontrar espaço no mercado profissional, que sejam compatíveis com suas necessidades, anseios e habilidades (Couto, 2007; Ivatiuk, 2004; Moura, 2004). Apenas na literatura estrangeira foram localizados estudos que se referiam especificamente a um dos sexos: feminino (15%) ou masculino (8%), porém os autores que se utilizaram dessa estratégia, não justificaram o porquê de suas escolhas. Lindstrom e cols. (2008) e Noonan e cols. (2004) realizaram trabalhos apenas com o sexo feminino e Smedley e cols. (2003) com o masculino.

Por se referir a uma pesquisa com OP em PEs, a definição do tipo de deficiência seja um dos dados mais significativos nessa discussão (Tabela 15).

Tabela 15. Distribuição dos participantes provenientes de população especial em função do tipo de deficiência e da origem da referência.

<b>Origem Tipo de Deficiência</b>	<b>Nacional</b>		<b>Estrangeira</b>		<b>Total</b>	
	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>
Física	3	19	0	0	3	10
Mental	2	13	0	0	2	7
Visual	2	13	0	0	2	7
Auditivo	1	6	0	0	1	3
Múltiplas	8	49	10	77	18	63
Não especificado	0	0	3	23	3	10
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Deve-se observar que foi mais fácil categorizar os estudos nacionais quanto a esta variável do que os da literatura estrangeira, sendo que nesse último caso, 77% deles tinham como foco deficiências múltiplas (Luzzo & MacGregor, 2001; Ochs & Roessler, 2001; Smedley, Levinson, Barker & DeAngelis, 2003) e os demais não especificaram (23%), como Estrada-Hernández, Wadsworth, Nietupski, Warth e Winslow, 2008; Gil (2007) e Kennedy e Harris (2005). Na nacional, a questão das deficiências múltiplas também foi bastante localizada (49%), como nos estudos de Araújo e Schimidt (2006) e Tanaka e Manzif (2005), o que fez com que o total geral fosse para essa categoria (77%).

Na literatura nacional, foi possível localizar ainda trabalhos realizados com deficiências específicas, como a física (29%), seguidas pelas categorias mental e visual, com 13% cada uma. O fato de a deficiência física ser a segunda mais relatada talvez aconteça porque a própria literatura relata ser a deficiência mais freqüentemente diagnosticada na população (Lobato, 2009; Pereira, Del Prette & Del Prette, 2008) e, por sua vez, a que mais consegue inserção no mercado de trabalho (Lobato, 2009; Tanaka e Manzif, 2005).

A deficiência auditiva foi encontrada apenas em 6% da literatura nacional de forma direta específica, porém são citadas nos tipos de estudos com deficiência múltipla, na literatura estrangeira, em estudos de revisão (Tien, 2007; Whiston & Brecheisen, 2002).

### **O Processo de Orientação Profissional**

As Tabelas 16, 17 e 18 trazem as distribuições dos estudos empíricos, relatos de experiência e trabalhos teórico ilustrados quanto às condições em que os processos de OP com PEs vêm sendo desenvolvidos. A Tabela 16 traz a distribuição da Modalidade da OP em função do número de pessoas assistidas; o Local onde ocorre a OP é apresentado na Tabela 17; a Natureza da OP (se adaptada, organizada especificamente a PEs ou não especificada) é apresentada na Tabela 18; e a Tabela 19 trata das Técnicas e/ou Instrumentos. Nelas foram excluídas as categorias para as quais não foram encontrados trabalhos.

Tabela 16. Distribuição dos Estudos Empíricos, Relato de Experiência e Teórico Ilustrado de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e a modalidade da OP em função do número de pessoas-alvo.

<b>Origem</b>	<b>Nacional</b>		<b>Estrangeira</b>		<b>Total</b>	
<b>Modalidade de Intervenção</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>
Individual	9	56	9	70	18	62
Grupal	2	13	2	15	4	14
Ambas	5	31	0	0	5	17
Não Especificado	0	0	2	15	2	7
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Tanto entre os nacionais quanto entre os estrangeiros predominaram trabalhos envolvendo procedimentos de intervenção destinados a sujeitos únicos (56% e 70%). Talvez isso se justifique pelo fato desse tipo de população exigir cuidados específicos, mais fáceis de serem realizados nessa modalidade de intervenção, conforme defendem Montobbio e Lepri (2007).

Ainda que as estratégias de atendimento em grupo possam atingir um número maior de participantes (Carvalho, 1995; Lassance, 1999; Ivatiuk, 2004), autores como por exemplo, Hagner, McGahie e Cloutier (2001), que adotaram estratégia grupal, admitem que trabalhos individualizados possam ter um efeito maior, pois se pode trabalhar melhor com as particularidades de cada caso. Talvez isso ajude a entender, porquê em alguns trabalhos (14%) as duas modalidades são combinadas.

Para a compreensão do local onde foi realizada a intervenção descrita, tem-se a Tabela 17.

Tabela 17. Distribuição dos Estudos Empíricos, Relato de Experiência e Teórico Ilustrado de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e o local da OP.

<b>Origem</b>	<b>Nacional</b>		<b>Estrangeira</b>		<b>Total</b>	
<b>Local da OP</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>
Clínica Particular	1	6	0	0	1	3
Instituição Especializada	14	88	12	92	26	91
Clínica-Escola	1	6	0	0	1	3
Não especificado	0	0	1	8	1	3
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Sobre o local onde foram realizadas as OPs, houve um predomínio dos trabalhos em instituições especializadas (88%), que são de fato freqüentadas por grande parte deste tipo de população (Araujo & Schmidt, 2006; Mendes & col., 2004; Quintão, 2005). Além disso são elas que dispõem de profissionais preparados e responsáveis pela habilitação e o encaminhamento profissional dos usuários daquelas instituições.

Tabela 18. Distribuição dos Estudos Empíricos, Relato de Experiência e Teórico Ilustrado de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e a natureza da OP.

<b>Origem</b>	<b>Nacional</b>		<b>Estrangeira</b>		<b>Total</b>	
<b>Natureza da OP</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>
Adaptada à população	6	38	4	30	10	34
Organizada para esta população	1	6	1	8	2	7
Não especificado	9	56	8	62	17	59
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Em relação à natureza do processo de OP, os dados apontam para um predomínio da categoria “não especificado” (59%) sobre o que de fato foi realizado. Isso fica melhor compreendido quando se identifica que na maior parte dos estudos esse não era o objetivo principal dos artigos. Por outro lado, percebe-se que aqueles que descreveram detalhadamente os procedimentos, 34% adaptaram-nos de técnicas já realizadas com outras populações, enquanto apenas 7% organizaram-nos para esta população de forma específica. A título de ilustração cita-se, por exemplo, o trabalho de Mota (2003) que adaptou o processo utilizado nos procedimentos de psicoterapia breve psicanalítica, conforme a necessidade de seus participantes e Lopes (2006) que adaptou o programa proposto por Lucchiari (1993), conhecido como “planejamento por encontro”. Em relação à organização de intervenção para esta população, tem-se o trabalho de Campos (2006) que desenvolveu uma metodologia para desenvolver habilidades sociais no trabalho para portadores de deficiência física e mental.

Ao se organizar e realizar um processo de OP, pode se fazer necessário a utilização de recursos conhecidos como técnicas ou instrumentos que são próprios para essa finalidade (Neiva, 2007). A técnica ou instrumento refere-se à

atividade desenvolvida no processo interventivo junto ao orientando com a finalidade de se obter os dados que são objetivos desta etapa da natureza do processo de OP. Como exemplo, pode-se ter o fato de se estar desenvolvendo a fase do autoconhecimento e então nesse momento se utilizar a atividade “Frases Incompletas” (Bohoslavsky, 1993) para se trabalhar essa etapa do processo. Há uma variabilidade de técnicas e instrumentos encontrados na população em geral como os de Giacaglia (2003); Jacquemin e cols., (2002/2010); Lassance (1999); Lemos (2010); Levenfus (2002/2010); Levenfus e Bandeira (2010); Lucchiari (1993); Soares e Krawulski (2002/2010), Neiva (2002a/2010a/2010c) e Noronha e cols., (2010) e talvez isso possa indicar o fato de uma grande parte dos estudos (31% do total) adaptarem as técnicas ou instrumentos para esta população, como Lopes (2006), que adaptou as técnicas descritas por Lucchiari (1993).

Tabela 19. Distribuição das referências nos Estudos Empíricos, Relato de Experiência e Teórico Ilustrado de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e a Técnicas e/ou instrumentos utilizados.

Origem	Nacional		Estrangeira		Total	
	F	F%	F	F%	F	F%
<b>Técnicas e/ou instrumentos</b>						
Adaptada à população	5	31	4	31	9	31
Organizada para esta população	1	6	1	8	2	7
Não especificado	10	63	8	62	18	62
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Da mesma forma que a questão da Natureza da Intervenção de OP, os dados referentes às técnicas e/ou instrumentos utilizados para esta população também não foram especificados na maior parte dos estudos (63% do total). Em relação aos trabalhos organizados propriamente para esta população (7%), tem-se como exemplo o trabalho de Lindstrom e cols. (2008) que desenvolveram um jogo, composto por cartões com pessoas famosas com deficiências e os seus interesses e ocupações. Conclui-se, portanto, que Natureza da OP e Técnicas e/ou Instrumentos não foram aspectos que mereceram maior atenção na literatura, havendo, portanto carência de descrições detalhadas de processos e técnicas. Espera-se, todavia que com o desenvolvimento da área (Lisboa, 2000),

os autores passem a dar maior atenção tanto à natureza das intervenções praticadas nos processos de OP para PES quanto às técnicas e/ou instrumentos utilizados. Ambos necessitam ser testados quanto às suas eficácias para que se tenha alguma garantia de que cumprem seus objetivos.

### Modelo Teórico

Para a análise do modelo teórico dos trabalhos (Tabela 20) voltou-se a analisar a totalidade dos trabalhos pesquisados (N=55).

Tabela 20. Distribuição das referências de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e o referencial teórico.

Origem	Nacional		Estrangeira		Total	
	F	F%	F	F%	F	F%
Referencial Teórico						
Psicanalítico	1	3	0	0	1	2
Psicodramático	0	0	0	0	0	0
Social	0	0	0	0	0	0
Comportamental	2	7	2	8	4	7
Psicopedagógico	0	0	0	0	0	0
Vários	6	20	0	0	6	11
Modelo Inespecífico	21	70	23	92	44	80
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>25</b>	<b>100</b>	<b>55</b>	<b>100</b>

Embora os modelos teóricos Psicodramático (Lucchiari, 1993; Soares, 2002) e o Social (Bock, S. 2002; Ferreti, 1997) sejam encontrados com certa frequência em publicações de OP, quando analisados na população geral; neste contexto eles não foram relatados, nem mesmo quando os estudos descreveram vários referenciais teóricos. Descrever de forma sistemática o modelo teórico utilizado, seja em termos de discussão deste ou como informação sobre como a prática era embasada, não foi objetivo principal, na maior parte dos trabalhos, e, portanto, 80% não os especificaram. Todavia os trabalhos do modelo Comportamental (7%) e Psicanalítico (2%) eram mais detalhados, provavelmente por corresponderem às teorias mais bem estruturadas do ponto de vista conceitual. Exemplo de trabalho de OP no modelo comportamental são os de Campos (2006) e Pereira (2006) e dentro do psicanalítico o de Mota (2003).

### Tipo de trabalho em Orientação Profissional

Para uma análise detalhada dos trabalhos de OP faz-se necessário que se compreenda a que tipo de trabalho está se referindo dentro desta modalidade, uma vez que existem muitas possibilidades (Soares, 2002). Para isso, têm-se os dados da Tabela 21.

Tabela 21. Distribuição das referências de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e o tipo de trabalho em orientação profissional.

Tipo de trabalho em Orientação Profissional	Nacional		Estrangeira		Total	
	F	F%	F	F%	F	F%
Primeira Escolha	5	17	2	8	7	13
Inserção profissional	7	23	10	40	17	31
Reorientação Profissional	0	0	0	0	0	0
Mercado de Trabalho	9	30	1	4	10	18
Vários	9	30	12	48	21	38
Não Especificado	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>25</b>	<b>100</b>	<b>55</b>	<b>100</b>

Ao se analisar a Tabela 21 percebe-se que os autores nacionais têm se ocupado mais das questões relacionadas ao mercado de trabalho (30%), cujos objetivos são a compreensão da realidade do mercado e análise de como ele se configura nesse momento, como exemplo o trabalho de Tanaka e Manzif (2005). Importante lembrar que em geral os trabalhos referentes a essa temática, referiam-se a pesquisas realizadas com empregadores e/ou pais e/ou professores que atuam com essas populações e não correspondem a práticas interventivas nessa área.

Os autores estrangeiros focalizaram de forma mais freqüente as questões referentes à Inserção Profissional (40%), as quais objetivam auxiliar e acompanhar o indivíduo nas suas tentativas de se inserir no mercado de trabalho. Sendo que dentre estas podem estar estratégias como o desenvolvimento de habilidades que sejam necessárias para o exercício de funções, como as relatadas por Hagner e cols. (2001), que desenvolveram grupos, por três anos, com pessoas portadoras de múltiplas deficiências e procuraram desenvolver habilidades necessárias para desenvolvimento de atividades profissionais e

acompanhar o processo de inserção dessas pessoas.

A expressão “Vários” (30% e 48%) se deve ao fato que nesse tipo de estratégia foram categorizados os trabalhos de OP que contemplavam mais de um tipo de trabalho, como por exemplo, mercado de trabalho e inserção profissional. São exemplos desta categorias alguns manuais como, por exemplo, os de Cummings e cols. (2000) e Beech (2002).

Como ocorreu variabilidade em ambas as literaturas, isso fez com que o resultado total seja um pouco diferente do que quando analisada cada categoria em separado. De forma geral, a questão da Inserção Profissional (31% do total) pode ser considerada a mais apontada nos estudos pesquisados, seguido da opção Mercado de Trabalho (18% do total). Na população em geral, esses temas ganharam uma expressão mais significativa nos últimos anos e tem alcançado espaço, principalmente nas discussões de congressos científicos de OP, como com Luna (2009) e Leite (2009) que apresentaram as novas maneiras de se realizar atividades denominadas como trabalho na atualidade; e Paradiso (2009) que apresentou ações que podem auxiliar a inserção profissional de jovens trabalhadores.

Sabe-se que a questão da primeira escolha profissional, onde estão compreendidos os trabalhos de OP que visam auxiliar, principalmente adolescentes e jovens, a realizar a primeira escolha profissional; é um dos temas mais comumente discutidos na literatura científica de OP de uma forma geral (Bohoslavsky, 1993; Lucchiari, 1993; Bock e Aguiar, 1995; Carvalho, 1995; Ferreti, 1997; Levenfus, 1997; Moura, 2000; Melo-Silva & Jacquemin, 2001; Bock, 2002; Mello, 2002; Ivatiuk, 2004; Neiva, 2007) porém na presente pesquisa esta foi apenas a quarta categoria mais frequente (11%), notando-se que a literatura nacional teve um índice superior (17%) do que a estrangeira, apontando portanto para diferenças existentes entre as realidades sócio-culturais.

Embora a categoria Reorientação Profissional (indivíduos que desejam realizar outra escolha profissional), seja uma categoria de trabalho relativamente freqüente no campo da OP (Barros, 2003) nesse tipo de população pesquisada ela não foi encontrada. Talvez isso se possa explicar pelo fato de que a inserção da pessoa com deficiência já tem suas dificuldades, uma reopção então, pode significar um problema maior ainda e os profissionais não tem se ocupado em trabalhar essas questões, mas sim em assegurar a inserção.

## **ANÁLISE QUALITATIVA DAS REFERÊNCIAS**

Passa-se agora para uma tentativa de analisar os trabalhos encontrados nessa revisão da literatura de uma perspectiva mais qualitativa. Para tanto, os trabalhos foram reunidos segundo uma ordem que não necessariamente segue a utilizada para analisá-los do ponto de vista descritivo, como na sessão anterior. A análise foi mais orientada pelos objetivos buscados pelos autores e em que medida eles trouxeram ou não informações sobre processos de orientação profissional de pessoas com necessidades especiais. Para fins desta análise, os trabalhos foram organizados segundo as seguintes categorias: Revisões de Literatura e Trabalhos Teóricos; Legislações que auxiliam a regulamentar o desenvolvimento de trabalhos com PEs; a descrição de experiências e manuais que são utilizados para realizar vários tipos de trabalho de OP; Orientação Profissional para primeira escolha; Inserção Profissional e Mercado de Trabalho.

### **1. As Revisões de Literatura e Trabalhos Teóricos**

Pode-se agrupar os trabalhos de revisão em três grandes grupos: os que objetivaram uma revisão da literatura de Orientação Profissional (OP); os que revisaram a literatura sobre pessoas com necessidades especiais (PEs); e os que fizeram uma revisão abrangendo as duas temáticas, OP e PE.

Dentre os trabalhos nacionais de revisão de literatura que tiveram PEs; como foco principal tem o estudo de Marques e cols. (2008); os que possuem a OP encontram-se os estudos de Melo-Silva e cols. (2003); Abade (2005); Noronha e Ambiel (2006); Noronha e cols. (2006); Teixeira e cols. (2007). E dentre os estrangeiros, os quais se relacionavam as duas temáticas; foram encontrados os de Luzzo e MacGregor (2001); Whiston e Brecheisen (2002); Harrington e Harrigan (2006); Tien (2007) e Chope (2008).

#### **1.1. Relatos das pesquisas nacionais**

Marques e cols. (2008) foram os autores do único trabalho localizado que teve por foco a revisão de literatura de pessoas com necessidades especiais (PE). Os autores realizaram um levantamento das dissertações e teses produzidas no período de 2001 a 2003 em relação à Educação Especial. O principal objetivo dos autores foi o de identificar os trabalhos quanto à orientação

teórica que os inspirou. Encontraram trabalhos de orientação empírico-analítica, crítico-dialética e fenomenológica-hermenêutica, sendo a última a mais freqüente. Foram analisadas 85 produções e destas, uma tinha como tema a questão da escolha profissional e outra, a questão do mundo do trabalho. O tema inclusão social, que também pode incluir questões pertinentes à inserção no trabalho de pessoas com necessidades especiais foi abordado em 20 trabalhos. Eles finalizam o estudo apontando a necessidade de melhorias nos resumos e na classificação dos trabalhos, pois muitos deles embora se referissem a pessoas com necessidades especiais, estavam indexados como de educação geral e isso dificultou o acesso.

Melo-Silva e cols. (2003) em pesquisa realizada com orientadores profissionais (N=84) identificaram que a maior parte dos participantes ainda identifica a OP como um objeto para a classe média e alta em comparação a outros trabalhos e estratégias. Nenhum dos participantes trabalhava com populações especiais.

Abade (2005) fez uma revisão bibliográfica das práticas e modelos teóricos em OP no Brasil, principalmente no que se refere ao trabalho em grupo. Utilizou-se de bases de dados para organizar a sua pesquisa. Embora seja um estudo de revisão, não fala da questão de trabalhos com portadores de necessidades especiais. A autora cumpriu com seu objetivo que era pesquisar a história da OP em grupo. Os dados apresentados por ela demonstraram que o início das atividades de OP em grupo se deveu ao fato de haver muitas pessoas procurando por esse tipo de atendimento e para atender a todos os interessados, as atividades deixaram de ser realizadas de forma individualizada e passaram a ser desenvolvidas em estratégias grupais. Ou seja, a modalidade de grupo em OP teria sido antes uma resposta pragmática à demanda, do que produto de uma reflexão teórica, como provavelmente o próprio surgimento da OP enquanto prática profissional.

Noronha e Ambiel (2006) procuraram em seu trabalho analisar a produção na área de OP no período de 1950 até 2005, através de bases de dados, onde localizaram 191 com a temática descrita no método. Para organização e análise dos mesmos, criaram as seguintes categorias: 1) Qualidade do processo realizado; 2) Qualidade da técnica e do instrumento utilizado; 3) OP voltada para público específico; 4) Histórico; 5) Revisão teórica; 6) Caracterização. Em relação

a categoria 3, as autoras relataram um trabalho apenas com deficientes visuais datado de 1966.

Noronha e cols. (2006) organizaram um estudo em que analisaram 100 resumos de teses e dissertações, no período de 1969 a 2005. Para o desenvolvimento do trabalho foram propostas as seguintes categorias: (a) Modalidade de pesquisa; (b) Palavras-chave; (c) Utilização de instrumentos; (d) Outros instrumentos; (e) Utilização de técnicas; (f) Modalidade dos participantes; (g) Carreira em OP/OV; (h) Outros construtos; (i) Nomenclatura utilizada; (j) Objetivo; (k) Resultados; (l) Construção de instrumento; (m) Validade; (n) Normatização e (o) Importância da OP/OV. Não há referência sobre trabalhos com populações especiais. Os autores, porém relataram que em 5% dos resumos não foi possível identificar a população trabalhada, onde podem estar trabalhos com essa característica.

Teixeira e cols. (2007) desenvolveram um trabalho de revisão do que já foi publicado pela Revista Brasileira de Orientação Profissional. Organizaram as seguintes categorias para analisar os artigos: 1) Conceitualização e Histórico da OP; 2) Modelos e aproximações Teóricas em OP; 3) Formação e papel do Orientador Profissional; 4) Instrumentos de avaliação e intervenção; 5) Escolha profissional na adolescência; 6) Desenvolvimento de carreira em universitários; 7) Outras transições do ciclo vital; 8) Orientação profissional e de carreira com populações diversas. Neste último item há relatos de trabalhos com populações consideradas como vulneráveis (jovens do meio rural, adolescentes trabalhadores, infratores ou residentes em área de risco social), mas nenhuma delas se refere a questão das populações especiais propriamente ditas, conforme caracterizado para este trabalho.

## **1.2. Análise**

Após essa breve explanação, percebe-se que os trabalhos têm em comum o fato de não fazer referência ao trabalho de OP com PEs (Abade, 2005; Melo-Silva & cols. 2003; Noronha & cols. 2006; Teixeira & cols. 2007) com exceção de Noronha & cols. (2006) que encontraram um trabalho antigo. Quanto ao artigo de Marques e cols. (2008), mais relacionado à área de PE, há referências de produções científicas voltadas principalmente para as questões referentes ao trabalho, porém não se sabe se foram pesquisas ou relatos de experiência e nem

em qual das modalidades de OP isso pode ser agrupado. Embora apenas os estudos de Noronha e Ambiel (2006) e de Marques e cols. (2008) cite trabalhos que possam ser OP com PEs, os demais se preocupam em destacar que trabalhos nessa área precisam ser realizados.

### **1.3. Relatos das pesquisas estrangeiras**

As revisões da literatura estrangeira são extensas e freqüentes, porém não são detalhadas em relação a cada um dos trabalhos citados. Por isso os dados apresentados, podem parecer que estão incompletos, porém são exatamente os que foram relatados em cada um dos estudos.

Luzzo e MacGregor (2001) realizaram a revisão da literatura sobre OP em PEs no ano de 2000 e descreveram cinco estudos com populações especiais. Apenas três deles Apenas três deles apresentavam relação direta com o tema da presente pesquisa, pois os outros dois referiam-se a populações psiquiátricas. O primeiro deles é sobre uma discussão de pontos fortes e os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência no desenvolvimento de suas carreiras. O segundo sobre a transição para o trabalho de universitários com deficiência. O terceiro avaliou o que pais e professores pensavam sobre a escolha profissional dos portadores de deficiência e em que carreira eles conseguem realizar essa inserção.

Whiston e Brecheisen (2002) descreveram quatro estudos realizados com o tema populações especiais, porém, apenas 3 deles tem relação direta com o trabalho desenvolvido. O primeiro aborda a mobilidade na carreira de deficientes auditivos. O segundo apresenta pesquisa com indivíduos deficientes após 12 anos de se graduarem no ensino superior e avalia como se encontram em relação às carreiras que abraçaram. O terceiro fez uma reflexão sobre o paradigma de reabilitação profissional e como os orientadores que trabalham nesse tipo de atividade devem ser preparados para realizar de forma adequada a orientação. Destaca-se a necessidade deles estarem atentos ao fato de que muitas vezes a escolha profissional deva ser vista como uma questão secundária em função das limitações impostas pela deficiência. O quarto trabalho abordava a escolha profissional de pacientes psiquiátricos e não era diretamente relacionado ao da presente pesquisa.

Harrington e Harrigan (2006) desenvolveram a revisão de trabalhos relacionados à área no ano de 2005. No item população especial, havia seis trabalhos na área, porém apenas três pesquisas tinham relação com o tema estudado, as demais se referiam a pessoas com doenças terminais e pacientes psiquiátricos. O primeiro fez um acompanhamento em alunos com e sem deficiência em relação aos níveis de escolaridade por eles alcançados. Os dados encontrados mostraram que os alunos com deficiência conseguiram chegar à pós-graduação do sistema educacional, apenas com um semestre de diferença dos alunos que não tinham deficiência. Estes são resultados animadores e apontam para o valor do acompanhamento adequado e o potencial que muitas pessoas com deficiências podem vir a desenvolver, competindo em pé de igualdade com as pessoas sem deficiências.

O segundo estudo comparou os interesses dos indivíduos em relação a atividades profissionais e à capacidade de tomada de decisão de pessoas com deficiências cognitivas e físicas e encontrou resultados que demonstraram que os indivíduos com deficiência física tomam decisões melhor que os indivíduos com deficiência cognitiva. Tratam-se, portanto, de resultados já esperados, uma vez que a deficiência cognitiva costuma afetar de fato habilidades tais como a de tomada de decisões, enquanto que não haveria motivos para se pensar que a deficiência física prejudicaria tal habilidade.

O terceiro estudo focalizou deficientes visuais, tendo encontrado que os que foram estimulados desde o início da vida, conseguiram se colocar mais rapidamente no mercado de trabalho e tinham profissões que lhes eram prazerosas. Deve-se destacar aqui, que os autores não detalharam sobre o tipo de estimulação fornecida e nem o tipo de profissão que os participantes passaram a se dedicar.

Na revisão de Tien (2007), sobre a área de OP em PEs, para o ano de 2006, ele apresenta dois estudos que foram realizados na área. O primeiro constou da apresentação de um documento que deve auxiliar o portador de deficiência a superar os obstáculos na sua formação acadêmica e auxiliar na reabilitação e inserção no mercado de trabalho. O segundo avaliou 65 estudantes do Ensino Médio com deficiência auditiva que estavam em classes regulares de ensino, com relação aos objetivos de carreira que esses possuíam. Os dados apontaram que eles têm pouca consciência das estratégias úteis ou necessárias

para o exercício de uma profissão, pois muitas vezes compreendem menos o que é explicado sobre o mundo do trabalho e, portanto, podem não se envolver nas questões de carreira da mesma forma que a população em geral.

Chope (2008) em sua revisão sobre OP em PEs para o ano de 2007 relatou apenas um trabalho com a referida temática. Nesse estudo foram aplicados em 85 estudantes com deficiências, três instrumentos relacionados com a questão da maturidade para escolha profissional, desenvolvimento de carreira e interesses ocupacionais. Segundo Chope (2008) os autores da pesquisa relataram que seus dados foram muito limitados e que há necessidade de preparar melhor esses instrumentos para ser utilizado nesse tipo de população.

#### **1.4. Análise**

Percebe-se que em termos de publicações estrangeiras voltadas para a revisão de literatura há mais trabalhos que integram os temas OP e PEs, se comparados à nacional. Porém também na literatura estrangeira há necessidade de estudos mais freqüentes e constantes, cobrindo maiores extensões de tempo. Além disso, como se observou, diferentemente da realidade brasileira, dentre as pessoas com necessidades especiais incluem-se pessoas com distúrbios psiquiátricos e doenças crônicas incapacitantes, tornando o campo de investigação muito mais amplo e complexo. Aliás, este é um dos motivos pelos quais na revisão aqui realizada a produção estrangeira ficou tão limitada. As diferenças de concepção quanto a que categorias de deficiências se deve ou não incluir no rol de pessoas com necessidades especiais, seria, portanto, uma das justificativas para as discrepâncias aqui observadas.

#### **1.5. Trabalhos teóricos**

Dentre os trabalhos localizados e que focalizavam o tema da orientação profissional de pessoas com necessidades especiais, não havia nenhum nacional. Nessa categoria foram, portanto incluídos os trabalhos estrangeiros de Szymanski (2000); Hitchings e Retish (2000); Mpofu e Harley (2006) e Gil (2007).

Szymanski (2000) escreveu um capítulo sobre deficiências e comportamento profissional em um livro sobre reabilitação profissional (Frank & Elliot, 2000). Nele a autora procurou fornecer uma visão geral das teorias e práticas relacionadas ao comportamento profissional e invalidez e desenvolveu os

seguintes tópicos: (a) trabalhar e sua natureza mutável, (b) comportamento profissional, (c) invalidez e comportamento profissional, (d) intervenções, e (e) desafios. Relata que não há nenhuma teoria da evolução na carreira profissional ou comportamento para pessoas com deficiência, pois estas não são tão diferentes das pessoas sem deficiência. A autora defendeu ainda a idéia de que o estudo da deficiência e comportamento profissional é multidisciplinar e deve inserir o maior numero de profissionais que trabalham com reabilitação e não apenas o psicólogo. Fala da necessidade de trabalhos de OP com essas populações, mas faz essa discussão apenas do ponto de vista teórico, não apresentando métodos ou estratégias que possam ser empregadas por profissionais que estejam interessados em fazê-lo.

Com base nas referências do próprio capítulo e também nos dados obtidos através da base de dados, foi possível verificar que Szymanski é uma autora com uma expressiva publicação na literatura estrangeira no que se refere a essa temática, porém conseguiu-se ter acesso apenas a esse material publicado por ela. Vale destacar ainda que dentre oito trabalhos estrangeiros aos quais não foi possível obter acesso, três tinham Szymanski como co-autora.

Hitchings e Retish (2000) publicaram um capítulo sobre como deve ser o desenvolvimento de carreira de indivíduos com deficiência. Este material faz parte de um livro sobre aconselhamento de carreira para estudantes do colegial. As autoras defendem a idéia de que as pessoas com deficiência atualmente frequentam o ensino de nível superior com maior freqüência devido as exigências do mercado para uma colocação profissional. Elas têm como objetivo uma melhor compreensão da progressão na carreira dos estudantes universitários com deficiência mental e fazem recomendações de estratégias para utilização na prestação serviços de aconselhamento de carreira para esta população. Fazem o relato de uma universidade procurando se preparar melhor para orientar e acompanhá-los.

Mpofu e Harley (2006) realizaram uma revisão teórica e crítica sobre a questão da deficiência e raça (denomiram de africano americano) e o quanto isso pode influenciar na escolha e inserção profissional. Relataram preconceitos, estigma e opressão de forma mais intensa, pois apresentam dois fatores que dificultam uma vida profissional descrita como comum, a questão da raça e das deficiências. Os autores esperam que com essa revisão teórica, possam

incentivar trabalhos práticos que alterem os dados apresentados por eles anteriormente. Embora apresentem uma reflexão bastante crítica, não apresentam sugestões de estratégias práticas para que esse paradigma possa ser alterado, mas defendem a idéia de que o processo deve ser inovador para superar os dados anteriores.

Gil (2007) faz uma análise da importância dos serviços governamentais de acompanhamento para pessoas com deficiência para a inserção na formação universitária, com a intenção de que eles possam ter uma boa inserção no mercado de trabalho futuramente. É um material de discussão do ponto de vista teórico e não apresenta dados práticos. Apenas defende que essas pessoas precisam de um processo de OP anterior ao ingresso no Ensino Universitário e que devem ser devidamente acompanhados na formação e inserção profissional.

### **1.6. Análise**

No que pese as limitações da presente pesquisa, devidas ao fato de certamente ter obtido acesso à totalidade da produção nacional sobre OP de pessoas com necessidades especiais, parece razoável dizer que há uma carência de trabalhos teóricos, voltados à reflexão e à proposição de alternativas na área. Pode ser que os autores nacionais se encontram mais voltados para a prática e a intervenção, restringindo as reflexões teóricas aos trabalhos de revisão de literatura, que como vistos acima trazem considerações dos autores sobre as necessidades e os desenvolvimentos da orientação profissional de pessoas com necessidades especiais em nosso meio.

Quanto à literatura estrangeira, traz recomendações para inovações e acompanhamento de carreiras profissionais desde o nível colegial, com a atenção voltada inclusive para a deficiência de pessoas pertencentes a grupos já estigmatizados na população, como é o caso dos afro-descendentes nos Estados Unidos. São trabalhos que apesar de não apresentarem alternativas mais concretas em termos de métodos e estratégias, contribuem para a reflexão crítica sobre os desenvolvimentos e tendências da área, antecipando ou apontando fatores que precisam ser levados em consideração quando da implementação de programas de orientação profissional. Enquanto trabalhos teóricos, esta é de fato sua principal vocação.

## **2. Legislação**

Alguns estudos estiveram diretamente relacionados com a questão da Legislação que regulamenta o acesso da pessoa deficiente ao mundo do trabalho e sua formação. Os estudos que trataram dessa metodologia foram: Costallat (2003); Clemente, (2008); Quintão (2005); Marquezan (2008). E outros além da discussão da legislação, relataram experiências e organizações dessa legislação em suas práticas, como Moreira e cols. (2006) e Ferreira (2007).

### **2.1. Legislação Regulamentar**

Costallat (2003) organizou um manual em que trata das leis e dos direitos da pessoa deficiente ao trabalho. Além de apresentar toda a legislação que respalda o portador de deficiência, desde a sua inserção na escola até o ingresso no mercado de trabalho, dá sugestões de como os portadores e seus familiares devem se organizar para entender melhor todas essas questões, bem como assegurar que isso ocorrerá da maneira mais correta possível, demonstrando as mais variadas formas de acesso ao mundo do trabalho (oficinas abrigadas, empresas privadas e públicas, cooperativas sociais, estágio, aprendizagem e trabalho temporário).

Clemente (2008) apresentou a Lei de Cotas, fazendo uma análise crítica sobre a mesma em conjunto com o atual mercado de trabalho. Fez o relato de algumas inserções profissionais realizadas por algumas empresas, como exemplo de atividades deram certo, quando as empresas se empenharam em se preparar para receber o portador de deficiência tanto nos níveis estruturais, como no preparo dos seus funcionários para atuar em conjunto com essas pessoas. O mais interessante deste trabalho é que sua origem é nacional e demonstra que embora as inserções estejam sendo realizadas no atual mercado de trabalho, ainda não se apresenta um momento de reflexão sobre a escolha profissional, ou seja, não se faz uma OP propriamente dita, mas sim, ocupam-se os espaços que o Mercado oferece para depois se desenvolver habilidades que a função exige. Talvez por isso haja a resistência, que ele mesmo apresenta, de que muitos empregadores relutam em cumprir a Lei de Cotas ou a fazem apenas para não serem multados, sem a devida preocupação e responsabilidade que isso exige.

Quintão (2005) apresentou uma discussão sobre os direitos adquiridos com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Lei de Cotas. Observou que as pessoas

com deficiência têm dificuldades de inserção social e profissional, pois são vistas como imperfeitas e que possuem falhas. Este artigo faz uma reflexão teórica sobre quem é o portador de deficiência, como isso foi organizado ao longo da história e em que medida as legislações que foram estabelecidas ao longo dos anos fazem com que os indivíduos se sintam realmente inseridos ou não no mercado de trabalho. O autor conclui que a inclusão existe do ponto de vista das legislações, porém propõe que todos pensem como de fato lidam, aceitam e trabalham com isso para que realmente haja uma inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

Marquezan (2008) fez uma análise dos termos na Constituição e Legislação educacional brasileiras. Apresentou uma evolução histórica dos termos (excepcional, aluno necessitado, pessoa portadora de deficiência, indivíduo deficiente, pessoa portadora de necessidade especial) e demonstrou que embora haja mudanças nestes, a evolução na utilização de termos que sejam de fatos inclusivos, não ocorreu de forma efetiva no comportamento das pessoas ao utilizá-los.

## **2.2. Análise**

Os estudos agrupados nessa categoria são complementares entre si, pois cada um apresenta aspectos históricos e/ou atuais sobre as PEs e seus direitos em relação à problemática do mercado de trabalho que acabam por fornecer um quadro mais amplo. É interessante perceber que em nenhum dos dispositivos legais, ainda que tratem do direito ao trabalho do portador de deficiência, aborda a necessidade de se prover auxílio a tais pessoas para que realizassem suas escolhas de forma adequada e consigam uma boa inserção no mercado de trabalho. Este auxílio deve ser garantido por profissionais preparados para tais atividades e a regulamentação legal delas poderia se constituir em importante incentivo para que psicólogos e pessoas relacionadas à OP de PEs se engajassem nestas tarefas. Por outro lado, pode-se argumentar que esta é uma luta a ser empreendida pelos profissionais que devem explicitar a relevância de suas contribuições por meio de pesquisas metodologicamente bem formuladas e com resultados que apontem de forma clara a necessidade de processos de OP para essas pessoas.

### 2.3. Legislação na prática

Moreira e cols. (2006) realizaram uma discussão sobre a legislação existente e o acesso ao ensino superior do portador de necessidade especial e sua formação. Questionam sobre o fato de que há poucos trabalhos organizados nesse sentido. Quando há o ingresso do portador na universidade, costuma aparecer às deficiências da formação dessas pessoas, as quais nem sempre são expostas às mesmas exigências que os demais alunos inseridos no ensino superior. Finalizam apresentando que está ocorrendo uma mudança na legislação, mas que precisa haver a mudança comportamental para que muito ainda seja realizado nessa área e fazem o relato de experiências com esse tipo de alunos que estão inseridos e das necessidades que eles de fato enfrentam como a questão da acessibilidade e o apoio com material especializado quando necessário.

Ferreira (2007), através deste relato de experiência, apresenta o modelo de trabalho de uma Universidade Estadual Brasileira para os portadores de necessidades especiais que ingressam no ensino superior nesta instituição. Inicialmente fez uma revisão de como esse tipo de trabalho é desenvolvido em outras Universidades Brasileiras, demonstrando que oito instituições de ensino superior já tem ou tiveram algum tipo de proposta nesse sentido. Ao apresentar o sistema desta Universidade, fica claro que o objetivo das atividades é auxiliar na inserção do portador de deficiência no mundo acadêmico, para que ele consiga finalizar a sua formação, porém não há qualquer tipo de relato sobre como são tratadas as questões da escolha profissional em si. É um programa que visa o não abandono dos estudantes e a finalização da sua formação acadêmica. Algumas dessas ações são temporárias, outras são permanentes.

Como exemplo do trabalho de Ferreira (2007, p. 49), tem-se a seguinte proposta de trabalho para a população com deficiência física:

Necessidades Educacionais Especiais (NEE):  
ampliação de prazo para integralizar o currículo; ampliação de tempo para a realização das atividades acadêmicas, tais como provas, trabalhos, exercícios em sala de aula; adequação de espaços físicos e mobiliários, entre outros.

Apoio Institucional: flexibilidade nos prazos acadêmicos, plano especial de disciplinas, parcelamento da série, remoção de barreiras físicas e arquitetônicas, adaptação de mobiliários e de procedimentos e recursos de ensino-

aprendizagem avaliação que levem em conta o tipo específico da NEE apresentada.

## **2.4. Análise**

Identifica-se que o esforço de algumas instituições de nível superior de se organizarem para a inserção e formação do portador de deficiência tem apontado para resultados bem sucedidos. Estas práticas devem tornar-se cada vez mais freqüentes, à medida que a legislação que rege a questão da inserção de alunos com necessidades especiais, seja de fato implementada pelas instituições. Espera-se igualmente que a produção científica correspondente, avaliando a eficácia dos programas seja incrementada. Dentro desta tendência, deve-se igualmente atentar para a necessidade de se prover os candidatos com informações e esclarecimentos anteriormente ao momento de ingresso no curso superior, de forma que a escolha da profissão seja feita em bases mais adequadas às suas necessidades e habilidades

## **3. Programas e Manuais**

Algumas propostas estavam relacionadas com a descrição de programas e manuais que são realizadas em algumas instituições, algumas de ensino superior e outras não especificadas o nível educacional, como: Cummings e cols. (2000); Beech (2002); NCSET-National Center on Secondary Education and Transition (2005); Fabian (2007); Montobbio e Lepri (2007) e Johnson, Mellard, e Lancaster (2007).

Cummings e cols. (2000) defenderam a importância de trabalhos eficazes no sentido de acompanhar a transição da escola para a inserção no mundo do trabalho, para que os indivíduos com algum tipo de deficiência não tenham subempregos ou desemprego. Para tanto, apresentaram um projeto que auxilia nesse sentido, intitulado de K-12, o qual é estruturado em tres níveis: 1) o acompanhamento do desenvolvimento desse individuo desde o seu inicio na formação educacional, 2) uma proposta de OP, que auxilie a pessoa a descobrir suas reais potencialidades e competencias, 3) Desenvolvimento da atividade profissional e avaliação da mesma. Em cada um dos níveis há a descrição dos objetivos a serem alcançados com cada um deles, porém não há apresentação de metodologias e técnicas ou instrumentos que possam ser realizados.

Beech (2002) organizou um manual para treinar as pessoas que querem trabalhar com OP para populações especiais. Neste sentido, abrange diversos momentos de escolha profissional, como primeira escolha, inserção de profissional e mercado de trabalho, apresentando modelos de trabalhos distintos. Este manual é composto de cinco capítulos e um apêndice, sendo que os primeiros são organizados do ponto de vista teórico, onde se apresentam quem são os portadores de deficiência, quais suas necessidades, como deve ser o sistema educacional adequado para esta população. Destacam, por exemplo, a necessidade de que desde muito cedo sejam trabalhadas as potencialidades que cada indivíduo apresenta e não em função das suas limitações. No apêndice encontram-se algumas formações e conhecimentos que os interessados em desenvolver essa estratégia de atuação devem ter conhecimento para realizar um trabalho de qualidade, bem como o relato breve de alguns programas de OP que já foram realizados com esse tipo de população. Como as autoras estão relacionadas diretamente com uma universidade (Flórida) entende-se que esse material seja uma forma de nortear o possível trabalho que seja realizado por essa instituição de ensino.

O livro organizado pelo NCSET (2005) apresenta um programa, *Work-Based Learning* (WBL), um método eficaz para a educação e formação profissional de jovens com deficiência, destinado às suas questões práticas, em ambientes da comunidade, onde o indivíduo possa passar por um processo de OP e de transição para o trabalho, com acompanhamento e treinamento de forma considerada adequada. Apesar disso, deve ter o acompanhamento adequado de uma instituição educacional. Para tanto, são apresentadas as leis dos Estados Unidos referentes à questão da inserção da Pessoa com deficiência e como isso se reflete na prática. O manual tem três seções: 1) Apresenta o programa e todas as suas fases (OP, treinamento e inserção profissional); 2) Apresenta respostas para as perguntas mais freqüentes feitas por profissionais da escola em realização de programas compatíveis com o WBL; 3) descreve as experiências WBL de oito estudantes de idades 14-21. O Programa deve ser organizado em parceria com a comunidade onde o indivíduo está inserido socialmente, pois será a partir dela que ele será motivado a discriminar suas escolhas. Ou seja, é a partir do que ela possa oferecer em termos de realidade de atividades profissionais. Nesse sentido, devem ser trabalhadas as potencialidades e na seqüência,

começa-se um treinamento na referida atividade para que o mesmo possa ser treinado e suas potencialidades avaliadas na prática. Caso após essa fase haja a concretização da escolha, trabalham-se as possibilidades reais de inserção do indivíduo. Através dos dados apresentados, pode-se dizer que é um programa bem organizado e estruturado e que poderia ser adaptado e testado na realidade brasileira.

Fabian (2007) analisou as características de jovens que estão relacionados a uma fundação norte americana para pessoas com deficiência, que realiza ações com essa população, desde 1990. O programa de OP ali realizado é composto de três fases. Inicialmente são desenvolvidas habilidades e competências para a realização da escolha profissional. Após a escolha inicial, são motivados a realizar uma espécie de estágio na atividade profissional, tendo um salário e supervisão das atividades para desenvolvimento das habilidades necessárias. Por fim são acompanhados para que após este estágio a inserção ocorra de fato. Ao longo desses anos, foram atendidos mais de 10.000 jovens, porém os dados analisados referem-se ao período de 2000 a 2005, quando foram atendidos 4.571 jovens. Os dados encontrados, demonstram que dos participantes, 26% apresentavam algum objetivo profissional já no início do processo, 10% tinham metas para se inserirem profissionalmente, mas o autor não explica claramente de que forma. Por fim, demonstra que 68% dos jovens do programa conseguiram inserção, mas não especificam o tipo de atividade que conseguiram se inserir. Apontam todavia que esta taxa é relativamente alta para este tipo de população. Com isso, comprovam que programas dessa natureza auxiliam a inserção de pessoas com deficiência.

Montobbio e Lepri (2007) são autores italianos que adaptaram o seu material para a realidade brasileira em parceria com uma Instituição de uma cidade do Interior de São Paulo que trabalha com pessoas que apresentam deficiência intelectual. Ao longo de seu livro relatam os diversos momentos e situações as quais as pessoas com esse tipo de problemática vão precisar enfrentar ao longo da vida. Ao tratar da questão da vida profissional, defendem a necessidade de treinar conforme as necessidades individuais, pois somente assim cada um poderá se inserir profissionalmente de forma adequada. Os autores, todavia, não informam mais precisamente como seria esse processo ou sobre as técnicas que devem ser empregadas. Finalizam se posicionando que a inserção profissional é uma das formas da pessoa com este tipo de deficiência se

aproximar de uma vida normal, como o restante da população em geral. Aparentemente, o livro tem como alvo o público leigo, não trazendo maiores detalhes sobre as técnicas e procedimentos necessários para a implementação da OP.

Johnson e cols. (2007) apresentaram um programa que pode ser adquirido e implantado por instituições que desejem ensinar habilidades diversas para pessoas que tenham algum tipo de deficiência e procuram o mesmo para se inserir e se manter profissionalmente. Os objetivos principais são planejamento de trabalho e preparação, incluindo o desenvolvimento de redes de apoio, aprendizado de habilidades específicas e comportamentos que ajudarão na obtenção e manutenção do emprego, e fazendo conexões com os locais de emprego opções e serviços de apoio. As pessoas que procuram por esta atividade são avaliadas antes e depois de passar pelo treinamento. Os autores relatam que estas atividades foram adaptadas de um modelo já existente para a população em geral.

### **3.1. Análise**

É interessante observar que os programas e os manuais apresentados praticamente regulamentam as leis existentes sobre a questão do direito ao trabalho. Os programas relatam atividades realizadas para acompanhar todo o processo de inserção e em alguns (Beech, 2002; Cummings & cols., 2000; NCSET, 2005) são descritos atividades de OP desenvolvidas. Outros se referem apenas à questão do desenvolvimento de habilidades para se inserir no mercado de trabalho (Johnson & cols., 2007). A maior parte deles refere-se à literatura estrangeira e o único material nacional (Montobbio & cols., 2007) é uma adaptação de um trabalho desenvolvido em outro país (Itália). Considerando-se que tanto a legislação como as condições de formação e de trabalho nacionais são diferentes das dos demais países, nota-se então a necessidades de iniciativas brasileiras.

Nesses programas, já se nota o relato de algumas situações em que se acompanha a transição da escola para o trabalho, como em Beech (2002) e em NCSET (2005), atividade pouco freqüente na realidade brasileira, para qualquer tipo de população.

#### **4. Orientação Profissional para a Primeira Escolha**

Dentro da categoria “orientação profissional para primeira escolha” foram encontrados dois tipos de trabalhos: os que abordam as intervenções para a primeira escolha, propriamente dita (Bastos, 2002; Bastos & Uvaldo, 2004; Lopes, 2006; Mota, 2003; Pigatto & cols., 2000) e trabalhos de avaliação do nível de maturidade para a primeira escolha (Ochs & Roessler, 2001; Smedley & cols., 2003).

##### **4.1. Intervenções para a primeira escolha**

Bastos (2002) fez uma reflexão sobre a realidade e os sonhos que impõem aos jovens com deficiência no momento da escolha profissional, através do relato de sua experiência com indivíduos com deficiência visual. A autora reflete que o momento da escolha profissional nesses indivíduos têm as mesmas angustias já tradicionalmente encontradas na população em geral e que, além disso, eles precisam delimitar a sua escolha de acordo com as restrições que o mercado, ou eles próprios, se colocam. Além disso, precisam aprender a lidar com os preconceitos que permeiam as relações sociais. Finaliza apontando para a necessidade de que sejam trabalhadas as potencialidades dos indivíduos e não as suas limitações. Embora a autora se remeta à experiência prática, não há um relato sistemático de como ela realiza este trabalho com a referida população.

Bastos e Uvaldo (2004) desenvolveram uma discussão sobre como a questão da OP para a primeira escolha deve ser realizada nesta população: se em grupo ou individual. Questionaram se o trabalho individual teria mais uma função de não expor o indivíduo com deficiências ao grupo e se ao se realizar um grupo haveria a necessidade de incluir apenas indivíduos com algum tipo de deficiência. As autoras não se posicionam sobre qual deve ser a melhor estratégia, mas finalizam deixando para o Orientador Profissional refletir a sua prática e decidir o que deve fazer ao se deparar com esse tipo de população.

Pigatto e cols. (2000) publicaram a experiência que possuem no trabalho com OP para deficientes auditivos em uma escola especializada. As estratégias utilizadas pelas autoras ao longo do material foram adaptadas de programas de OP para populações em geral. Além do trabalho desenvolvido com os educandos, realizam um trabalho de orientação e auxílio aos pais para serem facilitadores do momento de escolha em parceria com o projeto desenvolvido pela instituição. O

trabalho é desenvolvido quando os alunos estão no Ensino Médio, sendo realizados nos 3 anos desse nível educacional, com estratégias e finalidades distintas.

Mota (2003) realizou um estudo com adolescentes portadores de deficiência física, em situação de primeira escolha profissional, utilizando-se da psicoterapia psicanalítica breve. O número de encontros variou conforme a necessidade de cada participante (17 a 21 sessões), pois foi realizado de forma individualizada. O trabalho foi desenvolvido com três participantes, de ambos os sexos, em uma instituição que desenvolve trabalhos com este tipo de população. Os participantes se apresentaram voluntariamente. A autora apontou que os resultados foram alcançados em cada um dos três casos descritos, pois geraram mudanças no âmbito da escolha profissional e promoveram integração social e qualidade de vida a essa população.

Lopes (2006) realizou um trabalho de orientação profissional para a primeira escolha para pessoas com déficit cognitivo, através de um trabalho em grupo. Participaram seis pessoas, durante 13 sessões, nas quais se trabalharam temas como inclusão e escolha de uma ocupação que propiciasse a autonomia dos participantes. O programa foi estruturado em quatro pontos: autoconhecimento, concepções sobre trabalho, conhecimento de habilidades profissionais e elaboração de um plano de ação. Nomeou o seu trabalho de Programa de Orientação Profissional para Pessoas com Necessidades Especiais (POPPNEs).

As estratégias desenvolvidas ao longo do trabalho foram adaptadas de programas de OP para populações em geral. O autor pontua que os participantes não se identificavam como um grupo que tem necessidades especiais. Conclui propondo que é um campo que precisa ser melhor explorado para que as dificuldades encontradas para a realização com populações dessa natureza possam ser superados.

#### **4.2. Análise**

Os trabalhos de intervenção ainda podem ser subdivididos em duas categorias: aqueles que fazem reflexões sobre a temática envolvida e às estratégias utilizadas e as intervenções propriamente ditas. Em relação às intervenções, percebe-se que elas abrangeram diferentes tipos de PEs (visual,

físico, auditivo e deficiente mental) e diferentes abordagens teóricas e técnicas. Percebe-se que em nenhuma das quatro foram realizadas atividades desenvolvidas especificamente para esta população, mas sim adaptadas da população em geral, talvez muito provavelmente pela área da OP já contar com um número de técnicas bem desenvolvidas e com comprovação da eficácia, como por exemplo Giacaglia (2003); Jacquemin e cols., (2002/2010); Lassance (1999); Lemos (2010); Levenfus (2002/2010); Levenfus e Bandeira (2010); Lucchiari (1993); Soares e Krawulski (2002/2010), Neiva (2002a/2010a/2010c) e Noronha e cols., (2010) o que pode em muito facilitar o trabalho.

Em relação à discussão apresentada por Bastos e Uvaldo (2004), quanto ao processo de OP a decisão da escolha de se realizar ações em OP individualizadas ou em grupo, o levantamento realizado na presente pesquisa sugere que os autores têm dado preferência a modalidade individual, ou ao menos esta modalidade tem sido mais estudada, pois foi apontada em 62% dos trabalhos pesquisados.

#### **4.3. Avaliação do nível de maturidade para escolha profissional**

Ochs e Roessler (2001) compararam o nível de maturidade para escolha profissional em dois grupos de alunos com e sem deficiência que frequentavam o ensino médio. Os dados mostraram que os alunos com deficiência tem menor: 1) crenças de auto-eficácia; 2) expectativa de resultados; 3) intenção de iniciar uma carreira; 4) níveis de indentificação profissional. Após encontrar esses dados, sugerem que tais participantes devem participar de um processo de OP porém não relatam como e com quais estratégias.

Smedley e cols. (2003) avaliaram a maturidade para a escolha profissional, em 120 participantes, provenientes de escolas de ensino médio, que eram divididos em quatro grupos de 30 pessoas: 1) Sem deficiência; 2) com deficiência e frequentavam a educação especial; 3) Distúrbios emocionais; 4) Indicados como com algum tipo de deficiência, porém não avaliados. Os resultados apontaram não haver diferença entre os que não tem deficiência e os não avaliados. Os que possuem deficiência e os distúrbios emocionais tem menos maturidade para a escolha profissiona, sendo que estes são apontados como os que necessitam de melhor auxílio para escolha profissional, porém no artigo não relatam como isso deveria ser organizado.

#### **4.4. Análise**

A questão da maturidade para escolha profissional foi estudada apenas em pesquisas estrangeiras. Embora as pesquisas tenham sido realizadas com metodologias diferentes, os autores propuseram trabalhos de OP como uma forma de auxiliar os participantes no processo de decisão por uma profissão, ainda que não tenham especificado como isto devesse ser realizado. Vale destacar, todavia, que a avaliação correta dos indivíduos, auxilia na identificação daqueles que realmente necessitam de um processo como este. Efetivamente, no estudo de revisão de literatura de Chope (2008), este demonstrou a necessidade de se contar com instrumentos válidos para pessoas com necessidades especiais, em trabalhos de orientação profissional destinados a esta população.

Talvez este seja um dos motivos para não se ter encontrado trabalhos voltados para a maturidade da escolha profissional em nosso meio, especificamente voltados para pessoas com necessidades especiais. A Escala de Maturidade Profissional (EMEP), desenvolvida por Neiva (2002/2010), por exemplo, destina-se à avaliação de pessoas que não se inserem no universo das chamadas, com necessidades especiais. Sugere-se aqui, portanto, que estudos para adaptar esta escala a pessoas com diferentes formas de deficiência, venham a ser desenvolvidos. Esta seria uma contribuição bastante útil aos profissionais que se dedicam à prática e à pesquisa da OP.

### **5. Inserção Profissional**

Os trabalhos referentes à categoria Inserção Profissional podem ser classificados em duas categorias. A Primeira delas refere-se às intervenções realizadas com este tipo de OP (Hagner & cols., 2001; Kennedy & Harris, 2005; Lindstrom & cols., 2008; Reid, Green & Parsons, 2003); e a segunda a pesquisas desenvolvidas sobre a temática (Alston, Bell & Hampton, 2002; Bastos e Amiralian, 2001; Estrada-Hernández & cols., 2008; Noonan & cols., 2004; Mendes & cols., 2004; Toldrá & Sá, 2008; Weston & Koller, 2002).

#### **5.1. Intervenções sobre inserção profissional**

Hagner e cols. (2001) descreveram uma experiência de acompanhamento de indivíduos com deficiências, sem especificar o tipo, e sua inserção no mercado de trabalho, onde estes eram acompanhados em todo o processo de busca e

inserção profissional. Antes da busca, eram desenvolvidas habilidades necessárias para o mundo do trabalho (não especificam quais) em atividades grupais. Este acompanhamento durou três anos e mostrou que os indivíduos que participaram conseguiram se inserir em atividades profissionais, se comparados aos que não participaram do projeto, porém eles não apresentam esses dados de forma quantitativa, apenas realizam esta afirmação. Afirmam que esse tipo de projeto foi mais eficaz do que os desenvolvidos durante o ensino médio e relacionados com a transição da escola para o trabalho. Por fim, os autores sugerem que o trabalho seja melhor estruturado para atingir um número maior de pessoas e que se realizado de forma individual, possa ter melhores resultados.

Reid e cols. (2003) realizaram um estudo onde três indivíduos com deficiências múltiplas, foram treinados para realizar determinadas atividades profissionais em uma editora de livros. Tais atividades se relacionavam ao preparo de materiais e livros para serem enviados aos destinatários. Os resultados apontaram que após este tipo de treinamento essas pessoas puderam ser inseridas profissionalmente e apresentaram resultados satisfatórios no que diz respeito ao desempenho no trabalho. Finalizam sugerindo outros tipos de intervenções com essas finalidades possam ser realizadas para que mais pessoas possam ser inseridas profissionalmente.

Kennedy e Harris (2005) avaliaram os resultados de programas de reabilitação profissional sobre a inserção profissional, descritos pelo governo, realizados em diferentes instituições e locais dos Estados Unidos, no período de 1999 e 2003. Foram acompanhadas 533 pessoas com deficiência, destas apenas três com deficiência severa e 33 com deficiências leves conseguiram realizar inserção profissional e estavam em atuação. Os autores refletem que a sociedade tem se tornado cada vez mais competitiva e isso pode comprometer a inserção de portadores de deficiência de uma forma geral, que tenderão a apresentar cada vez mais dificuldades para tal.

Lindstrom e cols. (2008) relataram um programa que procura auxiliar mulheres com deficiências através de encontros em pequenos grupos semanais (8 a 10 participantes), por um ano, para aprender sobre os papéis de gênero, sensibilização para o enfrentamento da deficiência e questões referentes ao mundo do trabalho (como autoconhecimento, habilidades e competências) e discussão das opções de carreira. Participaram desse programa 102 mulheres

com deficiências diversas e ao final de um ano de programa, elas conseguiram discriminar melhor as questões que foram propostas como objetivos do programa, avaliando que o grupo apresentou essas possibilidades. Os autores apresentam algumas das atividades que organizaram para esse tipo de intervenção, como um jogo onde apresentavam pessoas famosas com deficiências e os seus interesses e ocupações. A atividade era formada de cartões de dois tipos, em um estava o nome do famoso e em outro as demais informações sobre ações que realizaram. As participantes deveriam relacionar as ações aos nomes. O objetivo dessa atividade foi mostrar que elas podem ter potencialidades semelhantes a estes que eram pessoas com deficiências, ou outras que podem ter uma repercussão profissional assim como os participantes dos cartões do jogo tiveram.

## **5.2. Análise**

Nos dois primeiros trabalhos citados (Hagner & col. 2001; Reid & col. 2003) os autores se propuseram a desenvolver habilidades nos indivíduos portadores de deficiência para que estes se inserissem de fato como pessoas e não apenas cumprindo uma exigência da legislação. Percebe-se que tais treinamentos são eficazes, desde que envolvam as pessoas que irão atuar junto aos deficientes, pois, do contrário, ter-se-á dados semelhantes aos de Kennedy e Harris (2005) os quais encontraram um contingente muito baixo de pessoas inseridas de fato, principalmente se as deficiências forem mais severas, as quais sabe-se que realmente podem ser um fator limitador para uma reabilitação e inserção de forma adequada, mesmo que haja suporte social adequado.

O estudo de Lindstrom e cols. (2008) é o único estudo, em relação ao levantamento estrangeiro, que apresenta técnicas desenvolvidas para esta população em específico e as descrevem, para que possam ser replicados.

Percebe-se, também, que nos estudos encontrados a questão da inserção profissional foi realizada através de uma alta variabilidade de estratégias, apresentando metodologias diversas, o que aponta para o vigor da área e o engajamento dos autores com o tema.

## **5.3. Pesquisas:**

Alston e cols. (2002) desenvolveram uma escala com a finalidade de avaliar se as pessoas com necessidades especiais podem seguir carreira nas

ciências ou engenharia, sendo esta aplicada em pais (N= 140) e professores (N=232). Os dados mostraram que 1) há pouco incentivo para que o portador de necessidade especial faça cursos na área de ciências ou engenharia; 2) há pouca compreensão por parte dos professores sobre as dificuldades dos educandos, pela visão dos pais; 3) pais acham que professores não fazem esforços extras para o desenvolvimento dos filhos; 4) pais e professores acreditam que os indivíduos com necessidade especial precisam de OP ou fóruns sobre as potencialidades do alunos para que eles possam se descobrir e se inserir profissionalmente; 5) outra sugestão refere-se a um estágio, primeiramente, nas atividades profissionais, seguidas de OP. Apontaram que o estudo teve limitações pois atendeu apenas a costa-oeste dos Estados Unidos e tais dados não podem ser generalizados, pois precisam ser melhor exploradas tanto a questão do mercado de trabalho como a realidade da inserção. Às críticas dos autores ao estudo, deve-se acrescentar que eles deveriam fornecer indicação do tipo ou tipos de deficiências a que se referem. Pois, para avaliarem adequadamente a potencialidade das pessoas a seguirem carreiras de ciência ou de engenharia conhecer o tipo de deficiência é fundamental. Se de um lado, uma deficiência de tipo surdez ou paraplegia pode não comprometer os estudos, certamente, deficiências cognitivas mais severas podem se tornar impeditivas.

Weston e Koller (2002) avaliaram como o pessoal que trabalha em um programa de desenvolvimento educacional para a inserção profissional de pessoas com deficiência avalia um programa realizado durante o ensino médio com vistas a facilitar o desenvolvimento e a inserção de pessoas com deficiência. Os resultados apontaram que os orientadores, ou conselheiros conforme a linguagem utilizada por eles, avaliam esse tipo de estratégia como um passo importante para o desenvolvimento profissional e que os indivíduos que passam por ele podem ter melhores condições de inserção no mercado de trabalho.

Noonan e cols. (2004) avaliaram como 17 mulheres com cargos proeminentes e que possuíam deficiência (físicas e sensoriais) se inseriram profissionalmente e conseguiram a realização e o sucesso profissional. Os dados mostraram que elas tem suporte social, são envolvidas com políticas públicas e utilizam estratégias de enfrentamento para se desenvolverem e se inserirem.

Estrada-Hernández e cols. (2008) desenvolveram uma pesquisa com 115 alunos do ensino médio com deficiência para avaliar a relação entre o grau de

deficiência e a carreira que desejam desenvolver. Os dados apontaram que quanto menor for o grau da deficiência apresentada, melhor a perspectiva de carreira que eles mesmos possuem e sobre a possibilidade de um bom desempenho e situação econômica estável. Quanto mais severa a deficiência, há menos consciência do desempenho e desejam atividades profissionais mais simples ou então nem conseguem definir uma atividade profissional.

Toldrá e Sá (2008) realizaram uma pesquisa para caracterizar 13 instituições de uma cidade do interior do estado de SP, quanto à capacidade de inserir profissionalmente pessoas com múltiplas deficiências no mercado de trabalho. Os resultados indicaram que as instituições desenvolvem programas que têm pouca variabilidade de atividades profissionais, a comunicação não é eficaz e não estão localizadas em locais de fácil acesso para a população que necessita delas. Os autores concluíram que os programas de profissionalização ofertados precisam ser melhor organizados para serem realmente eficazes.

Mendes e cols. (2004) desenvolveram um estudo de revisão de teses e dissertações brasileiras sobre a inserção profissional de indivíduos com deficiência até o ano de 1999, através de 18 estudos encontrados. Foram criadas as seguintes categorias de análise para os trabalhos: 1) Preparação para o trabalho nas oficinas de instituições especializadas; 2) Perspectivas para o trabalho competitivo; 3) A perspectiva das pessoas portadoras de deficiência, de seus pais e de professores em relação ao processo de profissionalização. Finalizam o estudo apontando para a precariedade em relação aos trabalhos de OP, no sentido de ofertar ações dessa natureza, de forma efetiva pelas instituições. Apontam, também, para o grande número de trabalhos com deficientes mentais leves, faltando a diversidade dentro das questões das deficiências. Deixam um lista de dez itens que podem ser desenvolvidos com a finalidade de melhoria nos trabalhos futuros na área, tais como: realização de treinamento em ambiente regular de trabalho; divulgação das potencialidades dos indivíduos deficientes em setores onde podem ser empregados; orientar as organizações com a finalidade de modificar as representações sociais do indivíduo deficiente; transformar as famílias, através de orientações, em ponto de apoio e incentivo; organizar procedimentos sistemáticos de treinamento e acompanhamento profissionalizante compatível com as limitações; capacitar melhor os instrutores que atuam junto a essas populações; revisar as propostas

existentes sobre a questão da inserção profissional; incorporar procedimentos de OP eficazes nos programas de preparação para o trabalho; desenvolver uma formação profissional mais ampla para o indivíduo, englobando os direitos e deveres de trabalhador.

O trabalho que conteve o relato de mais de um tipo de trabalho de OP foi o de Bastos e Amiralian (2001). O autores buscaram investigar o que a pessoa com deficiência visual relata sobre o seu processo de escolha profissional e a sua inserção no mercado de trabalho, utilizando para tanto, entrevistas com roteiro. Participaram dez deficientes visuais, que se encontravam em dois momentos distintos da escolha profissional: seis deles estavam em momento de realizar a primeira escolha profissional e quatro deles já cursavam o ensino universitário e estavam prestes a escolher a área de atuação da profissão escolhida. Dentre os resultados destaca-se o fato dos participantes apontarem as dificuldades de inserção e formação escolar e profissional, como o acesso ainda restrito às tecnologias necessárias para a educação (braile, recursos tecnológicos) e que faz com que o momento da escolha profissional possa ser tão ou mais angustiante do que para as demais pessoas. As autoras finalizam apontando a importância de um processo de orientação profissional para estes participantes, porém não apontam como isso deve ser feito. O que se pode perceber pelos dados apresentados das pessoas que participaram da entrevista é que aproveitaram o espaço que tiveram para expressar todas as suas angústias sobre a questão da deficiência e pouco falaram sobre o que Bastos e Amiralian (2001) se propuseram a estudar, que era o processo de escolha profissional. Talvez por isso as autoras pontuem a necessidade do processo de orientação profissional, para que eles possam ter um espaço para refletir sobre essas angústias.

#### **5.4. Análise**

Ao se analisar os trabalhos relatados, percebe-se que a grande maioria que trata do assunto inserção profissional, apresentando estratégias práticas, referem-se à literatura estrangeira. Esses trabalhos estão diretamente com o que Brown (2000) se referiu como transição da escola para o trabalho. São bons relatos de atividades que podem vir a servir de modelos para a pesquisa na realidade brasileira, com a finalidade de se desenvolver novas práticas de atuação.

Percebe-se que a questão da inserção profissional é um tema amplo e pode ser tratado sobre diferentes aspectos e metodologias. Há possibilidades de práticas com pais e/ou professores (Alston e cols., 2002); as pessoas portadoras de deficiência (Estrada-Hernández e cols., 2008) ou as instituições (Toldrá & Sá, 2008). Essa variabilidade também foi encontrada na revisão realizada por Mendes e cols. (2004).

Percebe-se que a finalidade de Bastos e Amiralian (2001) em pesquisar dois momentos distintos do portador de deficiência visual demonstra a necessidade de maiores trabalhos de OP efetivamente com esse tipo de população para que possam de fato entrar em contato com essas questões.

O interessante é comparar os trabalhos de Bastos e Amiralian (2001) com Lopes (2006), pois embora as primeiras tenham trabalhado com o portador de deficiência visual e apenas realizaram uma entrevista; e o segundo atuou junto ao portador de deficiência mental leve e desenvolveu um processo de OP completo, as percepções que cada grupo teve sobre a questão da deficiência é muito diferente. Enquanto o primeiro grupo identifica-se como deficiente, o segundo não. Talvez isso se deva ao fato de que a deficiência visual é algo aparente, ou seja, os demais identificam, enquanto que na mental isso não ocorre, e faz com que as pessoas não aceitam tão facilmente, pois não se “enxerga” nada de diferente. Isso sem contar que o preconceito que existe em relação ao mental é muito mais significativo do que em relação ao visual, tendo atrelado o conceito de incapacitado e até mesmo louco em alguns casos (Montobbio & Lepri, 2007).

## **6. Mercado de Trabalho**

Sobre a temática Mercado de Trabalho, os estudos, na sua maioria, foram pesquisas sobre essa temática (Glover-Graf & Janikowski, 2001; Carreta, 2004; Tanaka & Manzif, 2005; Araujo & Schimidt, 2006; Pereira & col., 2008; Lobato, 2009; Simonelli, 2009). Além disso, outros dois, embora sejam pesquisas na área, referem-se especificamente a habilidades sociais (Pereira, 2006; Campos, 2006).

### **6.1. Pesquisas**

Glover-Graf e Janikowski (2001) desenvolveram um trabalho de pesquisa com 186 participantes que realizavam uma formação para trabalhar com pessoas com deficiência. O objetivo deles era caracterizar essas pessoas que atuariam

nesse mercado de trabalho. Em relação aos participantes, 16% relataram ter deficiência e estar frequentando uma formação para o trabalho como reabilitação profissional. Os autores acreditam que esse número possa ser maior, porém poucos assumiram ou quiseram ter sua privacidade exposta. Por outro lado, metade dos participantes indicou ter um membro na família com deficiência e cerca de 38% relataram ter um amigo com uma deficiência. Na avaliação, de se isso influenciou na escolha por esse tipo de atuação, 24% dos participantes com membros na família responderam afirmativamente para esta questão e 15% daqueles que tinham amigos próximos. Os autores propõem que os educadores desse tipo de formação devem olhar para os seus próprios programas para que não ocorra desses alunos estarem frequentando esse tipo de formação em busca de ajuda para si próprios. Sugerem estudos de seguimento para avaliar a atuação desses indivíduos no mercado de trabalho.

Carreta (2004) realizou estudos de casos para avaliar se as cooperativas, organizadas com a finalidade de geração de renda e trabalho, são uma opção viável no mercado de trabalho para o portador de deficiência. Segundo a autora, ainda não há clareza sobre os reais objetivos das cooperativas, pois em algumas situações elas são vistas como uma possibilidade de inserção e em outras com um programa que pode fazer reabilitação profissional. Os dados encontrados demonstraram que as cooperativas possibilitam uma forma alternativa de mercado de trabalho e geração de renda, bem como de inclusão social.

Tanaka e Manzif (2005) avaliaram o que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência. Procuraram avaliar os seguintes aspectos: 1) concepção da pessoa com deficiência e o seu trabalho; 2) Razões para admissão do funcionário com deficiência; 3) Dificuldades para a ocupação de um cargo pela pessoa com deficiência; 4) Meios para solucionar problemas envolvidos nessa questão. Participaram seis empregadores de ramos variados no mercado de trabalho. Os dados apontaram que o fator que mais faz as empresas contratarem o indivíduo portador de deficiência refere-se ao fato de cumprir a questão da Lei de Cotas, porém que apenas isso não é efetivo para que isso de fato ocorra. Em muitos casos eles não contratam porque não encontram pessoas com a qualificação necessária. Concluem que os fatores que dificultam a inserção no mercado de trabalho precisam ser avaliados, discutidos e desenvolvidos, numa ação conjunta entre indivíduo, família, sociedade e governo, para que de fato o

mercado de trabalho incorpore essas pessoas em seus efetivos e não apenas por receio da penalidade prevista em lei.

Araujo e Schimidt (2006) realizaram um estudo de levantamento sobre como as empresas e as escolas de educação especial vêem a inserção profissional do portador de deficiência. Participaram 30 empresas e 10 instituições educacionais. Apresentam, primeiramente, a realidade das empresas, em relação ao que elas deveriam fazer sobre a inclusão social do portador de necessidade especial, e como de fato isso acontece. Por outro lado, demonstraram como instituições que se dizem educacionais na área de pessoas com necessidades especiais preparam esses indivíduos, fazendo inclusive críticas à metodologia aplicada em cada uma delas. Em relação às instituições educacionais, 70% dizem que encaminham para o trabalho e 20% fazem avaliação do perfil profissional, porém não há maiores detalhamentos sobre o que de fato é realizado. Pelo lado das empresas, essas afirmam que muitas vezes não cumprem a Lei de Cotas por falta de escolaridade mínima dos indivíduos (30%) e falta de qualificação (16%). Os autores concluem que tanto as instituições como as empresas precisam superar muitas dificuldades para que de fato o trabalho possa ocorrer.

Pereira e cols. (2008) avaliaram qual o significado que o trabalho tem para pessoas com e sem deficiência, no caso, deficiência física. Cada um dos grupos foi composto por 27 participantes. Os resultados sugeriram que não há diferença estatística entre os grupos e que em ambos há pontos positivos e negativos em relação ao desenvolvimento das atividades profissionais, sendo que um ponto interessante se referiu ao grupo sem deficiência, o qual apresentou uma diferença significativa no item jornada de trabalho e os autores avaliaram esse dado de forma a mostrar que talvez haja mais exigências para a produtividade nesse grupo do que para pessoas com deficiência. Concluíram, que a deficiência física não foi um fator determinante na valorização dos aspectos positivos e negativos do trabalho, porém ressaltaram que a amostra precisaria ser ampliada para outras realidades para verificar se os dados se repetem.

Lobato (2009) realizou entrevistas semi-estruturadas, com 10 membros de recursos humanos e 12 funcionários portadores de deficiência com a finalidade de avaliar as implicações da Lei de Cotas. Os resultados mostraram que as empresas contratam em função da lei, devido à fiscalização que ocorre. Há dificuldades em contratar, porque falta escolaridade, qualificação profissional e

pela necessidade de adequação da empresa, em alguns casos, por exemplo, cadeirantes são deixados de lado devido ao excesso de adaptação que a empresa precisa fazer. Segundo a autora, a Lei cumpre seu papel de gerar oportunidades, mas precisa ser reavaliada e deve-se incentivar a adequação das empresas para receber as pessoas.

Simonelli (2009) analisou 17 propostas de empresas que realizam a inclusão. Na seqüência, selecionou três delas e realizou entrevistas com cinco empregados com deficiência e um representante da empresa, para conhecer a realidade. Os dados apontaram que os empregadores geralmente são contrários à prática da lei e questionam a existência de pessoas qualificadas. Achem que as instituições educacionais especializadas muitas vezes têm um papel assistencialista e não formam os indivíduos adequadamente para as exigências do mercado de trabalho. Destacam, ainda, que a falta de conhecimentos específicos para o exercício das funções, por parte do portador de deficiência, é a principal barreira para inclusão. O autor então questiona o que é feito atualmente e o quanto isso se aplica ao modelo proposto pela Lei. Finaliza propondo que cada município deve propor ações descentralizadas para tornar o mercado de trabalho coerente com a Lei de Cotas.

## **6.2. Análise**

Percebe-se que as pesquisas realizadas sob essa temática abordaram diferentes aspectos e pessoas relacionadas ao mercado de trabalho. Glover-Graf e Janikowski (2001) destacaram um ponto bastante interessante que é o da formação das pessoas que estão se qualificando para atuar com pessoas portadoras de deficiência. Elas mesmas, em alguns casos, portadoras de deficiência, ou relacionadas a pessoas com deficiências e que se encontram motivadas a atuar nesse mercado. Talvez o fato de terem sido auxiliadas um dia em suas limitações possa ser um dos maiores motivadores para esse fato. Já Carreta (2004) procurou avaliar as cooperativas, que são um mercado de trabalho em desenvolvimento bastante considerável na atualidade, como uma possibilidade de atuação para o portador de deficiência.

Dentre os estudos nacionais observa-se a preocupação de vários autores com relação à visão dos empregadores e a inclusão dos indivíduos portadores de necessidades especiais. Esta é uma questão que se apresenta a partir da

instituição legal das cotas para deficientes nas empresas e portanto, de fato, um problema brasileiro que merece a atenção dos pesquisadores. Efetivamente, os estudos de Tanaka e Manzif (2005), de Araujo e Schimidt (2006), de Lobato (2009) e o de Simonelli (2009) trazem dados relevantes para a presente pesquisa, pois demonstraram como o mercado de trabalho, na visão de quem emprega, em realidades diferentes, estão realizando a questão da inclusão do portador de deficiência. O interessante é que apesar das particularidades de cada um, os dados podem ser semelhantes em vários aspectos, principalmente no que se refere à dificuldade da inclusão real no mercado de trabalho, seja por questões de falta de preparo adequado do portador de deficiência, seja por dificuldade da empresa em se organizar para que esta inserção possa ocorrer de fato.

E, por fim, porém não menos importante, a pesquisa de Pereira e cols. (2008) aborda a importância do trabalho para portadores de deficiências e seus pares. Ao se analisar sob essa perspectiva encontrou-se que o trabalho é valorizado de forma muito semelhante por ambos os grupos. É lógico que não se pode deixar de ficar atento para o fato de que a pesquisa abrangeu apenas o contingente de pessoas que possuem deficiências físicas e, talvez, essas tenham mais facilidades para atuar no mercado de trabalho do que outros tipos de deficiência. Além disso, o tamanho reduzido da amostra limita a possibilidade de generalização dos resultados. Serve, todavia, como um indicador que necessitará naturalmente ser verificado por estudos futuros.

### **6.3. Habilidades Sociais**

Pereira (2006) fez um estudo comparativo entre 27 trabalhadores com e sem deficiência física em relação às habilidades sociais em relação ao trabalho e 9 supervisores, em cinco empresas do interior Paulista, através de um conjunto de instrumentos e entrevistas. O limite da deficiência física não mostrou diferença nas habilidades sociais nos seus mais variados aspectos necessários ao mundo do trabalho. O pesquisador conclui que as diferenças encontradas referem-se a fatores pessoais e ambientais, mas não foram relacionados com a questão da deficiência, demonstrando, assim, que as influências dessa natureza podem ser semelhantes nos dois grupos distintos.

Campos (2006) organizou, aplicou e analisou os efeitos de um programa de habilidades sociais para o trabalho (PHST) para pessoas com deficiência mental ou física. Foram selecionados três participantes que já estavam inseridos no mercado de trabalho. O treinamento foi desenvolvido na situação natural de trabalho. A autora identificou que houve um aumento gradual em comportamentos colaborativos como: verificar o que havia para ser realizado, oferecer e solicitar ajuda, falar de necessidades pessoais. Esses aspectos foram avaliados pelos colegas de de trabalhos.

#### **6.4. Análise**

Percebe-se o interesse relativamente crescente dos autores pela relação entre habilidades sociais e necessidades especiais, na última década. Trabalhos como esses certamente podem contribuir para a solução de algumas das dificuldades apontadas nos estudos de Tanaka e Manzif (2005) e Araujo e Schimidt (2006) em relação à falta de preparo dos indivíduos para a inserção no mercado de trabalho. Além disso, ajudam que se valorize o desenvolvimento desses indivíduos em relação a uma maior autonomia, o que certamente se reflete em outras áreas de suas vidas, transcendendo desta feita o âmbito do trabalho e da profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passa-se agora a tecer algumas considerações finais com base nos resultados desta pesquisa. De modo geral eles demonstraram que a produção científica da área tem sido veiculada, em grande parte, na forma de artigos científicos (75% do total) publicados por diferentes periódicos, não tendo sido encontrado nenhum periódico específico da área. Dentre os nacionais os periódicos com maior número de publicações foram a Revista Brasileira de Educação Especial e a Revista Brasileira de Orientação Profissional. E, na literatura estrangeira, o *The Career Development Quarterly*, *Journal of Employment Counseling*, *Rehabilitation Counseling Bulletin* e o *Teaching Exceptional Children*. Publicações em periódicos são consideradas altamente desejáveis, posto que favorecem a divulgação do conhecimento, devido à maior visibilidade e penetração deste meio de publicação. Esta condição é especialmente vantajosa para áreas em que o conhecimento começa a se estruturar como é o caso da OP de PEs, pois a disponibilidade *on line* de muitos periódicos facilita em muito a difusão da informação.

Embora as teses tenham sido analisadas apenas na literatura nacional, representaram 20% da produção acessada (Campos, 2006; Mota, 2003; Pereira, 2006; Simonelli, 2009) o que demonstra que os programas *Stricto Sensu* têm se empenhado em realizar pesquisas relacionadas à orientação vocacional de pessoas com necessidades especiais. Sugerindo que em médio prazo haverá um maior número de artigos, uma vez que se espera que este seja o produto final de dissertações de mestrado e de teses de doutorado. Com isso, é possível que se modifiquem os resultados aqui observados sobre o volume de produção anual, que não chegou a indicar claramente uma tendência crescente na literatura nacional, nem na internacional.

Os delineamentos encontrados nas referências pesquisadas, demonstrou o predomínio de estudos empíricos (43% do total). Ao se comparar literaturas nacionais e estrangeiras não se pode deixar de falar das diferenças de metodologias e organização de grupos amostrais. A literatura estrangeira apresenta delineamentos bem mais elaborados e precisos e com amostras mais representativas, como em Kennedy e Harris (2005) que acompanharam 533

peessoas com deficiência durante o processo de inserção profissional. Dentre as nacionais, seguem em geral delineamentos metodológicos pouco sofisticados, com pequenas amostras, o que compromete a possibilidade de generalização dos resultados. Observa-se ademais baixa autocrítica dos autores quanto aos limites dos resultados de suas investigações. Deve-se, todavia, ressaltar que esta não é uma característica exclusiva dos autores de trabalhos sobre OP de PEs, mas atinge a maioria das áreas da psicologia, refletindo de certa forma a relativa imaturidade científica de parcela de nossos pesquisadores, sem contar às dificuldades que enfrentam para realizar estudos que demandam maior suporte financeiro e institucional.

Os grupos amostrais encontrados nos trabalhos, embora na sua maioria (58%) tenham correspondido às populações especiais, nem sempre foram organizados apenas com esta população, indentificando-se que em alguns estudos há a preferência em relacionar o tema das PEs àqueles que estão relacionados com estas e não diretamente com elas, como em Araujo & Schimidt (2006) e Tanaka & Manzif (2005).

Embora o número de trabalhos que focalizam processos individuais de OP possam ser considerados relativamente alto no contexto geral (62%), sugere-se a realização de mais trabalhos como o de Mota (2003), que propôs o desenvolvimento de técnicas de OP individuais especificamente desenvolvidas para atenderem às deficiências do estrato da população a ser assistida. Trata-se de uma área com pouco mais de uma década de produções científicas, e que demanda o desenvolvimento de práticas efetivas junto a essa população, e não apenas adaptações das técnicas de OP para pessoas sem deficiências. O mais importante disso tudo é que independente da proposta, individual ou grupal, ambas devem gerar boas propostas para que o profissional que decida trabalhar com essa população possa encontrar respaldo adequado na modalidade que desejar intervir.

Alguns aspectos não foram possíveis de serem avaliados como se gostaria com o formulário organizado, como a questão das técnicas ou instrumentos de intervenção, porque muitas vezes não se fazia referência a eles, como, por exemplo, em Gil (2007) e Noonan e cols., (2004); bem como a dificuldade de se analisar os referenciais teóricos utilizados (Lindstrom & cols., 2008 e Araujo & cols., 2006). Talvez isso seja um reflexo da área de OP como um todo, que pode

abranjer uma série de metodologias e referenciais teóricos e assim ter uma variabilidade de possibilidades para ser realizada. Observa-se que os trabalhos de OP para PEs vêm se desenvolvendo muito mais como produto da experiência direta dos autores no convívio com estratos dessa população, o que resulta em propostas de intervenção empiricamente baseadas, com menor ênfase em referenciais teóricos específicos.

A falta de preparo e escolaridade mínima por parte dos portadores de deficiência pode ser um fator que exija que as propostas de OP para PEs incluam maior ênfase em técnicas e procedimentos que ensejem o desenvolvimento de habilidades necessárias para o desenvolvimento de atividades profissionais ou de transição da escola para o trabalho.

O número relativamente alto de referências acessadas na íntegra (N=55) para um trabalho de revisão, somente foi possível devido à inclusão dos mais variados tipos de trabalhos de OP. Pois, caso se desejasse analisar apenas uma das estratégias possíveis nessa área, tais como orientação profissional para primeira escolha, inserção profissional, reorientação profissional ou mercado de trabalho; e com essa população, esse número ficaria muito restrito. A revisão de trabalhos teóricos e relatos de experiências auxiliaram na compreensão da dificuldade e restrição que a área como um todo das PEs se encontra, embora esteja respaldada por uma legislação que assegura um lugar no mercado de trabalho para eles.

Observaram-se poucos trabalhos relativos a práticas de OP propriamente ditas, ou seja, trabalhos de intervenção como o de Pigatto e cols. (2000); Mota (2003) Lopes (2006) se comparados ao contingente que existe para a população em geral, relacionado a essa temática (Carvalho, 1995; Greca, 2000; Moura, 2000; Melo-Silva & Jacquemin, 2001; Neiva, 2007; Soares, 1999).

Dentre os temas mais explorados apareceram os voltados para a inserção profissional e o mercado de trabalho, em sua maioria, estudos de pesquisas empíricas (Alston & cols., 2002; Estrada-Hernández & cols., 2008; Noonan & cols., 2004; Toldrá & Sá, 2008; Weston & Koller, 2002). Em menor número encontraram-se os que abordavam estes temas propondo ou adaptando procedimentos práticos de intervenção (Hagner & cols., 2001; Kennedy & Harris, 2005). Estes são resultados auspiciosos porque sugerem que a área vem sendo objeto de estudos sistemáticos. Mas como referido tratam-se de pesquisas cujos

resultados precisam ser vistos com bastante cautela, dadas as insuficiências metodológicas e a pouca representatividade das amostras.

As propostas de manuais e programas de orientação vocacional verificados na literatura estrangeira (Beech, 2002; Cummings e cols., 2000; Fabian, 2007; Montobbio e Lepri, 2007; NCSET, 2005 e Johnson & cols., 2007) sugerem que em outros países o campo da orientação profissional destinado a pessoas com necessidades especiais já se encontra mais organizado. Ao mesmo tempo, este parece ser um caminho interessante a ser explorado por profissionais e pesquisadores brasileiros, no sentido de sistematizarem programas e processos de OP, pensados exclusivamente para esta população.

Dada a grande diversidade de necessidades específicas decorrentes dos diferentes tipos de deficiência (visual, auditiva, locomotora, entre outras), programas adaptados a elas se fazem necessários. Todavia, seria necessário que os autores se dedicassem a detalhar mais os procedimentos empregados, para que eles possam vir a ser replicados e sua eficácia testada por meio de pesquisas sistemáticas. Como se viu, as propostas encontradas na literatura carecem de detalhamento, resumindo a afirmações vagas do tipo: procedimentos específicos são necessários, dadas as necessidades específicas que cada tipo de deficiência pode necessitar, como no caso do deficiente visual (Bastos 2002) o qual muitas vezes precisa de atividades que usem outros órgãos dos sentidos e não a visão. Já no caso da deficiência auditiva, uma estratégia pouco eficaz pode ser a de palestras informativas com profissionais, caso não haja tradução para a linguagem de sinais (Pigatto & cols. 2000)

Por outro lado, é necessário se apropriar dos novos espaços possíveis (programas de TV, Internet, publicações de autoajuda) como propôs Lehman (2010) para que novas tecnologias em OP sejam efetivamente produzidas e utilizadas. E isso pode ser desenvolvido para atingir um público ainda maior da população. Como exemplo, poder-se-ia organizar sites com informações sobre o mercado profissional com dispositivos específicos para portadores de deficiências, tais como a visual, que demanda que o conteúdo dos textos escritos tenham uma versão oral; ou com instruções baseadas em desenhos e esquemas para pessoas com deficiência mental. Em relações a publicações de auto-ajuda, pode-se incentivar pessoas portadoras de deficiência que conseguiram realizar escolhas e inserção profissional a fazerem relatos e organizar esse material para

ser disponibilizado à população em geral e também aos orientadores profissionais. Essas e outras iniciativas que por ventura surjam demandarão naturalmente pesquisas empíricas que testem sua utilidade e validade. Abrindo, com isso um amplo leque de possibilidades para a investigação em nosso meio.

Esta constatação vale, aliás para toda a área da OP para PEs. A revisão da literatura realizada parece indicar a necessidade de que orientadores profissionais e pesquisadores da área trabalhem em conjunto no desenvolvimento de práticas efetivas em relação a OP para essas populações, levando também em consideração a necessidade de que esses indivíduos venham de fato a ser inseridos no mercado de trabalho. E isso, não apenas pela questão da legislação que obriga o mercado a desenvolver ações nesse sentido, mas dando aos indivíduos com deficiências a certeza de que também podem controlar suas escolhas. Sabe-se que há muito a fazer e, como propôs Simonelli (2009, p. 175): “As dificuldades e as limitações são várias e estão relacionadas com o contexto e com o ambiente, não analisar é não adequar, não é incluir”. Somente assim encontrar-se-ão melhores práticas interventivas, de fato destinadas a essas populações.

## REFERÊNCIAS

- Abade, F. L. (2005). Orientação Profissional no Brasil: uma revisão histórica da Produção Científica. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(1), 15-24.
- Alston, R. J., Bell, T. J., & Hampton, J. L. (2002). Learning Disability and career entry into the sciences: a critical analysis of attitudinal factors. *Journal of Career Development*, 28 (4), 263-275.
- Amaral, V. L. A. R. do, & Rezende, M. C. (2002). Acompanhamento psicológico de pacientes portadores de deformidades craniofaciais. Em Rielson, J. C. A. C & Gonçalves E. A. N. (Orgs.) *Odontologia, Periodontia, Cirurgia e Anestesiologia* (pp. 407-417). São Paulo: Artes Médicas.
- Araújo, A. S., & Sarriera, J. C. (2004). Redirecionamento da carreira profissional: uma análise compreensiva. Em J. C. Sarriera, K. B. Rocha & A. Pizzinato (Orgs.). *Desafios do Mundo do trabalho – Orientação, inserção e mudanças* (pp. 135-158). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Araujo, E. A., Scobal, G., & Goyos, C. (2006). Programa de suporte comunitário: alternativa para o trabalho do adulto deficiente mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12 (2), 221-240.
- Araujo, J. P., & Schimidt, A. (2006). A Inclusão de Pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12 (2), 241-254.
- Araújo, U. P., Sousa, M. D, Muniz, M. M. de J., & Gomes, A. F. (2008). Expectativas e estratégias de ação em relação à inserção profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 9(2), 81-96.
- Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia-ANPEPP (2009). *Arquivo de classificação Qualis dos periódicos de psicologia*.

Disponível em <http://www.anpeOrgs.br/dir-2008/avaliacao/2009-QUALIS%20PSICOLOGIA-CLASSIFICACAO.xls>. Acessado em 28/10/09.

- Bach, R. (2001). *Mensagens para sempre*. São Paulo: Melhoramentos.
- Ballarine, M. (2002). *A atualidade da Orientação Profissional – Uma reflexão sobre seus pressupostos teóricos e sua prática*. Dissertação de Mestrado não publicada. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Baptista, M. T. D. S. (1984). *Um estudo do significado da informação profissional no currículo de 2º Grau*. Dissertação de Mestrado não publicada. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bardagi, M. P. (2010). A abordagem cognitivo-evolutiva do desenvolvimento vocacional. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs). *Orientação Vocacional/ Ocupacional, 2ª ed.*, (pp. 95 – 105). Porto Alegre: Artmed.
- Barros, D. T. R. (2003). Migração Profissional. Em L. L. Melo-Silva, M. A. Santos, J. T. Simões & M. C. Avi (Orgs.), *Arquitetura de uma Ocupação - Orientação Profissional: Teoria e Técnica* (v.1, pp. 261-270). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Bastos, A. L. G. (2002). O adolescente com deficiência e seu processo de escolha profissional. *Adolescência Latinoamericana*. [online]. 3 (1), 0-0. Disponível em [http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-71302002000100005&lng=pt&nrm=iso](http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302002000100005&lng=pt&nrm=iso). Acessado em 04/06/2009.
- Bastos, A. L., & Amiralian, M. L. (2001). O processo de escolha profissional: caminhos e percalços da pessoa deficiente visual. *Boletim de Psicologia*, 11(115), 201-214.
- Bastos, A. L., & Uvaldo, M. D. (2004). Da colocação à orientação profissional: formação de grupos e a questão das deficiências. *Boletim de Psicologia*, 54 (121), 235-245.

- Beech, M. (2002). *Accommodations and modifications for students with disabilities in vocational education and adult general education*. Flórida: Departamento de Educação.
- Bock, A. M. B., & Aguiar, W. M. J. (1995). Por uma prática promotora de saúde em Orientação Vocacional. Em: Bock, A. M. B. (Orgs.) *A escolha profissional em questão*, (pp. 9-23), São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bock, S. D. (2002). *Orientação Profissional: a abordagem Sócio-histórica*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Bohoslavsky, R. (1993). *Orientação Profissional: a estratégia clínica*. (Trad., J. M. V. Bojart) 10ª edição. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1977)
- Brasil (1991). *Lei Nº 8.213 de 24 de julho de 1991*. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm). Acessado em 05/05/2009.
- Brasil (1999). *Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>. Acessado em 01/09/2009.
- Brasil (2004). *Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm). Acessado em 09/09/2009.
- Brasil (2007). *A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho*. 2ª ed., Brasília: MTE, SIT. Disponível em [http://www.mte.gov.br/fisca\\_trab/inclusao/default.asp](http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao/default.asp). Acessado em 05/08/2009.
- Brito, D. C. S. de, & Barros, D. T. R. (2008). A Orientação Profissional como método terapêutico e reabilitador de pacientes portadores de doenças crônicas. *Revista Brasileira Orientação Profissional*, [online], 9(2), 141-148.

Disponível em <[http://pepsic.bvs-psi.Orgs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902008000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.Orgs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902008000200012&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 05/10/2009.

- Brown, D. (2000). Theory and the School-to-work transition: are the recommendations suitable for cultural minorities? *The Career Development Quarterly*, 48, 370-384.
- Caldeira, A. P., Fagundes, G. C., & Aguiar, G. N. de. (2008) Intervenção educacional em equipes do Programa de Saúde da Família para promoção da amamentação. *Revista de Saúde Pública*, 42(6), 1027-1033.
- Câmara, S. G., Sarriera, J. C. e Pizzinato, A. (2004). Que portas se abrem no mercado de trabalho para os jovens em tempo de mudança? Em J. C. Sarriera, K. B. Rocha & A. Pizzinato (Orgs.). *Desafios do Mundo do trabalho – Orientação, inserção e mudanças* (pp. 73-113). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Campos, J. A. (2006). *Programa de Habilidades Sociais em situação natural de trabalho de pessoas com deficiência: análise dos efeitos*. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Canedo, I. R. (2000). Reorientação Profissional na Aposentadoria. Em M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Profissional em Ação – Formação e prática de Orientadores*, (pp. 183-200). São Paulo: Summus Editorial.
- Carreta, R. Y. (2004). *Pessoas com deficiência organizando-se em cooperativas: uma alternativa de trabalho?* Tese de Doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Carvalho, M. M. (1995). *Orientação Profissional em Grupo – Teoria e Técnica*. Campinas: Editorial Psy II.

- Chope, R. C. (2008). Practice and Research in Career Counseling and Development - 2007. *The Career Development Quarterly*, 57, 98-133.
- Clemente, C. A. (2008). *Trabalho decente: leis, mitos e práticas de inclusão*. São Paulo: Editora do Autor.
- Costallat, F. L. (2003). *O direito ao trabalho da pessoa deficiente - manual de orientação, legislação e jurisprudência*. Campinas: Fundação Síndrome de Down.
- Couto, C. P. (2007) Orientação Profissional numa escola particular: de atividade extraclasse à grade curricular do ensino médio. Em D. T. Barros, M. T. Lima & R. Escalda, *Orientação Profissional: teoria e técnica - Escolha e inserção profissionais: desafios para indivíduos, famílias e Instituições* (v. 3, pp. 181-194). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Crestani, R. A. (2000). Orientação Vocacional Ocupacional e Profissional numa escola de ensino fundamental e médio. Em M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Profissional em Ação – Formação e prática de Orientadores* (pp. 48-66). São Paulo: Summus Editorial.
- Cummings, R., Maddux, C. D., & Casey, J. (2000). Individualized transition planning for students with learning disabilities. *The Career Development Quarterly*, 49, 60-72.
- Eidelwein, K. (2005). A psicologia em projetos sociais de educação e trabalho. *Psicologia e Sociedade*, 17 (3), 62-66.
- Estrada-Hernández, N., Wadsworth, J. S., Nietupski, J. A., Warth, J., & Winslow, A. (2008). Employment or economic success: the experience of individuals with disabilities in transition from school to work. *Journal of Employment Counseling*, 45, 14-24.
- Fabian, E. S. (2007). Urban Youth with disabilities: factors affecting transition

employment. *Rehabilitation Counseling Bulletin*, 50 (3), 130-138.

Ferreira, S. L. (2007). Ingresso, Permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 13 (1), 43-60.

Ferreti, C. (1997). *Uma nova proposta de Orientação Profissional*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez.

Filomeno, K., & Régis, R. S. F. (2001). Guia de profissões de Santa Catarina. Florianópolis: editado pelas autoras.

Frank, R. G., & Elliot, T. (2000). *Handbook of rehabilitation psychology*. Washington D. C.: American Psychological Association Press.

Gabaldi, V. M. (2002). *Formação de identidade: implicações na escolha profissional*. Dissertação de Mestrado não publicada. Campinas: IP/PUCCAMP.

Garcia, M. de P. B. (2000). Reorientação Profissional em grupo – Planejamento por encontro. Em M. D. Lisboa e D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Profissional em Ação – Formação e prática de Orientadores* (pp. 144-168). São Paulo: Summus Editorial.

Giacaglia, L. R. A. (2003) *Orientação Vocacional por atividades: Uma nova Teoria e uma nova prática*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Gil, L. A. (2007). Bridging the transition gap from high school to college - Preparing students with disabilities for a successful postsecondary experience. *Teaching Exceptional Children*, 40(2), 12-15.

Glover-Graf, N. M., & Janikowski, T. (2001). Career Selection and use of accommodations by students with disabilities in rehabilitation education programs. *Rehabilitation Counseling Bulletin*, 44(4), 222-228.

- Greca, S. M. (2000). A Importância da informação na Orientação Profissional – uma experiência com alunos do ensino médio. Em M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Profissional em Ação – Formação e prática de Orientadores* (pp. 111-133). São Paulo: Summus Editorial.
- Hagner, D., McGahie, K., & Cloutier, H. (2001). A model career assistance process for individuals with severe disabilities. *Journal of Employment Counseling*, 38, 197-206.
- Harrington, T. F., & Harrigan, T. A. (2006). Practice and research in career counseling and development - 2005. *The Career Development Quarterly*, 55 (4), 98-167.
- Hissa, M. da G., & Pinheiro, M. de A. (2002). Metodologia de Ativação da Aprendizagem – Uma abordagem Psicopedagógica em Orientação Profissional. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional – Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a Clínica, a Escola e a Empresa* (pp. 133 – 146). Porto Alegre: Artmed.
- Hitchings, W. E., & Retish, P. (2000). The Career Development needs of students with learning disabilities. Em D. A. Luzzo (Orgs.), *Career counseling of college students: an empirical guide to strategies that work* (217-231). Washington D. C.: American Psychological Association Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000). *Censo Populacional Brasileiro de 2000*. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm). Acessado em 10/10/2009.
- Ivatiuk, A. L. (2004). *Orientação Profissional para Profissões não Universitárias: perspectiva da Análise do comportamento*. Dissertação de mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

- Ivatiuk, A. L., & Amaral, V. L. A. R. do. (2007). Orientação Profissional para profissões não universitárias. Em D. T. Barros, M. T. Lima & R. Escalda (Orgs.). *Orientação Profissional: teoria e técnica - Escolha e inserção profissionais: desafios para indivíduos, famílias e Instituições* (v. 3, pp. 211-224). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Jacquemin, A., Melo-Silva, L. L., & Pasian, S. R. (2002). O Berufsbilder Test (BBT) Teste de fotos de profissões em processos de Orientação Profissional. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional – Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a Clínica, a Escola e a Empresa* (pp. 247 – 262). Porto Alegre: Artmed.
- Jacquemin, A., Melo-Silva, L. L., & Pasian, S. R. (2010). O Berufsbilder Test (BBT) Teste de fotos de profissões em processos de Orientação Profissional. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional*, 2ª ed. (pp. 211 – 224). Porto Alegre: Artmed.
- Johnson, R. D., Mellard, D. F., & Lancaster, P. (2007). Helping young adults with learning disabilities plan and prepare for employment. *Teaching Exceptional Children*, 39(6), 26-32.
- Kennedy, R. B., & Harris, N. K. (2005). Employing persons with severe disabilities: much work remains to be done. *Journal of Employment Counseling*, 42, 133-139.
- Lassance, M. C. (Orgs.) (1999). *Técnicas para o Trabalho de Orientação Profissional em Grupo*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Lassance, M. C. P. (2005). Adultos com dificuldades de ajustamento ao trabalho: ampliando o enquadre da orientação vocacional de abordagem evolutiva. *Revista Brasileira Orientação Profissional*, 6(1), 41-51.
- Lehman, Y. P. (2010). Orientação Profissional na pós-modernidade. Em R. S.

- Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional*, 2ª ed. (pp. 19 – 30). Porto Alegre: Artmed.
- Leite, M. S. S. (2009). As diversas concepções e maneiras de realizar trabalho na atualidade. Em *Congresso Latino-americano de Orientação Profissional. Programa e resumos* (47). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Lemos, A. G. de (2010). Desenhos de profissionais com estórias na orientação profissional: possíveis aplicações. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional*, 2ª ed. (pp. 194 – 203). Porto Alegre: Artmed.
- Levenfus, R. S. (1997a). Orientação Vocacional Ocupacional, abordagem grupal: teoria e técnica. Em R. S. Levenfus, *Psicodinâmica da escolha profissional* (pp. 257-268). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Levenfus, R. S. (1997b). Orientação Vocacional Ocupacional: à luz da psicanálise. Em R. S. Levenfus, *Psicodinâmica da escolha profissional* (pp. 227-244). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Levenfus, R. S. (1997c). Vestibular: ritual de passagem. Em R. S. Levenfus, *Psicodinâmica da escolha profissional* (pp. 199-204). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Levenfus, R. S. (2002). O uso da autobiografia escrita na Orientação Vocacional. Em R. S. Levenfus & D.H.P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional – Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a Clínica, a Escola e a Empresa* (pp. 263 – 274). Porto Alegre: Artmed.
- Levenfus, R. S. (2005). *Interesses e profissões: Suporte Informativo ao Orientador profissional*. São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Levenfus, R. S. (2010). O uso da autobiografia escrita na Orientação Vocacional. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/*

*Ocupacional*, 2ª ed. (pp. 299 – 308). Porto Alegre: Artmed.

Levenfus, R. S., & Bandeira, D. R. (2010). Teste de avaliação dos Interesses Profissionais (AIP): uma proposta de interpretação psicodinâmica. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional*, 2ª ed. (pp. 173 – 182). Porto Alegre: Artmed.

Levinson, E. M., & Ohler, D. L. (1998). Transition from high school to college for Students with learning disabilities: needs, assessment and services. *The High School Journal*, 82 (1), 62-69.

Lima, K. de O., & Strazzieri, R. (2007). Projeto de Intervenção em Orientação Profissional realizado com adolescentes institucionalizados da cidade de Bauru – SP. Em D. T. Barros, M. T. Lima & R. Escalda (Orgs.). *Orientação Profissional: teoria e técnica - Escolha e inserção profissionais: desafios para indivíduos, famílias e Instituições* (v. 3, pp. 195-210). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica. Editora.

Lima, M. T. (2007). *Orientação Profissional: Princípios teóricos, práticas e textos para psicólogos e educadores*. São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.

Lindstrom, L., Johnson, P., Doren, B., Zane, C., Post, C., & Harley, E. (2008). Building oortunities for young women with disabilities. *Teaching Exceptional Children*, 40(4), 66-71.

Lisboa, M. D. (2000). A formação de orientadores profissionais: um compromisso social multiplicador. Em M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Profissional em Ação – Formação e prática de Orientadores* (pp. 11-23). São Paulo: Summus Editorial.

Lisboa, M. D. (2002). Orientação Profissional e mundo do trabalho: reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário. Em R. S. Levenfus & D.H.P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional – Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a Clínica, a Escola e a Empresa*, (pp.

33 – 50). Porto Alegre: Artmed.

- Lobato, B. C. (2009). *Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: implicações da lei de cotas*. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Lopes, L. (2006). A Orientação Profissional para jovens com déficit cognitivo: um relato de experiência. *Boletim de Psicologia*, 56 (125), 189-203.
- Lucchiari, D. (1993). Planejamento por encontros. In D. Lucchiari, *Pensando e Vivendo a Orientação Profissional*, 2ª ed. (pp. 22-34). São Paulo: Summus Editorial.
- Luna, I. N. (2009). A força de trabalho reestruturada. Em *Congresso Latino-Americano de Orientação Profissional. Programa e resumos* (pp. 47). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Luzzo, D. A., & MacGregor, M. W. (2001). Practice and research in career counseling and development. *The Career Development Quarterly*, 50, 98-139.
- Marques, L. P., Carneiro, C. T., Andrade, J. D., Martins, N. T., & Gonçalves, R. M. (2008). Analisando as pesquisas em Educação Especial no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 14 (2), 251-272.
- Marquezan, R. (2008). O discurso da Legislação sobre o sujeito deficiente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 14 (3), 463-478.
- Medico, M, D. (2005). *PIP: Programa de Informação Profissional*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Melo-Silva, L. L. (2003). Alguns Estudos no Campo da Orientação Vocacional/Profissional e Desenvolvimento de Carreira. Em L. L. Melo-Silva,

M. A. Santos, J. T. Simões & M. C. Avi, *Arquitetura de uma Ocupação - Orientação Profissional: Teoria e Técnica* (v. 1, pp. 111-128). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.

Melo-Silva, L. L., & Jacquemin, A. (2001). *Intervenção em Orientação Vocacional/ Profissional: avaliando resultados e processos*. São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.

Melo-Silva, L. L., Bonfim, T., Esborgeo, M. C., & Soares, D. H. (2003). Um estudo preliminar sobre práticas em Orientação Profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4 (1/2), 21-34.

Mendes, E. G., Nunes, L. R., Ferreira, J. R., & Silveira, L. C. (2004). Estudo da arte das pesquisas sobre profissionalização do portador de deficiência. *Temas em Psicologia*, 12 (2), 105-108.

Ministério da Educação e Cultura (MEC) (2009). Declaração de Salamanca. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em 01/10/09

Montobbio, E. & Lepri, C. (2007). *Quem eu seria se pudesse ser: A condição adulta da pessoa com deficiência intelectual*. Campinas: Fundação Síndrome de Down.

Moreira, H. F., Michels, L. R., & Colossi, N. (2006). Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior. *Revista Escritos sobre Educação*, 5(1), 19-25.

Moreno, D. M. (2000). A atuação do orientador profissional em Recursos Humanos: uma experiência com recolocação de ex-funcionários no mercado. Em M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Profissional em Ação – Formação e prática de Orientadores* (pp. 169-183). São Paulo: Summus Editorial.

- Mota, M. M. (2003). *A psicoterapia breve na Orientação Profissional do jovem com deficiência física*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Instituto de Psicologia, USP - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Moura, C. B. (2004). *Orientação Profissional sob o enfoque da Análise do comportamento*. Campinas: Editora Alínea.
- Mpofu, E., & Harley, D. A. (2006). Racial and Disability Identity: implications for the career counseling of african Americans with disabilities. *Rehabilitation Counseling Bulletin*, 50 (1), 14-23.
- Müller, M. (1988). *Orientação Vocacional: contribuições clínicas e educacionais*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Naville, P. (1975). *Teoria da Orientação Profissional*. Lisboa: Editorial Estampa.
- NCSET-National Center on Secondary Education and Transition. (2005). *Essentials Tools: Improving Secondary Education and Transition for Youth with Disabilities* (Third Edition). Minneapolis: ICI Publications Office
- Neiva, K. M. (2002a). Escala de Maturidade para a Escolha Profissional (EMEP). Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional – Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a Clínica, a Escola e a Empresa* (pp. 239 – 246). Porto Alegre: Artmed.
- Neiva, K. M. (2002b). Teste de frases incompletas para Orientação profissional – uma proposta de análise. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (org). *Orientação Vocacional/ Ocupacional – Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a Clínica, a Escola e a Empresa* (pp. 239 – 246). Porto Alegre: Artmed.
- Neiva, K. M. (2007). *Processos de Escolha e Orientação Profissional*. São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica. Editora.

- Neiva, K. M. (2009). Uma reflexão sobre a necessidade de ampliação do olhar do orientador profissional para segmentos populacionais menos favorecidos. Em Congresso Latino-Americano de Orientação Profissional. Programa e resumos (pp. 49-50). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Neiva, K. M. (2010a). Escala de Maturidade para a Escolha Profissional (EMEP). Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional*, 2ª ed. (pp. 204 – 210). Porto Alegre: Artmed.
- Neiva, K. M. (2010b). Teste de frases incompletas para Orientação profissional – uma proposta de análise. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional*, 2ª ed. (pp. 225 – 236). Porto Alegre: Artmed.
- Neiva, K. M. (2010c). Jogo: Critérios para escolha profissional. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional*, 2ª ed. (pp. 237 – 243). Porto Alegre: Artmed.
- Noonan, B. M., Gallor, S. M., Hensler-McGinnis, N. F., Fassinger, R. E., Wang, S., & Goodman, J. (2004). Challenge and Success: A qualitative study os the career development of Highly achieving womwn with psysical and sensory disabilities. *Journal of Counseling Psychology*, 51(1), 68-80.
- Noronha, A. P. P; Santos, A. A. A. dos, & Sisto, F. F. (2010) Contribuições da Escala de Aconselhamento Profissional (EAP) para orientação de carreira. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional*, 2ª ed., (pp. 183 – 193). Porto Alegre: Artmed.
- Noronha, A. P., Andrade, R. G., Nascimento, M. M., Nunes, M. F., Pacanaro, S. V., Ferruzzi, A. H., et al. (2006). Análise de Teses e Dissertações em Orientação Profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 7(2), 1-10.
- Noronha, A. P., e Ambiel, R. A. (2006). Orientação Profissional e Vocacional:

análise da produção científica. *Psico-USF*, 11(1), 75-84.

Ochs, L. A. & Roessler, R. T. (2001). Students with disabilities: How ready are they for the 21st Century? *Rehabilitation Counseling Bulletin*, 44(3), 170-176.

Oliveira, O. B. de. (2000) A orientação vocacional e profissional no ensino médio: a possibilidade de um pensamento global. Em M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Profissional em Ação – Formação e prática de Orientadores*, (pp. 98-110). São Paulo: Summus Editorial.

Paradiso, A. C. (2009). Reflexões sobre a interação com jovens trabalhadores a partir de pesquisa na área de desenvolvimento vocacional. Em *Congresso Latino-Americano de Orientação Profissional. Programa e resumos* (49). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.

Pereira, C. D. (2006). *Habilidades sociais em trabalhadores com e sem Deficiência Física*. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Pereira, C. D., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. (2008). Qual o significado do trabalho para as pessoas com e sem deficiência? *Psico-USF*, 13(1), 105-114.

Pigatto, C. S.; Klein, E. T., & Wisnesky, R. do R. (2000). *Orientação Profissional no contexto da Deficiência Auditiva*. Curitiba: Juruá Editora.

Quadros, E. A. (2008). *Variáveis do Terapeuta: análise em periódicos brasileiros (1998-2007)*. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Quintão, D. T. (2005). Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social. *Psicologia e Sociedade*, 17 (1), 17-28.

- Rego, S.; Gomes, A. P., & Siqueira-Batista, R. (2008) Bioética e humanização como temas transversais na formação médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 32(4), Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-55022008000400011&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022008000400011&lng=es&nrm=iso). Acessado em 05/09/2009.
- Reid, D. H., Green, C., & Parsons, M. (2003). An outcome management program for extending advances in choice research into choice opportunities for suorted workers with severe multiple disabilities. *Journal of Alied Behavior Analysis* , 36, 575-578.
- Ribeiro, M. A. (2004). *Orientação Profissional para pessoas psicóticas: um estudo para o desenvolvimento de estratégias identitárias de transição através da construção de projetos*. Tese de Doutorado não publicada, Instituto de Psicologia, USP - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rocha, K. B.; Sarriera, J. C., & Pizzinato, A. (2004). Significado do trabalho e valores organizacionais. Em J. C. Sarriera, K. B. Rocha & A. Pizzinato (Orgs.). *Desafios do Mundo do trabalho – Orientação, inserção e mudanças* (pp.115-134). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Santeiro, T. V. (2005). *Psicoterapias Breves Psicodinâmicas: produção científica em periódicos nacionais e estrangeiros (1980/2002)*. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Sarriera, J. C., Chies, A., Falck, D., Giacomolli, A., & Silva, A. (1994). Escolha profissional e processo de inserção sócio-laboral: dificuldades e alternativas. *Psico*, 25 (1), 157-165.
- Sarriera, J. C., Meira, P. B., Berlim, C. S., Bem, L. A., & Câmara, S. G. (1999). Treinamento em habilidades sociais na orientação de jovens à procura de emprego. *Psico*, 30 (1), 67-85.

- Sarriera, J. C., Silva, M. A., Kabbas, C. P., & Lópes, V. B. (2001). Formação da identidade ocupacional em adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 6, 27-32.
- Sarriera, J. C.; Câmara, S. G., & Berlim, C. S. (2000a) Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de um Programa de Inserção Ocupacional para Jovens Desempregados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 189-198.
- Sarriera, J. C.; Câmara, S. G., & Berlim, C. S. (2000b). *Formação e Orientação Ocupacional – Manual para jovens à procura de emprego*. Porto Alegre: Sulina.
- Schiessl, C. S., & Sarriera, J. C. (2004). Refletindo a questão do ingresso ao ensino superior: dificuldades e expectativas dos jovens de Ensino Médio. Em J. C. Sarriera, K. B. Rocha e A. Pizzinato (Orgs.). *Desafios do Mundo do Trabalho – Orientação, Inserção e Mudanças* (pp. 33-72). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Schwartz, B. (2004). *The paradox of choice: why more is less - how the culture of abundance robs us of satisfaction*. Nova York: Harper Collins Publishers.
- Secretaria Internacional do Trabalho. (2006). *Gestão de questões relativas à deficiência no local de trabalho: Repertório de recomendações práticas da OIT* / Tradução de Edilson Alkmin Cunha; revisão técnica de João Baptista Cintra Ribas. Brasília: OIT.
- Silva, A. L. P. da, & Soares, D. H. P. (2001) A orientação profissional como rito preliminar de passagem: sua importância clínica. *Psicologia em Estudo*, 6(2), 115-121.
- Silva, I. C. T. da (1997). A Orientação Vocacional Ocupacional na Escola. Em R. S. Levenfus, *Psicodinâmica da escolha profissional* (pp. 269-286). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Simonelli, A. P. (2009). *Contribuições da análise da atividade e do modelo social*

*para a inclusão no trabalho de pessoas com deficiência*. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Skinner, B. F. (1969). *Walden Two*. São Paulo: EPU.

Smedley, M., Levinson, E. M., Barker, W. F., & DeAngelis, D. L. (2003). Differences in career maturity among adjudicated and nonadjudicated mal students with and without disabilities. *Journal Of Employment Counseling*, 40, 108-122.

Soares, D. H. (2002). *A escolha profissional do Jovem ao Adulto*. São Paulo: Summus Editorial. São Paulo: Summus Editorial.

Soares, D. H. (2003). A Informação Profissional via Internet. Em L. L. Melo-Silva, M. A. Santos, J. T. Simões & M. C. Avi (Orgs.), *Arquitetura de uma Ocupação - Orientação Profissional: Teoria e Técnica* (v. 1, pp. 363-376). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.

Soares, D. H. (2009). *O que é Orientação Profissional*. 4ª Ed. São Paulo. Editora Brasiliense.

Soares, D. H. P. (1999). A Inserção da Orientação Profissional no Brasil. Em *Anais do Encontro Mineiro de Orientadores Profissionais: Desafios frente às transformações do mundo do trabalho* (pp. 28-33). Belo Horizonte: PUC - Minas Gerais.

Soares, D. H. P. (2000). As diferentes abordagens em orientação profissional. Em M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Profissional em Ação – Formação e prática de Orientadores* (pp. 24-47). São Paulo: Summus Editorial.

Soares, D. H., & Krawulski, E. (2002). Modalidades de trabalho e utilização de técnicas em Orientação Profissional. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares

- (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional – Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a Clínica, a Escola e a Empresa* (pp. 291 – 306). Porto Alegre: Artmed.
- Soares, D. H., & Krawulski, E. (2010). Modalidades de trabalho e utilização de técnicas em Orientação Profissional. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional, 2ª ed.* (pp. 247 – 259). Porto Alegre: Artmed.
- Sparta, M. (2007). A diversidade da Orientação Profissional Brasileira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 8(1)*, 95-97.
- Szymanski, E. M. (2000). Disability and Vocational Behavior. Em R. G. Frank & T. Elliot, *Handbook of rehabilitation psychology* (pp. 499-517). Washington D. C.: American Psychological Association Press.
- Tanaka, E. D., & Manzif, E. J. (2005). O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Revista Brasileira de Educação Especial, 11 (2)*, 273-294.
- Teixeira, M. A., Lassance, M. C., Silva, B. M., & Bardagi, M. P. (2007). Produção Científica em Orientação Profissional: uma análise da Revista Brasileira de Orientação Profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 8 (2)*, 25-40.
- Tien, H-L. S. (2007). Practice and Research in Career Counseling and development - 2006. *The Career Development Quarterly, 56* , 98-139.
- Toldrá, R. C., e Sá. M. J. C. N. de. (2008). A profissionalização de pessoas com deficiência em Campinas: fragilidades e perspectivas. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 19(1)*, 48-55.
- Uriartt, A. B.; Paradiso, A. C.; Lassance, M. C., & Bardagi M. (2003). Plantão de Informação Profissional: relato da experiência de atendimento durante as

inscrições do concurso vestibular da UFRGS de 1998 a 2001. Em L. L. Melo-Silva; M. A. Santos; J. T. Simões & M. C. Avi (Orgs.), *Arquitetura de uma Ocupação, Orientação Profissional: Teoria e Prática*, (v.1, pp. 327-332). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.

Valore, L. A. (2002). Orientação Profissional em grupo na escola pública: direções possíveis, desafios necessários. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional – Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a Clínica, a Escola e a Empresa*, (pp. 115 – 132). Porto Alegre: Artmed.

Valore, L. A. (2003). Construindo e resgatando competências na Preparação do Profissional do Futuro: Algumas reflexões sobre a inserção da Escola no processo de Orientação Profissional. Em L. L. Melo-Silva, M. A. Santos, J. T. Simões & M. C. Avi, *Arquitetura de uma Ocupação - Orientação Profissional: Teoria e Técnica* (v. 1, pp. 97-108). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.

Valore, L. A. (2010). Orientação Profissional em grupo na escola pública: direções possíveis, desafios necessários. Em R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.). *Orientação Vocacional/ Ocupacional, 2ª ed.*, (pp. 65 – 81). Porto Alegre: Artmed.

Weston, K. J., & Koller, J. R. (2002). Vocational rehabilitation counselor perceptions of the general educational development test. *Journal of Rehabilitation*, 68 (3), 33-40.

Whiston, S. C., e Brecheisen, B. K. (2002). Practice and research in Career counseling and development - 2001. *The Career Development Quarterly*, 51, 98-154.

Zimerman, D. E. (1997). Fundamentos técnicos. Em D. E. Zimerman & L. C. Osorio (Orgs.). *Como trabalhamos com grupos* (pp. 33-40). Porto Alegre: Artmed.

## **ANEXOS**

## Anexo A

### FORMULÁRIO PARA CLASSIFICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS

Código do material: \_\_\_\_\_

Ano do Material: \_\_\_\_\_

**Origem:**

Artigo                                       Tese ou Dissertação                       Capítulo de Livro/livro  
 e artigo, título do periódico: \_\_\_\_\_

**Natureza do Trabalho:**

Estudo Empírico       Relato de Experiência                       Revisão de Literatura  
 Trabalho Teórico       Trabalho teórico Ilustrado

**Delineamento metodológico dos estudos empíricos:**

Levantamento                       Correlacional                       Quase-experimental  
 Experimental                       Estudo de caso                       Meta-Análise

**No caso de Estudo Empírico, Relato de Experiência e Trabalho Teórico Ilustrado:**

## 1. População Alvo:

População Especial       Outras                                       Ambas

Quando População Especial:

## 1a) Faixa Etária:

Adolescente (14-18 a.)       Adulto Jovem(19-30 a.)       Adulto (31-59 a.)  
 Idoso(acima de 60 a.)       Vários                                       Não especificado

## 1b) Sexo:

Masculino                                       Feminino  
 Ambos

## 2. Tipo de Necessidade Especial da população alvo:

Física                                       Visual                                       Auditiva  
 Mental                                       Múltiplas                                       Não especificado

## 3. Modalidade de Intervenção:

Individual                                       Grupal  
 Ambas

## 4. Local da Intervenção:

Clínica Particular                       Instituição Especializada  
 Clínica-Escola                       Não especificado

## 5. Natureza da OP:

Adaptada à população descrita                       Organizada para esta população  
 Não especificado

## 6. Técnica utilizada:

Adaptada à população descrita                       Organizada para esta população  
 Não especificada

## 7. Instrumentos e técnicas utilizados:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**8. Modelo teórico do trabalho:**

Psicanalítico                       Psicodramático                       Social  
 Comportamental                       Psicopedagógica                       Vários  
 Modelo Inespecífico

**9. Tipo de Trabalho de Orientação Profissional:**

- 1ª Escolha                       Inserção Profissional       Reorientação Profissional  
 Mercado de Trabalho       Não Especificado       Vários

Destacar os principais aspectos do trabalho que tem relação com o projeto de tese:

---

---

---